

SIMONE MARIA RAMALHO



*O EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: IDEAIS E
VALORES NA FORMAÇÃO DA ELITE FEMININA BAIANA (1890 - 1936)*

Salvador - BA

2014

SIMONE MARIA RAMALHO

**O EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: IDEAIS E VALORES
NA FORMAÇÃO DA ELITE FEMININA BAIANA (1890 – 1936)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestre, sob orientação do Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa.

Salvador - BA

2014

R136 Ramalho, Simone Maria.

O Educandário do Sagrado Coração de Jesus: ideais e valores na formação da elite feminina baiana (1890-1936) / Simone Maria Ramalho. – Salvador, 2014.

147 f.

Orientador: Iraneidson Santos Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História, 2014.

1. Educandário Sagrado Coração de Jesus 2. Educação - Mulheres 3. Religião – Igreja Católica 4. Mulheres - Bahia I. Costa, Iraneidson Santos II. Universidade Federal da Bahia III. Título IV. Subtítulo

CDD 371.07

SIMONE MARIA RAMALHO

**O EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: IDEAIS E VALORES
NA FORMAÇÃO DA ELITE FEMININA BAIANA (1890 – 1936)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestre, sob orientação do Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa.

Salvador, abril de 2014.

Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa.
(Orientador – UFBA)

Prof.^a Dr.^a Iole Macedo Vanin.
(UFBA)

Prof.^a Dr.^a Ione Celeste Jesus de Sousa.
(UEFS)

Aprovada em: _____/_____/_____



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRICULA	NÍVEL DO CURSO
Simone Maria Ramalho	211115566	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO O Educandário do Sagrado Coração de Jesus: ideais e valores na formação da elite feminina baiana (1890-1936)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa (Orientador)		408.725.055-53
Prof. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS)		293.817.255-20
Prof. Dra. Iole Macedo Vanin (NEIM/UFBA)		608.938.855-68

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março de 2014 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Simone Maria Ramalho, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à argüição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação preenche todos os requisitos necessários para um trabalho acadêmico destinado à obtenção do título de mestre, ressaltando-se a qualidade e a extensão dos pontos analisados.

SSA, 31/03/2014: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2014: Assinatura do professor orientador:

Dedico este trabalho a Luiz Claudio Falcão Leoni, e a Lara Ramalho Falcão Leoni, meus amores, que muito torceram para que tudo desse certo.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho contei com o apoio e a contribuição de muitas pessoas e instituições, que de forma direta, ou indiretamente acreditaram e colaboraram para torná-lo possível.

Inicialmente gostaria de agradecer à professora Maria José de Souza Andrade que me orientou na elaboração do projeto de pesquisa, disponibilizou os livros de sua biblioteca, e seu tempo com conversas e conselhos. Ao professor Iraneidson Santos Costa pela orientação competente, sugestões, paciência e compreensão nos momentos mais delicados da pesquisa. Às professoras da Banca de Qualificação Iole Macedo Vanin e Ione Celeste Jesus de Sousa, que contribuíram com uma leitura atenta e sugestões valiosas para a dissertação. À Claudia Andrade Vieira pela gentileza de disponibilizar sua dissertação de mestrado, *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. Ao padre Irineu pela consideração de me mostrar as instalações do Recolhimento dos Perdões e da Capela da Piedade. À Maristela Menezes, ex-diretora do Colégio Divino Mestre, pela disponibilidade de apresentar para mim as locações da Escola Divino Mestre, antigo Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Aos professores de minha trajetória acadêmica pelas aulas enriquecedoras, pelos debates promovidos em sala e pelos incentivos. Aos amigos e colegas de mestrado pelo companheirismo e cumplicidade.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Laboratório Eugênio Veiga, que abriga o arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, especialmente a Renata Soraya Bahia de Oliveira, pelo auxílio durante o tempo em que estive realizando pesquisas arquivistas nessas instituições. Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia e à CAPES pela oportunidade de realização do curso e pelo suporte financeiro que proporcionou uma dedicação exclusiva à esta pesquisa.

À minha família, e amigos, especialmente à Sônia Ramalho e aos meus sobrinhos queridos, João Paulo, Camila, Sophia, Bernardo e Miguel pelo carinho e pela compreensão das minhas ausências. À D. Elia Falcão, Sandra Ramalho, e Andréa pelas orações. À minha amiga de sempre Eliana Medrado por ouvir meus desabafos. À Mônica Ramalho que compartilhou comigo as angústias de escrever uma dissertação. E, finalmente, agradeço a Luiz Claudio Falcão e Lara Ramalho Falcão por digitarem meus fichamentos e por estarem sempre ao meu lado.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar a cultura escolar do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo ao Recolhimento dos Perdões, durante a Primeira República, enfatizando o papel social da Igreja Católica na formação da elite feminina baiana. A pesquisa apoiou-se em documentos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, do Arquivo Público do Estado da Bahia e da Biblioteca Nacional Digital Brasil, com o propósito de compreender a importância e expectativas que a sociedade da época depositava na mulher, a partir do estudo de uma instituição educacional católica. A proposta pedagógica do Educandário dos Perdões tinha por finalidade formar jovens cristãs e cultas, que atendessem aos papéis de esposa, mãe, e dona de casa, além de ensinar a atividade do magistério. A pesquisa apontou que algumas mulheres apropriaram-se da moral cristã disseminada no processo de formação escolar e conseguiram ocupar mais espaços no seu meio social, desenvolvendo atividades profissionais ou filantrópicas.

ABSTRACT

This dissertation aimed to examine the scholar culture from the “Educandário do Sagrado Coração de Jesus”, annexed to “Recolhimento dos Perdões”, during the First Republic, emphasizing the social role of the Catholic Church in the formation of the elite women from Bahia. The research was based on documents from the Archives of the Metropolitan Curia of Salvador, the Public Archives of the State of Bahia and the Brazil's National Digital Library, in order to understand the importance and expectations that the society in this period of time deposited in the woman, from the study of a Catholic educational institution. The pedagogical proposal of the “Educandário dos Perdões” was intended to form christian and educated young people who met the roles of wife, mother, and homemaker, besides teaching the activity of mastership. The research showed that some women have appropriated the christian moral disseminated in the process of this school formation and managed to occupy more space in their social environment, developing professional and philanthropic activities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões e Capela da Piedade.....	45
ILUSTRAÇÃO 2: Interior da Capela da Piedade.....	57
ILUSTRAÇÃO 3: Grade do recinto “Coro das Irmãs”.....	57
ILUSTRAÇÃO 4: Coro Inferior.....	58
ILUSTRAÇÃO 5: Interior do Recolhimento dos Perdões: hall de acesso às celas.....	59
ILUSTRAÇÃO 6: Uma cela (dormitório).....	63
ILUSTRAÇÃO 7: Sala de aulas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.....	84
ILUSTRAÇÃO 8: Prédio do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.....	87
ILUSTRAÇÃO 9: Detalhes da fachada do prédio do Educandário.....	87
ILUSTRAÇÃO 10: Pátio interno.....	88
ILUSTRAÇÃO 11: Pátio externo.....	89
ILUSTRAÇÃO 12: Desenho retratando o Educandário do Sagrado Coração em 1930.....	89

ILUSTRAÇÃO 13: Corpo docente do Educandário.....	96
ILUSTRAÇÃO 14: Corpo discente do Educandário.....	100
ILUSTRAÇÃO 15: Quadro de alunas diplomadas em 1927.....	111
ILUSTRAÇÃO 16: Alunas do Educandário na Festa das Árvores em 1924.....	112
ILUSTRAÇÃO 17: Alunas do Educandário dos Perdões em aula prática de agricultura.....	117
ILUSTRAÇÃO 18: Alunas do Educandário praticando ginástica sueca.....	118

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População do Recolhimento dos Perdões em meados do século XIX.....	52
TABELA 2: Registros de matrícula do 1º ano do curso normal de 1907 a 1920.....	70
TABELA 3: Comparação entre o número de matrículas da Escola Normal do Estado e do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1909 a 1921.....	92
TABELA 4: Alunas externas e internas do Educandário dos Perdões, 1903 a 1909.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
A DISSERTAÇÃO.....	24
<u>CAPÍTULO I: O PAPEL SOCIAL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA MULHER DE ELITE</u>	25
A IGREJA EM SÃO SALVADOR DA BAHIA.....	31
VIDA RELIGIOSA FEMININA.....	39
O RECOLHIMENTO DO SENHOR BOM JESUS DOS PERDÕES.....	44
O COTIDIANO.....	56
A DECADÊNCIA.....	65
<u>CAPÍTULO II: EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: A INSTITUIÇÃO E SEUS SUJEITOS</u>.....	69
A INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO FINAL DO IMPÉRIO.....	71
ALIANÇA ENTRE IGREJA, ELITE E ESTADO.....	75
O EDUCANDÁRIO NO SEU MEIO SOCIAL.....	82
SUJEITOS DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO: DOCENTES E DISCENTES.....	92
<u>CAPÍTULO III: A CULTURA ESCOLAR DO EDUCANDÁRIO</u>.....	102
FORMANDO O ESPÍRITO.....	102
AS FESTIVIDADES ESCOLARES.....	110
DISCIPLINAS CURRICULARES.....	114
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA.....	119
RESISTÊNCIAS E TRANSGRESSÕES.....	123
TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131

FONTES.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
APÊNDICE.....	146

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a educação feminina praticada no Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Analisar aspectos da trajetória da educação feminina objetivou compreender valores, normas e experiências vividas no Educandário. Buscou-se também entender sua função social vinculada à formação de um modelo feminino que atendesse a ideologia da classe dominante na sociedade baiana do início do século XX.

As mulheres sujeitos deste estudo pertenciam, com poucas exceções, às classes sociais dominantes de Salvador e do interior da Bahia e às camadas médias desta sociedade. Apesar desse grupo feminino apresentar algumas distinções quanto ao nível de riqueza e ao prestígio social, formavam uma elite pelo grau de instrução que possuíam e pelo estilo de vida próprio que levavam, diferenciado de outros grupos sociais.

É importante ressaltar que as experiências vividas pelas mulheres das elites nem sempre estavam de acordo com o projeto normatizador e as ideologias vigentes impostas a elas pela família, escola, Igreja e sociedade em geral.

O recorte temporal de 1890 a 1936 identifica dois marcos daquela instituição. Em 1890 começou a construção do Educandário e em abril de 1936 foi deflagrada uma disputa judicial conhecida como o “Episódio dos Perdões”, a qual abalou o andamento da instituição educativa, dando início a um processo de decadência que culminou com a extinção do Educandário em 1943.

A questão judicial entre a Madre Regente do Recolhimento dos Perdões e diretora do Educandário, Maria José de Senna, e o Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, foi amplamente noticiada pela imprensa baiana. O Arcebispo, com o objetivo de reformar as instituições religiosas, exterminando algumas delas, destituiu a Madre Regente da direção dos Perdões e do Educandário, colocando as irmãs da Congregação de Nossa Senhora dos Humildes como herdeiras do legado dos

Perdões. A Mãe resistiu a essa decisão, principiando a um processo judicial que só se finalizou em 1942, conferindo ganho de causa ao Arcebispo¹.

Para a realização da nossa proposta de investigar a educação ministrada no Educandário dos Perdões utilizamos um conjunto documental bastante diversificado, que incluiu cartas, testamentos, relatórios demonstrativos de despesas e receitas, Estatuto do Recolhimento, Regimento Interno do Educandário, livros com anotações sobre as aulas, Poliantéia Comemorativa do 25º aniversário de fundação do Educandário, atas da Congregação do Curso Normal, atas de exames das disciplinas, atas do Conselho e das reuniões mensais da Pia União das Filhas de Maria, registro de matrículas, registro de visitas dos fiscais do governo, relatório da Inspeção de Ensino, relatórios dos governadores do Estado, relatórios dos presidentes da Província, jornais, etc.

O Estatuto e o Regimento Interno permitiram conhecer os códigos e regras de conduta prescritos para o Recolhimento e para o Educandário. As cartas, relatórios e atas nos apontaram alguns indícios sobre as práticas e comportamentos dos grupos estudados. Destacamos neste item as atas do Conselho e das reuniões mensais da Pia União das Filhas de Maria, congregação que propunha o aperfeiçoamento moral e religioso das participantes. Essa documentação nos permitiu observar o discurso moralizador do diretor da associação, o Cônego Ildefonso Nunes de Oliveira, que exortava as jovens a seguirem o exemplo das virtudes de pureza, obediência e caridade da Virgem Maria. As atas da Congregação do Curso Normal e os relatórios de visitas dos inspetores de ensino revelaram evidências importantes sobre o currículo e os objetivos do ensino.

A maior parte da documentação referente ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões foi pesquisada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS). Quanto às fontes alusivas ao Educandário do Sagrado Coração de Jesus, a maioria foi localizada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Consultamos também os arquivos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

¹Sobre o “Episódio dos Perdões” ver, dentre outros, Patrícia Mota Sena, **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. Salvador: UFBA, 2005.

O repertório teórico, com os conceitos, instrumentou a análise da documentação, a reflexão e a crítica sobre essas fontes históricas.

Como suporte teórico para a pesquisa sobre a educação da elite feminina desenvolvida no Educandário do Sagrado Coração de Jesus elegemos o campo de abordagem da História Cultural.

A História Cultural é herdeira da História das Mentalidades, abordagem privilegiada na historiografia francesa a partir de fins da década de 1960. O desenvolvimento de objetos de estudos tendo como foco crenças, mitos e representações coletivas é alusivo a um momento de crise das certezas do racionalismo científico. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, os estudos sobre o imaginário emergem no contexto da chamada “crise dos paradigmas” propondo mudanças de conteúdo e método nas Ciências Sociais².

A renovação historiográfica proposta por Marc Bloch e Lucien Febvre nas primeiras décadas do século XX, conhecida como “Escola dos Annales”, introduz novas concepções teórico-metodológicas, em contraposição à chamada história historicizante, preocupada com os grandes acontecimentos, principalmente políticos e institucionais. Esta nova abordagem adota uma postura problematizadora do social, interessada na compreensão da sociedade como um todo, *história totalizante*, enfatizando as análises das estruturas sociais e econômicas. Uma história preocupada com os modos de viver, sentir e pensar das massas anônimas³. Esses historiadores se aproximaram de outras disciplinas, interessados na constituição de uma história interdisciplinar.

A segunda geração dos Annales, período comandado pelo historiador Fernand Braudel, aprofundou algumas problemáticas teóricas, como a síntese da história, associando as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. Destacou-se nesta fase o estudo sobre a relação entre o meio ambiente e a vida material. A noção de tempo histórico se transformou e incorporou-se a ideia de

²PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, v.15, n. 29, São Paulo: ANPUH. Contexto, 1995, p. 9-27

³VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 117-151.

tempo geográfico, tempo social e tempo individual. Novos métodos de análise histórica foram desenvolvidos, sobretudo a história serial. Entretanto, esta fase do movimento negligenciou as preocupações com o mental, somente retomadas na terceira geração⁴.

É na terceira fase dos *Annales*, por volta do final da década de 1960, que a História das Mentalidades ganha proeminência, transferindo-se o foco da estrutura econômico-social para a cultural. Novos objetos e enfoques de estudos ampliaram as fronteiras da história, foram incorporadas temáticas como a infância, a família, o corpo e os rituais de morte, dentre outras. Como resultado, estenderam-se os tipos de fontes para melhor compreender os modos de sentir e pensar de dada sociedade. Os laços com a Antropologia, a Linguística e a Psicologia se estreitaram.

Muitos historiadores das mentalidades adotaram em seus estudos os pressupostos aplicados à história das economias e das sociedades, como a abordagem quantitativa ou serial e a noção de longa duração. Para Roger Chartier, essa estratégia, associada à incorporação de métodos utilizados por disciplinas como a Linguística ou a Antropologia, suscitou inúmeras críticas à História das Mentalidades⁵.

Essas críticas impeliram o declínio da categoria histórica “mentalidades”. Analisando esse declínio, Ronaldo Vainfas apontou alguns dilemas referentes a esse conceito, tais como a relativa autonomia das mentalidades e a necessidade de vinculação com totalidades explicativas, a utilização da longa duração e o perigo da história imutável e, finalmente, a perspectiva individual e o sentido coletivo da história⁶. Em função dessas dificuldades, muitos estudiosos acabaram migrando para outros campos da história que herdaram temas e problemáticas das mentalidades. O exemplo mais expressivo desse caso é o da História Cultural, abordagem que procurou corrigir as deficiências teóricas presentes na História das Mentalidades.

⁴BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997; VAINFAS, op. cit.

⁵CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia das práticas culturais. In: **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988, p. 13-28.

⁶ VAINFAS, op. cit.

O historiador francês Roger Chartier compreende a História Cultural como o estudo da construção de significados de uma determinada realidade social. Para ele, as percepções do mundo social não são neutras, são objetos de lutas sociais⁷. Portanto, o objeto fundamental dessa perspectiva histórica é o conflito entre as concepções de sentido dos indivíduos, ou das comunidades, com as determinações sociais, escolares ou religiosas que definem os comportamentos e as normas a serem seguidas.

Nesta análise, o conceito de “representação” é fundamental para Chartier e abrange a operação de classificação e delimitação, que permite o entendimento do mundo social a partir da incorporação de categorias mentais compartilhadas pelos grupos, produzindo os sentidos próprios de um tempo e de um espaço⁸.

Considerando as estruturas sociais como construídas historicamente a partir das práticas culturais que as modelam, Chartier repensa o esquema que define o social como um dado objetivo, ou seja, o mundo real, e as representações apenas como seu reflexo. Ele contesta essa separação na medida em que coloca em compartimentos diferentes a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Para ele, as representações coletivas definem a própria organização social:

Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais⁹.

Trabalhando a noção de imaginário na historiografia, Sandra Pesavento chega a conclusões semelhantes. Ela parte do princípio de que o imaginário faz parte do campo da representação, utiliza a linguagem para se expressar (discursos ou imagens) e interpreta a realidade, dando-lhe significado. “Logo, o real é, ao

⁷CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, Rio de Janeiro, 1995, p. 179-192.

⁸CHARTIER, 1988, op. cit.

⁹Ibid., p.17.

mesmo tempo, concretude e representação”¹⁰. Portanto, a realidade é o mundo sensível e o que se pensa dele.

Partindo da concepção da “representação” como um campo de disputas de poder e de dominação, dotado de capacidade criadora para transformar a realidade, a autora aponta outra questão relevante ao ofício do historiador: a busca dos significados das representações, já que o fato histórico só se apresenta enquanto discurso, ou seja, representação. O caminho indicado é a articulação entre o contexto, ou o mundo social, e o texto, as representações que se faz desse mundo¹¹.

Nessa linha de análise podemos incluir o trabalho do antropólogo Clifford Geertz sobre a interpretação das culturas. Ele compreende o comportamento como uma ação simbólica, portanto, o trabalho analítico do pesquisador da cultura é a busca desses significados. Para realizar esse trabalho ele recorre à descrição densa, descrição detalhada da cultura, que implica na interpretação do discurso social. Entretanto, diferentemente dos conceitos tratados anteriormente, Geertz considera a cultura como texto e contexto ao mesmo tempo. Para o antropólogo, as respostas às indagações sobre os significados da cultura estão restritas à própria cultura analisada. “Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então, divorciá-la do que acontece [...] é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia”¹².

Tal entendimento elimina a análise entre as conexões da cultura de uma comunidade e a sociedade global na qual ela está inserida. Não são considerados, por conseguinte, os pressupostos de uma história totalizante que vincula o exame das práticas culturais ao estudo das estruturas econômicas, sociais e políticas. Assim sendo, a metodologia que será adotada em nosso estudo se distancia nesse aspecto da interpretação geertziana das culturas.

¹⁰PESAVENTO, op. cit., p.16.

¹¹Ibid., p. 17-18.

¹²GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.13.

Outro conceito útil para auxiliar a nossa pesquisa é a noção de “apropriação” de Chartier¹³. Segundo o historiador, a cultura dominante (definidora de padrões de conduta) e a cultura popular são compartilhadas, as distinções são estabelecidas pelos meios sociais das apropriações.

Segundo Chartier, apesar dos constrangimentos impostos por uma cultura dominante, há espaços para produção de sentidos e usos próprios desses modelos. As relações entre as normas instituídas e as práticas vivenciadas são variáveis e podem imprimir reformulações, traduzindo-se numa variedade de usos e interpretações que são condicionados pelas determinações sociais, religiosas ou institucionais. O historiador argumenta ainda que, não obstante sejam inevitáveis mudanças nas manifestações e afirmações das identidades, as continuidades culturais persistem. O trabalho do historiador é distinguir as diferentes modalidades de apropriação dos conjuntos culturais¹⁴.

Chartier aprofunda a discussão sobre a noção de “apropriação” em seus estudos sobre a prática da leitura. Concebida não como uma prática passiva, mas criadora, a leitura se caracteriza por ser um ato concreto de interpretação, produzindo usos e significações próprias. Essa compreensão leva em consideração a relação do leitor com o texto: o leitor definido por suas competências específicas e regulado pelas determinações das estruturas históricas; o texto subordinado aos objetivos e pretensões do discurso e aos seus dispositivos formais, tais como os recursos tipográficos, nos casos de textos impressos. Outro aspecto pontuado pelo autor são as modalidades de leitura (silenciosa, em voz alta ou declamativa) que se relacionam às pluralidades de práticas de leitura pertinentes a um contexto histórico específico¹⁵.

Segundo essa concepção, a cultura popular não é mera assimiladora dos modelos que os grupos dominantes impõem, posto que “a vontade de inculcação de modelos culturais nunca anula o espaço próprio da sua recepção, do seu uso e da

¹³CHARTIER, 1995, op. cit.

¹⁴Ibid.

¹⁵Ibid.; CHARTIER, Roger. Comunidades de leitores. In: **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 11-31; _____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3**: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.113-16; CHARTIER, 1988, op. cit.

sua interpretação”¹⁶. Para Chartier, essa compreensão se distingue do posicionamento dos que arrogam um poder exclusivo dos discursos que visam disciplinar os corpos e estabelecer padrões de conduta e de pensamentos.

Outra contribuição importante para a pesquisa é o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu¹⁷. Segundo o sociólogo, os indivíduos reproduziam a estrutura social agindo de acordo com o *habitus* no qual foram socializados.

Contudo, para Cláudio Nogueira e Maria Alice Nogueira, apesar do pertencimento a uma classe social indicar certas disposições mais gerais compartilhadas por um grupo, os indivíduos são formados por variadas influências sociais, de maneira que a categoria classe social seria insuficiente para definir o *habitus* dos grupos familiares¹⁸. Consequentemente, esse conceito deve ser analisado a partir de dados concretos colhidos nas fontes de pesquisa a fim de verificar a admissão do *habitus* familiar.

Por fim, consideramos, também, pertinente a adoção da categoria “relações de gênero” na pesquisa. Essa abordagem permite compreender o caráter social e cultural das distinções entre os sexos e as relações de poderes instituídas em determinada sociedade e contexto. Gênero como uma categoria de análise histórica é uma concepção relativamente recente. No século XIX, quando o campo da história se profissionalizou com a construção de um método e suas regras, a representação da mulher nos relatos históricos ocupava espaço diminuto e restrito aos casos de excepcionalidade. Denunciando o silêncio da historiografia sobre a questão das mulheres, Michelle Perrot comenta: “é preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”¹⁹.

Naquele período da história tradicional-metódica, o campo temático enfocava, principalmente, o político e o público, e elegia o homem como protagonista. Por

¹⁶CHARTIER, 1995, op. cit., p. 186.

¹⁷O conceito de *habitus* consiste em um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos a partir do seu convívio social e familiar, sendo indicador da sua condição social e econômica. Cf. BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 73-111.

¹⁸NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abril/2002, p. 15-36.

¹⁹PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 18.

estar ausente desses espaços, a mulher permaneceu invisível. Analisando a historicidade de categorias de análise do campo da História das Mulheres, as historiadoras Rachel Soieht e Joana Maria Pedro relatam a difícil trajetória da categoria gênero para se firmar na historiografia²⁰. Um dos problemas atribuídos pelas autoras foi o caráter universal conferido ao sujeito da história, representado pelo “homem branco ocidental”.

No século XX, transformações nas Ciências Humanas e, especificamente, na historiografia, provocaram mudanças nos paradigmas de análise dessas disciplinas. O Movimento dos Annales, com novas concepções teórico-metodológicas e seu interesse pela história de pessoas comuns, contribuiu para a incorporação da mulher à historiografia. Destaca-se, também, a relevância assumida pela História Social. O interesse por grupos sociais que estavam excluídos das pesquisas ampliou os temas de investigação e incorporou a mulher como sujeito e objeto da história²¹.

Ainda sobre as razões que favoreceram a inclusão da categoria “gênero” na historiografia, precisa ser mencionado o desenvolvimento de novas concepções teórico-historiográficas, como a História das Mentalidades e a História Cultural, ambas com a perspectiva de interdisciplinaridade, principalmente com a Antropologia, que pôs em destaque o estudo da família e dos papéis sociais. Tais pesquisas e a Psicologia Social passaram a incorporar a dimensão da vida privada em seus objetos, território privilegiado das mulheres.

Segundo Perrot, aliada a essas transformações na historiografia, a presença da mulher na universidade e o movimento de liberação feminino, desenvolvido no final dos anos 1960, foram decisivos para o avanço dos estudos sobre as mulheres²².

A historiadora norte-americana Joan Scott afirma que os estudos históricos sobre as mulheres contribuíram para a composição do discurso de identidade coletiva do movimento feminista na década de 1970. As abordagens desses estudos

²⁰SOIHET, Raquel, e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

²¹SOIHET e PEDRO, 2007, op. cit., p. 284-286.

²²PERROT, 2007, p. 19-20.

partiam do pressuposto de que as mulheres eram uma categoria social fixa, homogênea, cuja essência não mudava. A categoria “mulher” passou a ter uma existência separada da categoria “homem”. Ela ressalta que a inclusão da mulher na representação do ser humano universal desestabilizou as premissas do saber histórico, apontando o caráter incompleto da disciplina: “[...] há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da História das Mulheres, pois ela é, ao mesmo tempo, um suplemento inócuo à história e um deslocamento radical dessa história”²³.

A partir das tensões geradas no interior da disciplina e no movimento político passou-se a questionar a categoria “mulher” e a avaliar a inclusão da diferença nos estudos historiográficos. As desmistificações de uma essencialidade feminina e da universalidade da categoria mulher confirmaram a existência de inúmeras identidades, estas orientadas pelas distinções de classe, raça, etnia, geração e sexualidade. Diante dessas dificuldades, os historiadores das mulheres perceberam a necessidade de pensar como a construção da diferença definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais²⁴.

Essas questões propiciaram um debate sobre a conveniência de adotar o gênero como uma categoria de análise. Retirado da gramática, o termo passou a ser usado nas Ciências Sociais significando os atributos culturais conferidos a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos. O conceito também enfatiza as relações de hierarquia entre masculino e feminino.

Na década de 1980, o termo gênero como uma categoria de análise histórica ganhou impulso. Ao pressupor que as relações entre os sexos são socialmente construídas, esse conceito afastou a ideia de naturalização das identidades sexuais. Segundo Joana Maria Pedro, deve-se compreender a organização social da relação entre os gêneros como algo mutável e dependente de diversos aspectos e relações de poder. O desafio da História é perceber as diferenças entre os papéis de gênero construídos normativamente e aqueles efetivamente vivenciados, compreender

²³SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

²⁴Ibid.

como esses papéis são construídos e, principalmente, distinguir os membros da sociedade vivendo papéis trocados²⁵.

Por seu turno, Verena Stolcke analisa o modo como, na sociedade de classes, certas desigualdades sociais são legitimadas por uma explicação que as representa como tendo origem nas diferenças naturais, articulando, para isso, as categorias de gênero e raça. Examinando a relação da naturalização da desigualdade social com a hierarquia de gênero, ela esclarece que as doutrinas de desigualdade com fundamentos biológicos têm servido para consolidar a noção de família genética como a célula básica natural:

Se a posição social expressa os dotes biológicos, então, a endogamia é fundamental para as classes privilegiadas preservarem a sua proeminência social. [...] Uma forma bem conhecida de se atingir a reprodução endogâmica é através do controle, pelos homens, da sexualidade das mulheres. [...] Precisamente porque as mulheres desempenham o principal papel na reprodução é que elas são apresentadas como frágeis e precisam ser protegidas, o que significa, ser controladas²⁶.

Segundo a autora, apesar dos argumentos de que a tradicional família nuclear está desmantelada, isso é verdadeiro até certo ponto, pois, em muitos casos, essa condição ainda prevalece. No contexto da nossa pesquisa, cujo cenário é a Bahia no início do século XX, a noção da tradicional família nuclear é muito pertinente. Nesse período, a sociedade se aburguesava e a família nuclear é um referencial importante para esse modelo de sociedade. Nesse contexto, a mulher deveria desempenhar o papel de mãe e esposa, constituindo-se no sustentáculo do lar, o alicerce da família.

Questionando ou confirmando os pressupostos básicos da historiografia, a História das Mulheres se consolidou. A temporalidade linear tradicional foi revista, apontando-se para a importância de se considerar o tempo em sua dimensão fragmentária, associado à subjetividade feminina e às durações marcadas pela vida

²⁵PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense da História**. Santa Catarina, Terceiro Milênio, n. 2, p. 42, 1994.

²⁶STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 101-119, junho de 199, p. 114.

doméstica. Discursos homogeneizantes sobre a dominação às mulheres foram repensados e traduzidos na categoria de “resistência”²⁷.

Articulando relações de gênero na análise histórica dos processos e dos espaços escolares, Guacira Louro argumenta que a escola, como ambiente privilegiado para a formação de meninos e meninas, é um espaço envolvido pelas representações e práticas de gênero²⁸.

Comungando com as proposições de Louro, compreendemos a necessidade de um estudo a partir da categoria “cultura escolar” para entender os valores disseminados e as práticas vivenciadas no Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Para tanto, utilizamos o conceito de “cultura escolar” adotado por Dominique Julia:

[...] Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e culturas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas²⁹.

Segundo Dominique Julia, um estudo de “cultura escolar” não deve ser prescindido da análise do conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. Muitos historiadores da Pedagogia, a partir principalmente de textos normativos, tenderam a ver a escola como isolada das contradições do mundo exterior, onde os modelos e projetos impostos não sofreriam resistências nem oposições. Na tentativa de impedir essa visão da escola poderosa, deve-se analisar o funcionamento interno dela, através das práticas de ensino em sala de aula. Como fontes importantes têm-se exercícios escolares, exames, cadernos de anotações, cadernos de preparações dos educadores e artigos de revistas pedagógicas³⁰.

²⁷GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 70-73.

²⁸LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denise Barbara (et al.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora. 1997, p. 77.

²⁹JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE**. São Paulo: janeiro/junho, 1º número, 2001, p. 1.

³⁰Ibid., p. 1-4.

A DISSERTAÇÃO

Este trabalho é composto de três capítulos. O primeiro capítulo analisa inicialmente alguns aspectos considerados relevantes acerca da atuação da Igreja Católica na formação dos indivíduos para, em seguida, abordar a atuação dessa Igreja na cidade de Salvador e as opções de vida religiosa feminina. Nesse contexto, acompanha a trajetória do Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, espaço privilegiado para a educação da mocidade feminina, desde a sua fundação até a opção pela abertura do Educandário como forma de enfrentar os novos tempos da República.

No segundo capítulo examinamos a situação da instrução da elite feminina em Salvador nas últimas décadas do Império e início da República. Problematizamos as novas exigências quanto ao papel social da mulher e as poucas opções oferecidas de instituições educacionais que atendessem aos anseios das elites. Analisamos a fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus a partir da aliança entre a Igreja, que desejava recristianizar a sociedade, o Estado, que se omitia da responsabilidade de criar novas escolas, e as elites, que desejavam escolas conservadoras para educar suas filhas. Por fim, estudamos a atuação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus no seu meio social e os sujeitos do processo de educação: os docentes e os discentes da instituição.

No terceiro capítulo analisamos a cultura escolar da instituição, identificando o cotidiano da casa, as práticas vivenciadas pelas alunas, professores e diretoria, os aspectos disciplinares e valores significantes, as metodologias empregadas, as festividades como práticas pedagógicas, os saberes transmitidos e os currículos adotados. Examinamos, também, a associação Pia União das Filhas de Maria, que objetivava o aprimoramento moral e religioso das associadas e teve um papel destacado no processo pedagógico do Educandário. Apesar dos controles, das normas e da vigilância para a manutenção da boa disciplina no estabelecimento, observamos algumas resistências e conflitos entre os sujeitos que faziam parte da instituição. Para finalizar, investigamos vestígios de caminhos trilhados por ex-alunas.

CAPÍTULO I

O PAPEL SOCIAL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA MULHER DE ELITE

Iniciaremos este capítulo pontuando algumas questões que consideramos relevantes para compreender a atuação da Igreja Católica na formação dos indivíduos no período deste estudo. Para isso, recuaremos aos primórdios do período conhecido como Idade Média, quando tem início a cristianização do mundo ocidental, com a contribuição dos reis Carolíngios, que optaram pelo apoio da Igreja para se legitimarem no poder.

A propagação do cristianismo na Europa medieval se fez por intermédio de uma pedagogia presente nos rituais, pregações, arquitetura dos templos e nas escolas fundadas pela Igreja³¹. Para Ivan Manuel³², o controle exercido por esta instituição sobre a produção e distribuição do conhecimento foi razão de “extrema importância” para o seu predomínio neste período.

A cultura letrada esteve desde o começo da Idade Média sob o domínio eclesiástico. As escolas eram dirigidas por clérigos, denominados escolásticos, e estavam vinculadas a abadias ou catedrais. O ensino, destinado ao público masculino, era gratuito, acompanhando a mentalidade cristã da época, que não concebia o comércio do saber.

Com o crescimento demográfico e econômico das cidades, aumentou o interesse por novos conhecimentos. Esse aumento da demanda conduziu à concessão, controlada pelos eclesiásticos, de licenciamento a mestres, leigos ou clérigos. Tal subordinação para o exercício do ofício gerou conflitos entre a corporação de professores e alunos, *Universitas studii*, e os poderes eclesiásticos locais. Mas, com o apoio e proteção papal, essa corporação se propagou pela Europa, sendo o embrião da universidade que conhecemos atualmente. A vinculação com a Santa Sé e os privilégios daí decorrentes, como o recebimento de

³¹VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

³²MANUEL Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859–1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

prebendas pelos mestres, tornava essa corporação distinta das demais corporações de ofício do período³³.

Nas escolas medievais ensinavam-se as “artes liberais”, de tradição greco-romana, o *trivium* (gramática latina, dialética e retórica) e o *quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música).

A Igreja, como mantenedora dos valores espirituais e morais da Cristandade, diante das novas condições geradas pela sociedade feudal que se constituía, percebeu a necessidade de harmonizar a fé que estava se consolidando com as exigências do pensamento filosófico da cultura clássica. Muitos teólogos se interessaram pelas relações entre fé e razão, aproximado a teologia da filosofia. Um dos maiores pensadores da medievalidade foi São Tomás de Aquino (1224-1274). Esse estudioso sistematizou as discussões filosóficas e teológicas de seus predecessores e reinseriu o pensamento aristotélico, adequando-o às concepções da Igreja, a fim de atender às pretensões da nova sociedade.

O método de estudo escolástico utilizava como recurso a memorização e a disputa. Segundo Terezinha Oliveira, muitos autores criticaram a escolástica por considerarem-na uma metodologia conservadora, os alunos apenas reproduziam os escritores clássicos, entretanto, para a autora essa interpretação não analisa o sentido histórico da educação medieval, pois não percebe as exigências postas pela sociedade da época. A disponibilidade de livros era escassa e o custo de aquisição oneroso, por isso, a memorização era um recurso imprescindível para conservar o conhecimento, e o debate tinha a função importante de estimular as discussões teóricas:

Os estudiosos que assim procedem não levam em conta que a escolástica surgiu em decorrência de aspirações e anseios, que foi o elemento organizador da vida dos homens. Esses estudiosos não consideram, deste modo, o aspecto extremamente progressista que esse método teve no renascimento cultural e comercial dos séculos XII e XIII³⁴.

³³FRANCO Júnior, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006; VEIGA, op. cit.

³⁴OLIVEIRA, Terezinha. **Considerações acerca do estudo da escolástica**. Congresso Brasileiro de História da Educação, I, 2000, Rio de Janeiro, p. 3.

A dinâmica da sociedade medieval revelou outras formas de aprendizagem de saberes. As corporações de ofício foram espaços privilegiados para aquisição de conhecimentos profissionais variados, o que também ocorria entre os trabalhadores sem vínculos a associações, seja na cidade ou no campo. Quanto à educação feminina, variava de acordo com a condição social e a localidade. As atividades predominantes relacionavam-se a trabalhos com tecidos e educação dos filhos, essas experiências eram propagadas oralmente através de gerações. Algumas mulheres abastadas ingressavam em conventos, locais onde realizavam atividades religiosas.

Natalie Davis, em ensaio que analisa o contexto do uso de livros impressos em ambientes populares na França do século XVI, considera que seria equivocado imaginar pessoas comuns como receptoras passivas da palavra escrita dos educados. “Artesãos, homens de ofício e mulheres produziram, eles próprios, alguns dos livros que liam”³⁵. A autora observa que algumas pessoas nas margens do poder usaram a palavra impressa para contestar a opressão de suas vidas. Em sua pesquisa anota uma quantidade “notável” de escritoras, a maioria delas oriundas de famílias de fidalgos ou advogados, o que denota a circularidade interfamiliar do letramento.

Outro ponto a ser considerado é o modelo de religiosidade praticado no período medieval, que, apesar de não ter sido homogêneo e ter sofrido diversas transformações no tempo, permite distinguir algumas características comuns. Durante esse período a função cultural do cristianismo assumiu um caráter relevante e a vida litúrgica dos monges sobrepujou suas ações apostólicas. Segundo André Vauchez, os leigos não tinham uma participação ativa no culto e o latim, sendo a língua da liturgia, dificultava o entendimento dos fiéis. A associação entre o sacramento e a vida cotidiana da população se perdia. Todavia, a espiritualidade do

³⁵DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: **Culturas do Povo: Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 176.

clero e a religiosidade popular não eram mundos incomunicáveis, a Igreja tentava reprimir as chamadas “superstições” populares ou incorporá-las aos seus rituais³⁶.

Entretanto, ao final da Idade Média o poder da Igreja estava fortemente abalado. A crise do sistema feudal e o enriquecimento da burguesia favoreciam a formação dos Estados Nacionais absolutistas, gerando disputas entre o poder temporal e o espiritual. Outro problema que provocou desgaste à imagem da Igreja foi o Cisma do Ocidente (1378-1417), existência de três papas simultaneamente, revelando a interferência de monarquias em assuntos eclesiais. Além desses percalços, outro revés importante foram as contendas entre o Estado Pontifício e os Estados Italianos. Finalmente, em 1517 iniciou-se o movimento da Reforma Protestante. Para combatê-lo, a Igreja convocou o Concílio de Trento (1545-1563), instituindo a Contra Reforma ou Reforma Católica.

O enfraquecimento do poder da Igreja tem relação estreita com as novas concepções culturais da sociedade moderna que emergia. A partir do século XIV o movimento intelectual denominado humanismo renascentista influenciou as ideias, atitudes e comportamentos vigentes no final da Idade Média. As obras filosóficas, literárias e científicas dos humanistas foram inspiradas na Antiguidade Clássica e adaptadas ao novo contexto histórico. Nesta concepção intelectual o centro do pensamento filosófico dirige-se para o próprio homem, apesar dos ideais cristãos ainda presentes na produção cultural desses pensadores. O humanismo foi um movimento de consagração do homem, e propunha racionalizar a investigação dos diversos fenômenos naturais, sociais, culturais e místicos, opondo-se ao pensamento escolástico, que preconizava a harmonia entre a natureza e o divino. A pedagogia humanista ampliou o currículo, valorizando o estudo da língua vernácula, introduziu métodos críticos na leitura e interpretação de obras, incentivou o ensino das ciências e adotou como estímulo ao estudo e ao comportamento a emulação e a premiação.

As invenções e experimentações ampliaram as oportunidades de riqueza e prestígio, possibilitando o acesso às cortes de estudiosos, cientistas e artistas. Em

³⁶VAUCHEZ, André. “Gênese da Espiritualidade Medieval – (séc. VIII - início séc. X)”. In: **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental** – (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

estudo sobre o desenvolvimento das regras de civilidade no Ocidente, o sociólogo Norberto Elias observou que o padrão de “bom comportamento” na Idade Média se referia à conduta na corte e à autoconsciência aristocrática³⁷. Lentamente, a partir do século XVI, com algumas flutuações e inconstâncias, uma hierarquia social mais rígida começa a se efetivar, compondo-se de elementos de origens sociais diversas, formando uma nova classe superior. Em virtude dessa nova configuração, a uniformização do comportamento torna-se mais relevante e, apesar da convivência entre nobres e burgueses na corte, a percepção das distinções nas posições sociais torna-se cada vez mais imprescindível. O controle das emoções e a observação dos comportamentos alheios, a fim de moldar-se, expunham os indivíduos às pressões do controle social e caracterizavam uma vida social marcada de disputas por prestígio.

Nesse contexto do final da Idade Média surgiu uma nova instituição, o colégio. Inicialmente tendo por finalidade servir de alojamento aos estudantes mais pobres que vinham de fora, aos poucos o colégio adquire credibilidade em função da vigilância dispensada aos alunos e transforma-se em local de estudo e moradia. A partir do século XVI, essa instituição se especializa como local de ensino, estágio para o acesso aos estudos superiores e passa a abrigar estudantes oriundos da pequena nobreza e da burguesia. Segundo Cyntia Veiga, esta nova constituição dos colégios aboliu o modelo corporativo adotado na Idade Média, contrariando a liberdade usufruída pelos escolares e pelos mestres:

[...] novas estruturas e relações de poder se delinearam, expressas na concentração dos estudos num só local, na instituição de uma autoridade educacional, na centralização do controle dos estudos, na reordenação do uso de tempo e espaço e no estabelecimento do ensino compulsório, seriado e de conteúdo hierarquizado³⁸.

Estas transformações fizeram parte das novas práticas culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas que se consolidavam na sociedade. A política mercantilista, a valorização de uma visão individualista do mundo, o dinheiro como balizador para o prestígio social contestavam os ideais cristãos até então

³⁷ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

³⁸VEIGA, op. cit., p. 31.

legitimados. Gradativamente o conhecimento passa a ser um elemento de distinção social, promovendo o sucesso dos colégios entre as elites.

Chartier observou como inovações nas modalidades da relação com a escrita e com a leitura conduziram a novas práticas entre os séculos XVI e XVIII³⁹. Em concordância com a posição de Philippe Ariés, ele destaca a privatização da prática de leitura como uma das principais evoluções culturais da modernidade, um dos fatores relevantes para modificar a ideia que o homem ocidental tem de si mesmo e de sua relação com os outros. Entretanto, Chartier adverte que esse novo modelo de sociedade instaurado pela privatização das condutas e dos pensamentos se estabeleceu de forma desigual por toda a Europa e não eliminou todas as práticas antigas, como as leituras em grupo, fato relacionado com as muitas diferenciações no acesso à escrita.

Para o historiador, a leitura solitária estabeleceu uma atmosfera de recolhimento, de intimidade, subtraiu o controle da comunidade, liberou antigas mediações, abriu novos horizontes e estabeleceu novas condutas sociais, modificando a relação do homem com a divindade e com os poderes estabelecidos:

[...] Permitiu um fervor mais pessoal, uma devoção mais privada, outra relação com o sagrado além daquela regulamentada pelas disciplinas e mediações eclesiais. A espiritualidade das ordens mendicantes, a *devotio moderna*, o próprio protestantismo, visto como uma relação direta entre indivíduo e a divindade, apoiaram-se largamente na nova prática, que pelo menos a alguns permitia nutrir sua fé a partir da leitura íntima dos livros de espiritualidade ou da Bíblia⁴⁰.

Essa forma de religiosidade, cujo traço marcante foi a devoção, aportou aqui, em Salvador, com a chegada dos portugueses.

Os cristãos católicos, clérigos e leigos, também na Igreja de São Salvador da Bahia, eram herdeiros de atitudes religiosas que, desde o século XIV, vinham alimentando de modo significativo o ocidente

³⁹CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴⁰Ibid., p.127.

européu. Renovo que, conhecido em sua latinidade por Devotio Moderna, reinventava a devoção [...] pela modernidade das formas⁴¹.

A IGREJA EM SÃO SALVADOR DA BAHIA

Os portugueses fundaram a cidade fortaleza de Salvador com a finalidade de sediar o governo geral criado em 1548. Essa concepção fazia parte do projeto que pretendia centralizar a administração da colônia e assegurar o bom funcionamento das capitanias, inclusive a da Coroa, a Capitania da Baía de Todos os Santos.

Para Portugal, a conquista e povoamento de imensa faixa de terra satisfaziam seus interesses econômicos – com os lucros advindos da exploração – e políticos, assegurando a ocupação do território contra a ameaça de invasores estrangeiros. Para legitimar essa iniciativa e estabelecer a ordem social, o rei D. João III, que era um católico fervoroso, se aliou à Igreja numa parceria cujos propósitos convergiam. A Igreja estava dividida e enfraquecida em virtude da Reforma Protestante e necessitava do auxílio do Estado para assegurar seu espaço. Esse acordo mútuo incluía o regime de Padroado, já vigente em Portugal, no qual o papa confiava responsabilidades da esfera religiosa ao monarca nos domínios do seu reino. Essa reciprocidade da aliança tenderá a se dissipar com o tempo. A autonomia do Estado moderno estava em crescente ascendência, enquanto se abatia o poder da instituição eclesial; nesse contexto, assistiu-se a uma evolução da submissão da autoridade religiosa frente ao poder secular⁴².

Em 1549 chega ao Brasil o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, acompanhado por religiosos da Companhia de Jesus, congregação reconhecida em bula papal de 1540. Os jesuítas foram uma força estratégica fundamental da Reforma Católica para combater os infiéis e propagar a fé cristã em todos os

⁴¹SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe**. O clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000, p.85.

⁴²Ibid., p. 26.

recantos do mundo, o instrumento para realização dessa missão foi a catequese e a educação⁴³. Em terras brasileiras os infiéis eram os indígenas.

Segundo Demerval Saviani⁴⁴, considera-se que a história da educação brasileira se iniciou com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega. Esses missionários criaram escolas, colégios, seminários e disseminaram esses institutos por diversas regiões do território. Apesar de outras ordens religiosas, como os franciscanos e os beneditinos, terem contribuído para o processo de colonização do Brasil, através de atuações educativas, essas participações eram dispersas. Os jesuítas vieram por determinação da Coroa portuguesa e essa proteção oficial viabilizou a organização sistemática de atividades educacionais.

Inicialmente, os jesuítas atuaram sobre as crianças indígenas. Para facilitar essa interação mandaram vir de Lisboa meninos órfãos, a intenção era por meio dos filhos atingir os pais e, por conseguinte, converter toda a tribo à fé católica. Em 1550, com a vinda dos meninos órfãos de Lisboa, inaugurou-se em Salvador o primeiro colégio jesuíta em terras brasileiras, o Colégio dos Meninos de Jesus, também conhecido como Colégio da Bahia. Os meninos índios eram alfabetizados na língua portuguesa por meio do tupi-guarani e aprendiam catequese, aritmética, canto e manuseio de instrumentos musicais.

Como métodos pedagógicos os padres utilizaram a escrita, a oralidade, o teatro e a música. Aprenderam o idioma dos indígenas, especialmente o tupi-guarani, ou “língua geral”, também denominada de “língua brasílica”, e traduziram para esta, orações e músicas católicas. O padre José de Anchieta organizou a primeira gramática em “língua brasílica” e utilizou-a no trabalho pedagógico

⁴³Sobre educação jesuítica ver BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. **Revista história hoje**, São Paulo, n 2, 2003; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Apontamentos sobre a Educação no Brasil Colonial. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008; PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 43-59; SANTOS, Fernanda. O Colégio da Bahia e o projecto educativo da Companhia de Jesus no Brasil Colonial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan/2011; SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011; VEIGA, op. cit..

⁴⁴SAVIANI, op. cit., p. 26.

realizado na Colônia. Conforme Cyntia Veiga⁴⁵, os jesuítas instituíram uma educação estética de inspiração cristã. Além de cantos religiosos e cantigas portuguesas, os índios aprenderam a tocar instrumentos musicais europeus, a fazer encenações dramáticas e coreográficas.

O processo educativo dos jesuítas era diversificado e adaptado a cada grupo social: com os indígenas, eles aplicaram as práticas de pregação e alfabetização, juntamente com o ensino de artes e ofícios, que também foi empregado para os escravos africanos da Companhia de Jesus nas fazendas e nos engenhos. A educação dos filhos dos colonizadores brancos da classe senhorial foi elaborada tendo como modelo os conteúdos dos colégios jesuítas europeus, dentro de uma perspectiva humanista cristã⁴⁶.

Com a política dos aldeamentos indígenas, que se iniciou em meados do século XVI, buscou-se uma opção para solucionar o problema da mobilidade de muitas tribos e facilitar a catequese dos nativos. Nesses aldeamentos havia oficinas, se fazia a catequese e a alfabetização dos meninos. Nos colégios, além dessas práticas, havia aulas de gramática latina.

Desde os primeiros colégios da Companhia de Jesus adotava-se a orientação denominada *modus parisienses*, a qual previa edifícios, classes homogêneas, progressão dos conteúdos escolares, exercícios de repetição. Este modelo está presente no *Ratio Studiorum*, conjunto de regras e programas de estudo elaborado pelos jesuítas. O *Ratio* tinha a intenção de ordenar as instituições de ensino de forma uniforme, entretanto, a adaptação aos lugares e às circunstâncias específicas foram sempre uma tônica forte da Companhia de Jesus.

A elaboração do texto definitivo de 1599 pautou-se nas experiências dos colégios das diferentes localidades, circunscritos em realidades distintas. Muitas correspondências foram trocadas e muitas críticas e correções foram realizadas até a redação final do texto. Segundo Dominique Julia⁴⁷, a primeira versão de 1586 trata de um programa de lições e exercícios graduados. Nas versões de 1591 e 1599

⁴⁵VEIGA, op. cit., p. 57.

⁴⁶Ibid., p.60.

⁴⁷JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE**. São Paulo: janeiro/junho, 1º número, 2001.

(final) o plano mudou completamente. O regulamento passou a tratar da função, responsabilidade, subordinação e dos relacionamentos de todos os membros no interior dos colégios. Julia concluiu que as experiências e dificuldades nos colégios jesuítas conduziram à compreensão de que esses espaços não eram reservados apenas à aprendizagem de saberes, mas locais, sobretudo, de inculcação de comportamentos, que exigiam uma direção que atendesse a finalidades específicas. A cultura escolar que constituía o *Ratio* passou a ter o propósito de remodelar comportamentos, formar o caráter e as almas por meio da disciplina do corpo e da direção das consciências.

Para Saviani, as ideias contidas no *Ratio*, cuja concepção pedagógica é caracterizada por uma visão essencialista de homem, “À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano”⁴⁸, se classifica como pedagogia tradicional. As concepções pedagógicas tradicionais religiosas e leigas foram referências até a Primeira República. O autor também observa que o projeto do *Ratio* era de caráter universalista e elitista:

Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas [...]. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com o que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso, os estágios iniciais previstos no Plano de Nóbrega (aprendizado de português e escola de ler e escrever) foram suprimidos⁴⁹.

No novo texto do *Ratio* a formação já se iniciava com o curso de humanidades, denominado de estudos inferiores, e o seu currículo compreendia o conjunto das artes liberais, gramática, humanidades e retórica, além de história, geografia e outras disciplinas, com duração de seis a sete anos, correspondendo ao atual nível médio. Os estudos superiores incluíam teologia moral, para quem desejasse lecionar, tornando-se mestre da ordem, teologia dogmática para formação de padres, e estudos de filosofia.

No Brasil, os cursos superiores eram limitados à formação dos padres catequistas, pois o pacto colonial previa que os alunos completassem seus estudos

⁴⁸SAVIANI, op. cit., p. 58.

⁴⁹Ibid., p. 56.

acadêmicos em Portugal. No entanto, segundo Fernanda Santos⁵⁰, a organização, o ensino e a metodologia do Colégio da Bahia estavam no mais alto nível pedagógico e cultural e atendiam perfeitamente às exigências de uma Universidade.

O *Ratio* adotou as teorias pedagógicas humanistas numa perspectiva cristã. Nesse projeto, o mérito individual é apreciado e constantemente avaliado. A avaliação deveria ser feita diariamente, observando-se o interesse e o desenvolvimento do aluno, e através de exames, que em geral eram escritos. A disciplina nos colégios jesuítas era rigorosa e o método de ensino previa a emulação e a premiação. Com a intenção de estimular o estudo realizavam-se competições entre os alunos, que poderiam ser públicas ou apenas na presença de membros respeitáveis da Ordem. Em relação à premiação, o Plano estabelecia dois tipos: os prêmios particulares, conferido pelo professor ao aluno; e os prêmios públicos, entregues em solenidades públicas e pomposas aos alunos que se destacaram em determinadas áreas.

Quanto à educação feminina no período colonial, a aprendizagem de conhecimentos não ficou restrita aos cuidados do lar e dos filhos. A educação e a instrução variavam de acordo com o grupo social ao qual a mulher pertencia.

Os jesuítas ensinavam às meninas índias o catecismo nos aldeamentos. Esses padres apoiavam os “casamentos legítimos” e tentavam reprimir os relacionamentos considerados indecentes entre os colonos e as indígenas. Com essa preocupação, o padre Manuel da Nóbrega fundou uma casa para acolhimento de índias órfãs, com o objetivo de prepará-las para o casamento legitimado pela Igreja Católica⁵¹.

Por solicitação dos indígenas da Bahia, Nóbrega incluiu nos seus planos a instrução feminina no Brasil. Entretanto, essa iniciativa, muita avançada para os padrões europeus da época, não foi aceita por Portugal. Somente em 1815 Lisboa passou a ter escolas para meninas⁵².

⁵⁰SANTOS, op. cit., p. 6.

⁵¹LEITE, 1953, apud VEIGA, 2007, p. 72. Segundo Serafim Leite, o padre Vieira relatou existirem fiandeiras nas oficinas dos colégios do Maranhão e do Pará.

⁵²SAVIANI, op. cit., p. 43.

No que diz respeito à educação de africanas e mestiças escravizadas, segundo Cyntia Veiga⁵³, apesar de não existirem estudos sobre iniciativas sistemáticas de educação para esses sujeitos, o ofício das “negras de tabuleiro”, que vendiam quitutes nos centros urbanos, é um indicativo de que sabiam fazer contas para efetuar as operações de venda dos seus produtos, o que não significa que fossem alfabetizadas.

Em referência à instrução das pardas e mulatas, filhas de homens brancos, e das brancas pobres, está relacionada com a prática regular do trabalho. Algumas dessas atividades, tais como vendedora, enfermeira, costureira ou rendeira, pressupõem aprendizado sistemático do ofício⁵⁴.

Quanto às mulheres brancas, a escassez no Brasil do século XVI foi um problema que exigiu da metrópole a adoção de medidas com a intenção de povoar e assegurar a ocupação do território, garantindo a hegemonia da minoria branca. Uma das estratégias foi enviar de Portugal mulheres órfãs com pequenos dotes para casar com os colonos portugueses e formar lares cristãos. Segundo Riolando Azzi⁵⁵, havia em Portugal o Recolhimento da Encarnação com a finalidade de preparar essas jovens para o casamento.

A mulher da classe senhorial tinha a importante responsabilidade de manter a “pureza racial” do grupo dominante. Seu destino era traçado pelo poder patriarcal do chefe de família, que usou inúmeros meios para tentar submetê-la à sua autoridade. Essas mulheres casavam-se cedo, entregando um dote ao noivo. Através das alianças matrimoniais se estabeleciam acordos que visavam principalmente riqueza e prestígio, por isso justificava-se a vigilância a essas moças e a sua reclusão em casa.

Construiu-se assim um ideal de mulher pura, recatada, mãe de família, inteiramente dedicada à casa e aos filhos. Essa ideologia era transmitida, sobretudo,

⁵³VEIGA, op. cit., p. 72.

⁵⁴Ibid., p. 72.

⁵⁵AZZI, Riolando e REZENDE, Maria Valéria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. Enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 24-59.

através do confessorário e da pregação⁵⁶. A Igreja, de forma proeminente, controlava as práticas culturais femininas e confirmava a submissão das mulheres ao poder patriarcal.

Entretanto, havia mulheres que administravam bens e negócios próprios ou de seus maridos falecidos ou em viagem. Situações como essas exigem o domínio da escrita comercial e conhecimentos das leis. Arilda Inês Ribeiro destaca que os atributos de submissão e passividade destinados ao sexo feminino eram transgredidos em algumas situações:

Quando o domínio dos portugueses era ameaçado, elas assumiam cargos tidos como masculinos, ocupando outros espaços. Nesses períodos, aprendiam rapidamente como administrar uma propriedade ou mesmo um território político⁵⁷.

Outras mulheres dessa camada social ingressavam nos conventos de freiras ou recolhimentos. As motivações por essa opção iam desde a escolha por vontade própria, satisfazendo vocação religiosa, ou, em muitos casos, as moças eram obrigadas ou induzidas por familiares, atendendo conveniências de caráter econômico, social e político. Nessas instituições elas passaram a ser educadas de acordo com os valores morais cristãos e instruídas. O ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música e de trabalhos domésticos e artesanais, como a costura e o bordado.

Quanto à forma de religiosidade dessa sociedade, a característica dominante foi a devoção, como mencionado acima. A devoção comportava uma atitude interior fundamentada no sentimento de amor a Deus e se exprimia na oração solitária e mental. Essa postura piedosa estava impregnada no cotidiano das pessoas, no momento de despertar, durante as refeições, nas missas, ao anoitecer. A prece privada antecedia e estava presente nas celebrações litúrgicas, revelando a importância da individualidade frente ao caráter comunitário dos cultos públicos. A

⁵⁶AZZI, 1983, op. cit., p. 44.

⁵⁷Ribeiro cita os casos de D. Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza, que governou a Vila de São Vicente após retorno do marido a Portugal, logo depois da conclusão da instalação da Vila em 1533, e D. Beatriz ou Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho, que governou Pernambuco quando o marido foi para Portugal com os filhos. Cf. RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Mulheres Educadas na Colônia*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 84.

esse fervor interior se associava o serviço do cristão a Deus. Era preciso reproduzir as atitudes e os sentimentos de Cristo, cultivar as virtudes ensinadas pelo mestre: simplicidade, humildade e obediência.

Segundo Cândido Silva⁵⁸, os grandes responsáveis em difundir esse movimento foram os religiosos mendicantes (franciscanos, dominicanos, carmelitas, agostinianos) e, posteriormente, as congregações religiosas que surgiram sob o marco da Reforma Católica, dentre as quais a Companhia de Jesus. Esses institutos pretendiam atender ao desejo dos leigos em compreender e participar de modo mais ativo na vida cristã. Nesta perspectiva, surgiram as ordens terceiras, confrarias de leigos associadas a uma ordem religiosa, que propõem aos seculares a espiritualidade e devoção conventual, mesmo estando fora dos muros do convento. Essa renovação incluiu ainda outras associações, novos espaços nas Igrejas e a propagação de outros recintos sacros particulares vinculados a um grupo ou família, como Igrejas ou capelas de irmandades e confrarias, e os oratórios domésticos, tendo sempre como destaque nesses ambientes a imagem, materialidade do sagrado.

Salvador adotou essa religiosidade devota como atributo comum, ainda que se constituísse de outros aspectos variados. Por toda parte famílias organizavam santuários particulares para as suas devoções. Até mesmo o clero diocesano não escapava a essa prática, apesar do incentivo vir predominantemente das casas conventuais, ordens terceiras e irmandades. A imagem sacra é uma presença garantida nos lares, seu poder sobre o crente é insondável. Muitas Igrejas da cidade foram construídas concebendo capelas laterais com imagens de santos, destinadas às devoções particulares⁵⁹.

Essa religiosidade, além de ter uma característica mais intimista, apelava também para outros estímulos alimentados na exteriorização que evocava sentimentos e emoções. Em Salvador, as encenações estavam presentes nas procissões, nas festas religiosas, nos presépios de figuras. As novenas e trezenas eram realizadas tanto nas residências quanto nas ruas. Havia também oratórios públicos em muitos pontos da cidade, nos quais os crentes cantavam ladainhas. “O

⁵⁸SILVA, 2000, op. cit., p. 89.

⁵⁹Ibid., p.85-109.

gestual da retórica em busca do convencimento e o teatro das representações edificantes estão conjugados⁶⁰. Nesses ambientes a diversidade religiosa e social estava presente: o clero secular, as ordens religiosas, as irmandades de leigos, organizadas por brancos e negros cativos ou libertos e crentes de diferentes camadas sociais convergiam na mesma experiência religiosa.

VIDA RELIGIOSA FEMININA

Até 1677 não existiam conventos femininos no Brasil. Os pais das famílias mais abastadas enviavam suas filhas para conventos em Portugal ou nas ilhas do Atlântico. A escolha pela vida religiosa da prole feminina tinha variadas causas. Uma delas era a dificuldade em encontrar casamentos considerados adequados para as filhas, já que os pais não permitiam que elas se casassem com pessoas de outro segmento social. O componente econômico também incidia nessa decisão, o casamento exigia dote mais expressivo do que o requerido para o ingresso em conventos, além disso, quando não vigorava o morgadio⁶¹, a herança da família deveria ser repartida entre os filhos e as filhas, o que dividia e reduzia a propriedade paterna. Já no caso das religiosas, muitos conventos não permitiam que elas herdassem propriedades. Além dessas motivações, outras causas influenciavam a determinação paterna, tais como o desejo de alcançar prestígio social destinando seus descendentes para as funções de padres e freiras; e a real vocação religiosa das meninas, afinal, a atmosfera de sacralidade permeava toda a sociedade na cristandade colonial⁶².

Na primeira metade do século XVII os chefes de família da classe senhorial solicitavam insistentemente a fundação de um mosteiro de freiras na Bahia. A Coroa resistia, considerando a necessidade de povoamento das terras conquistadas, a

⁶⁰SILVA, 2000, op. cit., p. 97.

⁶¹No regime de morgadio estabelecia-se um vínculo perpétuo dos domínios senhoriais transmitidos através de sucessão hereditária ao descendente primogênito do sexo masculino.

⁶²AZZI, 1983, op. cit., p. 27-30.

expansão da ascendência lusa na colônia e a decadência dos costumes nos mosteiros de freiras em Portugal, sendo de conhecimento público casos de amor entre freiras e nobres.

Segundo Anna Amélia Nascimento⁶³, nova solicitação em 1662 apresenta motivações que são acatadas pelo Conselho Ultramarino, culminado com o aceite do requerimento pelo rei em 1664. Entre as razões decisivas para o consentimento da metrópole estão o comprometimento da ausência de gastos da Coroa para a construção do mosteiro, a não existência de prejuízos nas rendas dos dízimos, já que os dotes das freiras poderiam ser em bens sobre os quais não incidissem impostos devidos à Fazenda Real, e, no caso de herança de bens de raiz, o mosteiro seria obrigado a vender, conforme termos da lei. Finalmente, em 1677 chegam a Salvador quatro religiosas de Évora para fundar o primeiro convento de freiras do Brasil, o Mosteiro de Santa Clara do Desterro.

No Convento do Desterro se reproduziu o modelo de sociedade na qual a instituição estava inserida. Entre seus muros havia o preconceito racial e social. A maioria das religiosas que ingressavam no convento era da elite social da cidade. As pobres que eventualmente se tornavam freiras no Desterro tinham menos prestígio, tanto quanto as filhas ilegítimas. O grau mais elevado da instituição era reservado às religiosas de véu preto, únicas que poderiam se tornar abadessas, cargo bastante disputado entre as religiosas.

Havia ainda outras mulheres na clausura: religiosas de véu branco; educandas; recolhidas; servas da comunidade e servas particulares, que poderiam ser escravas, livres ou forras. As escravas particulares viviam dentro do convento ou na casa dos pais das religiosas, as chamadas escravas de fora. Conforme Nascimento, só em 1688 o arcebispo passou a aceitar negras para a realização dos serviços das religiosas e da comunidade⁶⁴. Sobre o preconceito racial Azzi nos aponta que a ideologia da superioridade branca tinha que ser mantida, o estado de religiosa era um estado de “perfeição”, por isso reservado para a mulher branca de

⁶³NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião**: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994, p. 50-58.

⁶⁴NASCIMENTO, op. cit., p.171.

elite⁶⁵. Nascimento informa que eram comuns os relacionamentos de cumplicidade entre as religiosas e suas escravas. Essas muitas vezes eram o meio de comunicação entre a clausura e a sociedade. Algumas escravas de fora se vestiam luxuosamente, traduzindo a distinção de sua senhora⁶⁶.

Apesar da fundação do Convento do Desterro, permaneceu uma demanda para instalação de novos mosteiros femininos em Salvador, as vagas para o ingresso de noviças no Desterro eram disputadíssimas. As famílias abastadas continuavam enviando suas filhas para professarem em conventos europeus. Preocupado com a situação, em 1732 D. João V proíbe que mulheres brancas solteiras deixem a colônia⁶⁷.

Acolhendo às rogativas da elite, e o comprometimento de financiamento particular para consecução da obra, em 1735 o rei autorizou a criação de mais um convento em Salvador. Em 1742 foram consagradas as primeiras noviças do Convento Nossa Senhora das Mercês, no qual, além das religiosas, existiam as recolhidas, as servas e as educandas.

Ainda no século XVIII fundam-se mais dois mosteiros femininos na cidade. Em 1744 foi inaugurado o Convento da Conceição da Lapa, sendo enviadas irmãs do Desterro para essa finalidade. Com o incentivo do jesuíta Gabriel Malagrida, instalou-se em 1739 o Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade, que em 1752 transformou-se em convento, e tornou noviças suas 39 recolhidas. No mesmo ano criou-se nesse convento um educandário, e em 1756 foi inaugurada a classe para donzelas de fora⁶⁸.

Segundo Soeiro, uma das justificativas dessa condescendência da Coroa para a abertura de mosteiros femininos foi a redução do número de homens brancos na

⁶⁵AZZI, 1983, op. cit., p. 43-44.

⁶⁶NASCIMENTO, op. cit., p.172.

⁶⁷AZZI, 1983, op. cit., p. 29.

⁶⁸PASSOS, Elizete Silva. **A Educação das Virgens** – um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995. As donzelas de fora eram as educandas que não viviam na clausura do convento.

Bahia em virtude da migração de muitos deles para as Minas⁶⁹, o que reflete a preocupação em evitar a mestiçagem das “moças brancas” com “homens de cor”.

Além dos mosteiros femininos, três recolhimentos foram fundados em Salvador no mesmo século. Os recolhimentos eram casas de reclusão para mulheres, onde as regras de convivência na comunidade eram semelhantes às dos conventos, mas não havia a obrigatoriedade dos votos perpétuos (celibato, obediência e pobreza).

Essas instituições surgiram como uma alternativa da sociedade colonial, já que a Coroa portuguesa mantinha restrições para fundar conventos femininos na colônia. A maioria dos recolhimentos almejava a posterior conversão em convento. As reiteradas solicitações se justificavam pelo status privilegiado de uma religiosa professa naquela sociedade. Entretanto, como a situação das recolhidas permitia a saída da instituição religiosa para uma vida secular e a opção pelo casamento, as autoridades governamentais frequentemente não autorizavam a conversão: o povoamento da colônia era essencial para a sua exploração. Segundo Maria José de Souza Andrade, os recolhimentos femininos, religiosos ou seculares

[...] atenderam a uma realidade social da época, qual fosse preservar os valores da classe dominante. Tanto é assim que a criação dessas instituições contribuía para manter as fortunas e os privilégios de cor e para fortalecer as relações de prestígio, a submissão da mulher, a dependência ao Estado e à Igreja⁷⁰.

Apesar dos recolhimentos necessitarem da autorização régia para funcionar e estarem submetidos à hierarquia da Igreja Católica, da qual recebiam seus estatutos, alguns desses institutos funcionaram sem o consentimento dessas hierarquias, temporariamente ou por toda a sua existência. Azzi nos apresenta alguns episódios interessantes sobre essa realidade, como o caso da Casa de Oração do Vale das Lágrimas. Em pleno sertão baiano, na divisa com a Capitania de Minas Gerais, as filhas do mestre de campo João da Silva Guimarães, Isabel Maria e Quitéria, em meados do século XVIII, passaram a viver reclusas e servindo

⁶⁹SOEIRO, 1978, apud AZZI, 1983, op. cit., p. 32.

⁷⁰ANDRADE, Maria José de Souza. “Recolhimentos femininos na Bahia”. **Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - SBPH**, Curitiba: SBPH, 1995, p. 119.

devotamente a Deus, sendo acompanhadas por filhas de inúmeros mineiros, que ali as deixavam, para serem protegidas e educadas.

Este tipo de vida religiosa provocou reações da Igreja. O arcebispo da Bahia condenou em 1754 a instituição e solicitou providências do governo. Isabel Maria se defendeu em carta, informando que não necessitava de autorização para viver virtuosamente em sua casa, com suas parentas e amigas, desafiando a autoridade eclesiástica. Conforme Azzi, havia poucas opções para órfãs brancas e pobres, sendo uma alternativa a clausura em sua própria casa⁷¹.

Os recolhimentos tinham diversas finalidades. Em seu estudo sobre a função social dos recolhimentos femininos na Bahia dos séculos XVIII e XIX, Andrade explicita que estes institutos, além de aspirar ideais religiosos e educacionais, proporcionavam abrigo e proteção para moças cuja honra estava ameaçada, como prostitutas arrependidas, viúvas e órfãs. A autora nos aponta um mapeamento desses recolhimentos segundo seus objetivos, embora a mesma casa religiosa pudesse ter mais de um propósito. Existiam recolhimentos para meninas órfãs, que preparavam essas moças para o casamento, recolhimentos destinados a regenerar mulheres “transviadas, mas arrependidas”, e recolhimentos que objetivavam cumprir missão religiosa e educativa⁷².

Os três recolhimentos fundados em Salvador no século XVIII foram o Recolhimento do Santo Nome de Jesus, constituído em 1716, administrado pela irmandade leiga da Santa Casa da Misericórdia, que tinha como finalidade social preparar meninas órfãs para o casamento; o Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, fundado em 1723; e o Recolhimento de São Raimundo, erigido em 1755, pelo sargento-mor Raimundo Maciel Soares, cujo objetivo era abrigar mulheres arrependidas, que haviam “declinado no caminho da honestidade”.

Já no século XIX, em 1808, o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, estabelecido em Santo Amaro da Purificação desde 1805, adquiriu estatutos do arcebispo da Bahia. Em 1813 o rei concedeu licença e dotação para fundação do

⁷¹Sobre a Casa de Oração do Vale das Lágrimas ver AZZI, 1983, op. cit., p. 41-42; e SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001, p. 38-40.

⁷²ANDRADE, Maria José, op. cit., p. 117-121.

recolhimento, ocasião na qual o arcebispado incluiu a exigência de que as recolhidas se ocupassem do ensino e da educação de meninas⁷³.

O RECOLHIMENTO DO SENHOR BOM JESUS DOS PERDÕES

O Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, fundado em Salvador no início do século XVIII, situado na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, tinha como função abrigar devotas mulheres “a fim de viverem uma vida recolhida, e penitente”, passando posteriormente a ter como objetivo social a “educação da mocidade feminina”, recebendo moças como recolhidas e educandas. Seus fundadores, os irmãos Domingos do Rozario e Francisca das Chagas, instituíram capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade e um pequeno recolhimento sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões, edificando-o no local em que possuíam três casas, para ali se recolherem a fundadora, sua irmã Maria de Jesus e outras mulheres devotas, levando vida de penitência. O então arcebispo da Bahia, D. Luiz Alves, admirado com o comportamento dessas senhoras, lhes conferiu os primeiros estatutos em 6 de agosto de 1732⁷⁴.

Abaixo, fotografia do Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões e Capela da Piedade. De acordo com o Livro Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a parte mais antiga do edifício se apresenta em forma de “L” ao longo das ruas que o contornam, e conforme indícios, no final do século XVIII, quando ganhou 40 novas celas, o Recolhimento fechou os outros lados do edifício, formando um estreito pátio interno. Evidências também apontam que no século XIX a fachada da igreja foi

⁷³ ANDRADE, Maria José, op. cit., p. 118-119.

⁷⁴ APEB. Estatutos do Recolhimento dos Perdões da Cidade da Bahia, 1845. Consta ainda em seu prefácio que as regras do primeiro estatuto pouco se alteraram, as pequenas variações registradas dizem respeito à instituição da “resa do Officio parvo de N. S. em Latim” em 1741 pelo arcebispo D. José Botelho e a mudança do hábito de burel para sarja, ou lila preta em 1792. Em 1814, o vigário capitular instituiu novos estatutos, entretanto, em 1817, o seu sucessor, Antonio Borges Leal, revogou essas regras, mantendo a observância do antigo regulamento, mas sem norma escrita até 1845, quando o então arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas determinou que se fizessem esses novos Estatutos.

modificada sob a influência do estilo neoclássico, apresentando duas pilastras recobertas por frontão que se separam para dar lugar a uma cruz⁷⁵.

Ilustração 1 - Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões e Capela da Piedade.



Fonte: Fotografia autora.

Acompanhando o contexto da época, o Recolhimento dos Perdões, através de solicitações de suas recolhidas, realizou algumas tentativas para a conversão da instituição em casa de religiosas profetas, todas sem êxito. Encontramos evidências de três registros. A primeira aconteceu ainda no século XVIII, em 1799. À revelia da vontade do arcebispo, as recolhidas obtiveram o breve apostólico⁷⁶ autorizando a conversão do recolhimento. A documentação analisada não descreve como foi mediado o contato entre as recolhidas e a Santa Sé, nem menciona a regra que seria seguida pelas religiosas, questões que merecem ser averiguadas mais profundamente por pesquisas futuras.

A demonstração de independência das recolhidas frente ao prelado assinala um comportamento feminino nem sempre passivo e submisso, como muitas vezes foi descrito, para este período, na historiografia tradicional, mas contestado pelos estudos históricos das relações de gênero. Entretanto, a reforma requerida não sobreveio. O arcebispo da Bahia, D. Frei Antônio Corrêa, impugnou a exequibilidade

⁷⁵Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, Bahia. Cap. 158-Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões (Capela da Piedade).

⁷⁶Documento assinado pelo Papa destinado a comunicar resoluções com mais rapidez e menos formalismo que as bulas.

do breve em 20 de janeiro de 1799, alegando não haver necessidade de um quinto convento. Em julho do mesmo ano o arcebispo enviou aviso ao governador, D. Fernando José de Portugal, para que este não cumprisse o breve, por ter sido obtido por meio de falsa exposição⁷⁷. O governador também havia sido instruído pelo primeiro-ministro português, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a não atender a solicitação papal para converter o Recolhimento em convento: “fico na intiligencia de não consentir que se dê a execução o Breve que se solicitou da Sé Apostolica”⁷⁸.

Percebemos aí a estreita convergência de propósitos entre o interesse da metrópole e dos seus agentes na colônia, preocupados em garantir o povoamento mediante casamentos dos colonos com mulheres brancas, e a hierarquia eclesiástica local, mesmo em detrimento da decisão de Roma. Segundo Cândido Silva, essa simbiose entrará em descompasso no decurso do tempo:

Na parceria da aliança hão de percorrer caminho longo, lado a lado, mas em passo lento e inelutável de descompasso até a cisão formal. Um Estado que evoluirá assumindo a modernidade de se entender autônomo, buscando em si mesmo o fundamento de suas práticas. [...] Uma Igreja que a Reforma dividiu, enfraquecendo-a. [...] E o recurso à proteção do Estado será o caminho da submissão crescente, a fim de assegurar seu espaço de participação [...] até o momento em que se tornar dispensável⁷⁹.

Um novo requerimento para conversão em convento ocorreu em 1820. As recolhidas pretendiam seguir as regras das carmelitas descalças e alegavam “o recato e a honestidade em que vivem”⁸⁰, além de possuírem renda suficiente. Frustraram-se mais uma vez as suas intenções ao se depararem com a oposição do então governador, Conde da Palma.

⁷⁷SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Volume V. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1837, p. 231.

⁷⁸Arquivo Histórico Ultramarino: Documentos Avulsos da Capitania da Bahia Catálogo Eduardo de Castro de Almeida. “*Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual comunica que impedirá a execução do breve pontifício, que fora solicitado para converter o Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões em convento de religiosas professoras. Bahia, 12 de Dezembro de 1799*” Doc. nº 19.632 apud SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2005, p. 71.

⁷⁹SILVA, 2000, op. cit., p. 26.

⁸⁰SILVA, 1837, op. cit., p. 231.

Uma última tentativa de transformação do recolhimento aconteceu em 1910, quando a instituição já estava em declínio. Nessa ocasião havia apenas seis recolhidas nos Perdões e a maioria em estado valetudinário. Em correspondência endereçada ao arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva, datada de 20 de fevereiro de 1910, as recolhidas solicitam a contratação de “uma Congregação de Irmãs Religiosas” para “preparar uma Comunidade de Recolhidas” com o objetivo de melhor dirigir o Recolhimento, pois não desejavam a extinção da instituição⁸¹.

Atendendo ao requerimento, no mesmo ano D. Jerônimo incumbiu à Congregação Pontifícia das Irmãs Dorotheás a direção do Recolhimento dos Perdões e do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo ao Recolhimento, fundado em 1903. “Taes foram porem as desarmonias resultantes” que o arcebispo se viu obrigado em 1915 a retirar as irmãs Dorotheás da direção do Recolhimento e do Educandário, entregando o encargo novamente às recolhidas dos Perdões. O documento não explicita os motivos dos conflitos entre a nova direção e a comunidade do Recolhimento⁸².

Entretanto, em relatório enviado à Inspeção de Ensino pelo fiscal do Educandário dos Perdões, Helvidio de Castro Velloso, consta que a direção dessa instituição, exercida pelas irmãs Dorotheás, era ineficiente, pois havia “uma espécie de anarchia reinante no serviço da Secretaria” e faltava uma “bôa orientação das funcionarias respectivas”. O relatório se referia ao período de 25 de agosto de 1915 até o final de 1916. De acordo com o fiscal, em novembro de 1915, após os exames da primeira época, houve “o súbito abandono deste Estabelecimento pelas Irmãs que constituíam a sua direção”:

A nova direção deste Estabelecimento tendo sido assumida pelas recolhidas do Convento dos Perdões em virtude do abandono referido, e por serem elas as legítimas proprietárias do mesmo, lutou com serios embaraços para manter a sua estabilidade [...]. Em abono desta assertiva está o augmento considerado da matricula no anno próximo findo resultante da confiança a que se tem imposto este Educandario perante a opinião publica⁸³.

⁸¹ACMS. Carta enviada pela comunidade das recolhidas dos Perdões para D. Jerônimo Thomé da Silva em 1910.

⁸²ACMS. “O Caso dos Perdões”. S.d., 11p.

⁸³APEB. Relatório apresentado à Inspeção Geral do Ensino, relativo ao ano de 1916.

Apesar de frustradas as tentativas de conversão em convento, o Recolhimento dos Perdões foi uma alternativa de vida religiosa para muitas mulheres da Bahia nos séculos XVIII, XIX e até o início do século XX. Segundo os Estatutos do Recolhimento de 1845, o número de recolhidas da comunidade não poderia exceder 25, enquanto o rendimento do seu patrimônio não fosse aumentado. A entrada de recolhida numerária⁸⁴ só seria aprovada se houvesse mais da metade dos votos da comunidade. Sendo admitida, a pretendente doava “para as obras do Recolhimento 800\$ rs, uma arroba de cera para a Igreja” e demais despesas de costume, ficando a instituição obrigada a sustentá-la. As recolhidas extranumerárias, mesmo não pertencendo ao número da comunidade, viviam no recolhimento e eram sustentadas pelos pais, benfeitores ou com recursos próprios⁸⁵.

De acordo com os mesmos estatutos⁸⁶, após insistentes solicitações de muitos pais, passaram a ser admitidas no recolhimento as educandas. Em livro que aborda as formas de atuação de mulheres no mundo das letras na Província da Bahia, Márcia Leite observa que, apesar da estruturação das relações de poder ter dificultado, em parte, a aquisição de uma cultura mais especializada por parte das mulheres, ressalva, com base em sua pesquisa, que as “fissuras e contradições do sistema dominante” apontaram variações nos costumes, a exemplo da participação masculina na educação das mulheres no antigo sistema senhorial, incentivando a formação das filhas⁸⁷. A insistência dos pais para inserir educandas no recolhimento, descrita nos estatutos, coaduna-se com essa abordagem da autora.

As educandas eram admitidas a partir de 6 até 14 anos, passando para a condição de recolhida extranumerária após 8 anos de educanda ou ao completar 20 anos de idade. Essas moças tinham mestras particulares e, sob a vigilância e inspeção da regente, aprendiam “a Doutrina Chistã, ler, escrever, contar, e todas as mais habilidades de sua condição, que no Recolhimento se costumão empregar”⁸⁸.

⁸⁴Recolhidas sustentadas com o patrimônio da comunidade.

⁸⁵APEB. Estatutos do Recolhimento dos Perdões da Cidade da Bahia, 1845.

⁸⁶Cf. Estatutos, 1845.

⁸⁷LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005, p. 50-51.

⁸⁸Cf. Estatutos, 1845.

Mais informações sobre a educação e instrução feminina ministrada nos Perdões estão descritas em alguns relatórios do século XIX sobre a situação contábil do recolhimento, enviados pela regente ao presidente da Província:

Consiste a educação recebida por humas e outras Recolhidas em saber ler, escrever, contar, rezar os Officios Divinos em Latim, saber musica, tocar orgão, cozer e bordar de linha e de fio de ouro, fazer doces, flores artificiaes, servindo o rendimento desses artefactos de auxiliar as despezas do Recolhimento e Servas⁸⁹.

Outros conhecimentos e habilidades foram apreendidos pelas recolhidas para o desempenho de suas funções na instituição. Alguns cargos, por serem considerados de maior responsabilidade, só deveriam ser ocupados por recolhidas numerárias, estes seriam os de regente, vice-regente, escritã e consultoras, com mandatos de três anos, e porteiras, sacristã e guarda, com mandatos de um ano. Embora não se exigissem um aprendizado sistemático para o exercício de muitas funções, para alguns cargos era necessário um conhecimento mais metódico, tais como o de escritã, lente de refeitório e enfermeira.

A escritã, por exemplo, tinha a responsabilidade de fazer “a escripturação necessária à Regente relativamente ao seo Emprego;”⁹⁰ além de coletar e registrar informações para os seguintes livros: Inventário dos Bens do Recolhimento; Termo de eleição da Regente; Assento das entradas , saídas e mortes; Conta Corrente no fim do triênio; e Visitas e ordens do Prelado.

Faziam parte também do Recolhimento dos Perdões as servas da comunidade e as servas particulares, que poderiam ser escravas, livres ou forras. Essas moças não poderiam ter menos de 7 anos ou possuir filhos⁹¹. Semelhante ao que ocorria no convento do Desterro, algumas servas viviam na clausura, e outras fora da comunidade, provavelmente na casa dos pais das recolhidas. Como observou Nascimento⁹², as servas de fora se constituíram num dos canais de comunicação das enclausuradas com o mundo exterior.

⁸⁹APEB. Relatório demonstrativo das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões, 1873.

⁹⁰Cf. Estatutos, 1845.

⁹¹Cf. Estatutos, 1845.

⁹²NASCIMENTO, op. cit., p.172.

Nos estatutos estava previsto que nenhuma recolhida teria mais de uma serva, mas se admitia a possibilidade de aceitação de outra, caso fosse para ser ensinada, e desde que conveniente à regente. Em relatório referente ao ano de 1847, enviado ao presidente da Província, consta que viviam na comunidade dos Perdões 136 pessoas. Desse total havia 21 recolhidas numerárias, 39 recolhidas extranumerárias e educandas e 76 servas forras e cativas. Em relação às servas, a regente observa que, “destas, muitas seus senhores meterão aqui para aprenderem”⁹³.

No relatório não está especificado os saberes que deveriam ser ensinados a essas servas, mas podemos supor a aprendizagem de habilidades para o desempenho dos serviços domésticos ou para o desenvolvimento do pequeno comércio nos mercados de Salvador, como ganhadeiras.

Como observa Cecília Soares, as escravas ganhadeiras “eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes”⁹⁴. É possível que os saberes aprendidos incluíssem ler, escrever e, principalmente, contar, aptidão importante para negociar os produtos no mercado. Essa perspectiva ilumina em parte a questão levantada por Veiga, citada anteriormente, sobre o desconhecimento de iniciativas sistemáticas de educação para africanas e mestiças escravizadas.

Mesmo havendo distinções entre servas e outras mulheres da instituição, é surpreendente observar que o Recolhimento dos Perdões também serviu à finalidade de educar e instruir forras e cativas ao lado de mulheres brancas.

De acordo com os estatutos, a incumbência de ensinar a serva era da recolhida responsável pelo ingresso da mesma, “Nenhuma Recolhida terá mais de uma Serva, poderá aceitar outra para ensinar, convindo à Regente”⁹⁵. A educação moral e religiosa, juntamente com o ensino de artes e ofícios como “cozer e bordar de linha e de fio de ouro, fazer doces, flores artificiaes”, e uma possível instrução

⁹³APEB. Relatório demonstrativo das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões, 1847.

⁹⁴SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia**. Salvador: CEAO, n. 17, 1996, p. 57.

⁹⁵Cf. Estatutos, 1845, p.20.

elementar, além de preparar essas servas para o exercício de suas atribuições no serviço doméstico, e em eventuais atividades requeridas pela vida urbana e comercial, inculcia-lhes normas de comportamento, hábitos e determinados valores morais, moldando-as para atender aos desígnios de seus senhores, que necessitavam manter hierarquias e distinções sociais.

Para compreendermos os valores que permeavam o Recolhimento dos Perdões, devemos perceber que os elementos que constituem a sociedade estão representados na instituição através das pessoas que a compõem e que interagem com ela, estabelecendo suas relações de poder, seus conflitos, suas contradições e suas avenças, inerentes ao sistema social do qual fazem parte. O preconceito social e racial fazia parte daquela sociedade escravagista, por isso é compreensível observarmos esse comportamento dentro dos muros do recolhimento. Em algumas cartas que localizamos, o requerimento para ingresso de recolhida nos Perdões incluía o acompanhamento de escrava para realização de seus serviços. Em documento de 1830, Pedro Rodrigues Bandeira informa o que segue abaixo:

[...] Sendo exposta em sua caza huma menina branca [...] fizera baptizar com o nome de Guilhermina [...] e disposta a viver na clausura, intenta o suplicante fazêla entrar em o Recolhimento do Senhor dos Perdões [...]; levando para o seu serviço huma escrava de nome Florinda⁹⁶.

Em outro exemplo, a regente solicita licença ao arcebispo para a admissão de recolhida numerária acompanhada de “duas servas para o serviço da mesma”.⁹⁷ Solicitação atendida no mesmo documento, apesar da cláusula nos estatutos que vedava a entrada de mais de uma serva por recolhida.

Na clausura, as recolhidas viviam cercadas por servas particulares e da comunidade, ambiente que se assemelhava à casa grande ou ao sobrado das classes dominantes nos centros urbanos. Essa ligação entre a recolhida e suas escravas muitas vezes poderia gerar uma relação de cumplicidade, motivada por afinidades construídas a partir de laços anteriores ao recolhimento. Muitos prelados se preocuparam com o grande número de servas nos conventos e recolhimentos de

⁹⁶ACMS. Carta solicitando a entrada de Guilhermina como recolhida numerária acompanhada de escrava, 1830.

⁹⁷ACMS. Carta solicitando a entrada de recolhida numerária acompanhada de duas servas, 1861.

Salvador. Para eles, esses abusos causavam a desordem dos costumes dentro do claustro⁹⁸.

Na Tabela 1, a seguir, apresentamos a população do Recolhimento dos Perdões referente a alguns anos de meados do século XIX, segundo relatórios enviados pelas regentes, nos exercícios dos seus mandatos, aos respectivos presidentes da Província, constando demonstrativo contábil e população da instituição.

Tabela 1
População do Recolhimento dos Perdões em meados do século XIX

Ano base do relatório	Total de pessoas	Recolhidas	Educandas	Total de servas	Servas da comunidade	Servas particulares
1847	136	60	-	76	08	68
1854	67	51	05	07	07	-
1868	28	18	-	10	10	-
1869	103	48	-	55	10	45*
1872	104	43	-	61	13	48**
1873	92	40	-	52	10	42
1874	92	40	-	52	10	42
1879	80	37	-	43	12	31
1880	84	36	-	48	08	40
1883	75	31	-	44	08	36
1884	46	39	-	07	-	-
1885	16	08	-	08	-	-

Fonte: APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

* Esse número se refere às servas particulares e a 8 servas de fora, que podem ser particulares ou da comunidade.

** No relatório esse número se refere às educandas e suas servas. Coloquei-o nessa célula por entender que o número de servas sempre foi mais significativo do que o de educandas, apesar de que algumas servas também entraram no recolhimento para serem educadas.

Em todos os anos, com exceção daqueles em que não constam os dados das servas particulares, o número de servas supera o de recolhidas, sendo muito mais expressivo ainda o número de servas particulares. Alguns dados não parecem exatos, por exemplo, o ano de 1868 aparenta discrepância em relação a 1869. Isso

⁹⁸Azzi cita o episódio da revolta das recolhidas do Recolhimento do SS. Nome de Jesus, em virtude da ordem do rei Pedro II em 1716, que proibia a existência de escravos nos recolhimentos e conventos. Elas obtiveram vitória contra as determinações régias em 1721. AZZI, 1983, op. cit., p. 49-50. Sobre as tentativas de reformas nas casas monásticas em Salvador, ver, também, NASCIMENTO, op. cit., p. 150-158.

pode estar relacionado à não inclusão das servas particulares, por não fazerem parte dos custos da comunidade, e às licenças por motivo de saúde solicitadas por muitas recolhidas e servas. Alguns relatórios fazem referências a essas licenças, especificando que do total da população uma parcela está fora da instituição por motivo de doença.

Além do número expressivo de servas em relação ao número de recolhidas, outros aspectos podem elucidar melhor o contexto da escravidão nos Perdões. Em relação à existência de escravos no Recolhimento encontramos um recibo de pagamento de alforria que evidencia esta ocorrência. Em 1864, Epifanio, escravo pertencente ao Recolhimento, pagou uma parcela de sua alforria, ficando obrigado a saldar semanalmente o restante até completar a quantia total, tendo a regente feito a seguinte ressalva: “e no caso que falte qualquer pagamento ficará sem efeito tal alforria, e ficando de hoje em diante desonerado o dito Recolhimento de lhe dar comida, e tratalo na doença”.

Esse episódio revela como essa instituição religiosa espelhava as práticas da sociedade secular. A religiosidade dessas mulheres, vivenciada em atos de devoção a Deus e aos santos, que incluía cultos, orações e outros rituais da Igreja, convivia com a exploração do escravo, sem nenhuma preocupação caridosa.

Outros indícios corroboram que a presença de homens escravizados, apesar de reduzida, era comum em instituições religiosas femininas. Em relação ao Convento do Desterro, Nascimento informa os seguintes dados:

A população escrava era naturalmente, na maioria, feminina, e, por isso, as cartas de liberdade se endereçavam às mulheres em números correspondentes a 62,62%, às crianças ou crias, em 31,77%, e aos homens, em 5,61%⁹⁹.

Variações dessa conduta também ocorriam. Em 1792, o Recolhimento dos Perdões recebeu para viver dentro dos seus muros a “pretinha” Anna de Souza Paraizo acompanhada de sua escrava. O testamenteiro de Pedro de Souza Paraizo, após ter entregado “ao Procurador Geral do dito Recolhimento a quantia de hum conto e duzentos mil [...] e verbado Testamento”, solicitou que fosse concedido à

⁹⁹NASCIMENTO, op. cit., p.175.

legatária Anna de Souza Paraizo a “permissão de entrar e viver no sobredito Recolhimento com a escrava que tem ainda donzela e apta para o seu serviço”¹⁰⁰.

O caso descrito acima, e as informações de Nascimento sobre jovens pardas e crioulas libertas que se viam impedidas de alcançar o estado de religião nos conventos femininos da Bahia, esboçam as contradições dessa sociedade¹⁰¹. Em 1797, houve uma petição à rainha D. Maria de “uma jovem parda, educada no Convento do Desterro, que se dispôs viajar a Lisboa” para solicitar a fundação de um convento na Bahia, “no qual só se pudessem admitir donzelas pardas”. E, no mesmo ano, uma crioula liberta “pedia licença para fundar um recolhimento para 20 donzelas junto à ermida do Senhor do Bonfim”. Os dois pedidos foram negados.

A situação de Anna de Souza Paraizo nos aponta a complexidade da sociedade naquele contexto. O sistema social dominante previa que a vida religiosa era um privilégio da elite branca. Entretanto, brechas neste sistema permitiram que Anna, uma “pretinha”, vivesse em uma instituição religiosa feminina, em finais do século XVIII. Provavelmente, o fato de ser um recolhimento, onde as mulheres não tinham o status de religiosas professoras, apesar de viverem sua religiosidade na clausura, repercutiu na decisão dos responsáveis pela aceitação de Anna nos Perdões.

Quanto ao fato de uma “pretinha” possuir escrava também não era raro. Relatando as reclamações do arcebispo d. Antônio Correia sobre as desordens causadas dentro do Convento do Desterro pelo excessivo número de escravas, Nascimento informa que este se espantava com o fato de servas forras também terem escravas próprias¹⁰².

As motivações para o ingresso no Recolhimento dos Perdões, segundo documentação pesquisada, iam além das finalidades descritas em seus estatutos.

¹⁰⁰ACMS. Carta solicitando a entrada da “pretinha” Anna de Souza Paraizo acompanhada de uma escrava, 1792.

¹⁰¹NASCIMENTO, op. cit., p. 107-108.

¹⁰²NASCIMENTO, op. cit., p. 173. Essas e outras questões sobre a escravidão em instituições religiosas femininas precisam ser investigadas mais profundamente em outras pesquisas, pois extrapolam os objetivos deste trabalho.

Identificamos situações que se referiam à reclusão de órfãs por ordem do governo. Esse foi o caso da órfã Josefina Maria de Jesus:

Em conformidade das ordens do Governo [...], vou prevenir a V. Sa. de que amanhã [...] será apresentada ahi a orfaã Josefina Maria de Jesus acompanhada do Doutor José Joaquim dos Santos, que irá estar encarregado da pensão¹⁰³.

Outra circunstância para o recolhimento de jovens mulheres foi pontual e estava relacionada à conjuntura da Guerra do Paraguai. Em 1865, alguns oficiais solicitaram o ingresso de suas filhas no Recolhimento dos Perdões, pois estavam seguindo para o sul “em defesa da honra e dignidade nacional”¹⁰⁴. O recolhimento era local considerado confiável e a clausura garantiria a segurança e a proteção de suas crianças.

Mais uma situação distinta referente ao ingresso de mulheres nos Perdões se refere ao “depósito” no recolhimento de mulher aguardando sentença de divórcio. Em portaria do governo de março de 1811, manda-se “passar em deposito do dito Recolhimento para a caza de alguma de suas parentas a Recolhida D. Clara Maria do Sacramento, cazada com Jozé Joaquim do Couto e Mello”¹⁰⁵.

Na percepção de algumas pessoas, a convivência das recolhidas com mulheres casadas provocava uma movimentação diferente na comunidade, um alvoroço que inquietava. Afinal, aquelas mulheres, que já tinham tido contato carnal com homens, poderiam influenciar negativamente as recolhidas que desejavam levar uma vida piedosa. Esse, possivelmente, era o pensamento da regente, que solicitou ao Imperador “a graça de não se recolher mais no dito Recolhimento mulher cazada pelos grandes inconvenientes que da hi se siguião”¹⁰⁶. Solicitação atendida através da Portaria de 21 de janeiro de 1825 expedida pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império. O Imperador, requerendo que não fossem mais admitidas mulheres casadas nos Perdões, “ouve por bem ordenar que não continue aquelle costume, que além de ser prejudicial ao bom regimen e educação das recolhidas, hé

¹⁰³ACMS. Carta à regente sobre o recolhimento da órfã Josefina, 1848.

¹⁰⁴ACMS. Carta solicitando recolher três filhas de tenente, 1865.

¹⁰⁵ACMS. Portaria do Governo ordenando a saída de D. Clara, 1811

¹⁰⁶ACMS. Carta da regente solicitando registrar a Portaria de 21 de janeiro de 1825 em livro competente, 1826.

contrário a indissolubilidade do matrimônio”¹⁰⁷. A resolução passou a constar nos Estatutos do recolhimento.

O COTIDIANO

Os Estatutos dos Perdões, de 1845, descrevem em detalhes o cotidiano na clausura da instituição, e esse era repleto de exercícios espirituais. O dia começava às cinco horas com as mulheres se dirigindo ao coro para o exercício da oração mental. Em seguida, as recolhidas numerárias, e as extranumerárias que quisessem, rezavam a primeira parte do “Ofício Parvo de Nossa Senhora”¹⁰⁸ em latim, as demais seguiam para seus afazeres.

Depois desse culto religioso elas se ocupavam do que conviesse até às oito e meia da manhã, quando tocava o sino para a missa do padre diretor. Ao final da missa, as responsáveis pela realização do “Ofício Parvo de Nossa Senhora” davam continuidade à prática, rezando a sua segunda parte. Às onze horas a comunidade ia ao refeitório fazer a lição e preces de costume, e ao meio dia fechavam-se as portarias. Das treze às quatorze horas todas guardavam silêncio. Às duas horas da tarde, quando se abriam as portarias, as recolhidas numerárias juntavam-se no coro para rezar a última parte do Ofício Parvo. À tarde, após todos esses rituais, elas se dedicavam a seus respectivos trabalhos, relacionados às funções que desempenhavam na instituição, até o horário da Ave Maria. Nos domingos e dias santos em que não houvesse festa se reuniam para ouvir a doutrina ou prática do padre diretor¹⁰⁹.

Abaixo, ilustrações da Capela da Piedade e dos recintos onde as religiosas se

¹⁰⁷ACMS. Carta participando a resolução da Portaria de 21 de janeiro de 1825 ao Imperador, 1825.

¹⁰⁸O “Ofício Parvo de Nossa Senhora”, em que parvo provém do latim “pequeno”, é uma liturgia da Igreja Católica que consiste na oração comunitária cotidiana em diversos momentos do dia, em louvor a Deus e à Virgem Maria, através de salmos, hinos, cânticos, ladainhas e da leitura de passagens bíblicas.

¹⁰⁹Cf. Estatutos, 1845.

apresentavam cantando no coro ou participando de outros rituais da Igreja. Nesses locais elas mantinham certa distância reverencial do resto da comunidade que participava dos cultos da Igreja.

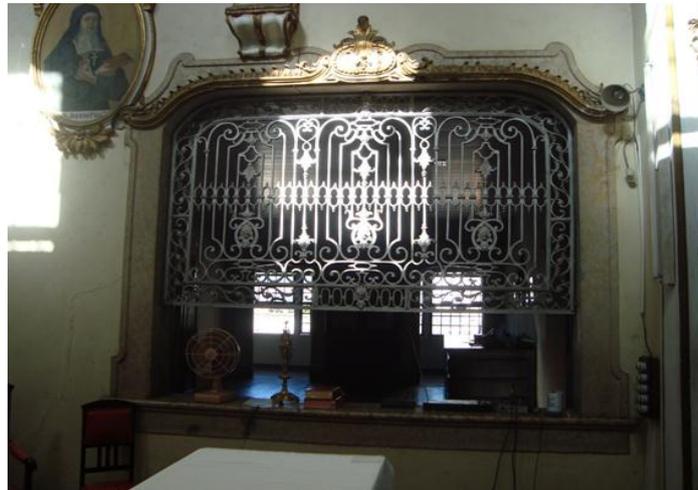
Ilustração 2 - Interior da Capela da Piedade: altar mor do final do século XVIII¹¹⁰.



Fonte: Fotografia autora.

Ao lado esquerdo da fotografia acima é possível observar a grade que separa o recinto denominado “Coro das Irmãs”.

Ilustração 3 - Grade do recinto “Coro das Irmãs”.



Fonte: Fotografia autora

¹¹⁰Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, Bahia. Cap. 158-Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões (Capela da Piedade).

Ilustração 4 - Coro Inferior



Fonte: Fotografia autora.

A atmosfera de devoção acolhia o fervor interior da oração mental. O silêncio era considerado uma virtude. Com a sua prática tentava-se controlar os impulsos, modelando o comportamento feminino desejado:

O silencio he um dos meios uteis para conseguir o adiantamento da vida espiritual: jamais se fará nella progresso sem impôr silencio á língua. Não há Mestre da vida espiritual que assim o não recomende expressamente¹¹¹.

O seu exercício era exigido em muitas ocasiões e lugares: na Igreja, no salão do comungatório, nas capelas do interior do recolhimento, em todas as janelas da frente da Igreja e da instituição, “para credito do mesmo Recolhimento”¹¹². Ser silenciosa era uma característica esperada das mulheres, principalmente daquelas que haviam escolhido uma vida piedosa na clausura.

Na ilustração 5 abaixo, observamos uma capela no ambiente interno do Recolhimento utilizada pelas recolhidas para suas orações mentais.

¹¹¹Cf. Estatutos, 1845.

¹¹²Cf. Estatutos, 1845.

Ilustração 5 - Interior do Recolhimento dos Perdões: hall de acesso às celas (dormitórios) das irmãs.



Fonte: Fotografia autora.

A religiosidade devota também se expressava no cuidado com o aspecto exterior do culto divino. Muitas celebrações religiosas, missas cantadas e outras cerimônias ocupavam a população interna do recolhimento:

As encenações que enternecem, os sermões que comovem, as indulgências ou jubileus que pacificam as consciências, tudo no entanto, obedece à dinâmica do ano cristão. Por ele se regula a vida social e se orienta a piedade de cada um¹¹³.

Nos relatórios da instituição¹¹⁴ levantamos algumas festas comemoradas no Recolhimento dos Perdões: Senhor Bom Jesus dos Perdões, Nossa Sr^a da Conceição, Nossa Sr^a da Piedade, Nossa Sr^a das Mercês, Santíssimo Sacramento, Santo Sepulcro da Quinta Feira Santa, Semana Religiosa e as novenas. A comunidade investia muitos recursos e despendia muito tempo nessas atividades,

¹¹³SILVA, 2000, op. cit., p. 97-98.

¹¹⁴APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

pois o calendário de festividades era extenso. As recolhidas preparavam com afincos os festejos religiosos, ornavam a Igreja com velas, cera, incenso e alfaias¹¹⁵.

A música sacra cantada no coro pelas recolhidas era um elemento de destaque nessas celebrações. Essa importância pode ser percebida no benefício concedido à pretendente a recolhida numerária que fosse organista: “se convier a Comunidade será admitida de graça; uma vez que se sujeite a tanger o órgão em todas as ocasiões necessárias ao Culto Divino”¹¹⁶.

A devoção, apoiada na exteriorização dos atos, concebia a salvação através das doações piás direcionadas às Igrejas e capelas. Acompanhando o costume da época, muitas pessoas legaram propriedades para o recolhimento na condição da comunidade realizar determinado culto religioso, em nome das pessoas solicitadas, dentre os quais identificamos os seguintes: missa cantada para o Menino Jesus, festa do Santíssimo Sacramento, culto à Nossa Sr^a da Conceição e a Santa Thereza, bem como outras devoções¹¹⁷.

As comemorações não se restringiam às festas religiosas. Apesar da clausura, essas mulheres estavam a par dos acontecimentos políticos e sociais da cidade, pois, possivelmente, recebiam pastorais e circulares que tratavam de diversos assuntos, conforme descrito por Nascimento¹¹⁸ para o caso do Convento do Desterro, além das visitas dos parentes e das escravas de fora. Assim, muitas velas foram acessas nas luminárias para celebrar o dia do aniversário do Imperador e o Dois de Julho¹¹⁹.

A preparação do presépio natalino dos Perdões também era uma tradição e estava na relação das despesas anuais da instituição. Silva informa que a confecção de presépios era um costume arraigado na cidade¹²⁰. As casas particulares que os preparavam abriam as portas para pessoas de fora compartilharem da mesma devoção.

¹¹⁵APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

¹¹⁶Cf. Estatutos, 1845.

¹¹⁷APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

¹¹⁸NASCIMENTO, op. cit., p.206.

¹¹⁹APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

¹²⁰SILVA, 2000, op. cit., p. 103-104.

As sociabilidades da elite feminina de Salvador nos séculos XVII e XVIII circunscreviam-se às festas religiosas, às visitas aos parentes e aos encontros nos conventos e recolhimentos para assistir às festas ou conversar no parlatório. A prática de converter os conventos e recolhimentos em espaços de encontros sociais causaram alguns tumultos entre a população dessas instituições e os prelados. Há indícios de que as festas religiosas e outras comemorações no Recolhimento dos Perdões acarretaram, em algum momento, perturbações, uma vez que, conforme os Estatutos,

[...] a Regente jamais consentirá, que continuem, ou se introduzão no Recolhimento, abusos, e costumes contrários a decência, e boa moral, e as determinações destes estatutos, ou sejam a respeito da vestimenta, ou a respeito de jogos [...], cantigas, danças, entrudos, bailes, e quaisquer outros divertimentos que não forem honestos, e ao Divino; e ainda nestes divertimentos lícitos, não consentira que se intrometão farsas, ou mascaradas.

O convento do Desterro foi a instituição na qual os arcebispos mais se empenharam na tentativa de reformar os costumes. A corte às religiosas era prática conhecida nas camadas superiores da sociedade nos séculos XVII e XVIII. Considerado um delito grave, esse comportamento era designado freiraticice e a pessoa que o praticava, freirático. Em 1709, através de medidas determinadas pelo Conselho Ultramarino, devassas¹²¹ foram abertas contra pessoas que haviam adentrado naquele convento¹²². Os abusos mais frequentes nos costumes se referiam à entrada e permanência de senhoras, que passavam o dia e até pernoitavam nas casas religiosas. A defesa da clausura e a repressão ao comportamento das religiosas e recolhidas foram alvos das ações de muitos prelados da Bahia.

Nos Perdões era permitida a entrada de determinadas pessoas para o exercício de suas funções, como, por exemplo, o padre diretor ou o médico, além de senhoras benfeitoras, parentas de alguma recolhida, desde que autorizada pela regente, e senhora que tivesse licença especial do prelado. Já as servas estavam proibidas de entrar, “nem ainda as que já viverão no Recolhimento para se evitarem palestras desmoralizadas entre ellas, e pessoas de dentro do Recolhimento”, assim

¹²¹Processo de investigação sobre ação criminosa através da pesquisa ou indagação de testemunhas.

¹²² NASCIMENTO, op. cit., p.141.

como meninos de qualquer idade, “nem ainda crias das Recolhidas filhas de suas escravas de fora”¹²³. Essas proibições são indicativas da existência de relações de intimidade e cumplicidade entre as recolhidas e suas servas, possivelmente as “palestras desmoralizadas” se referissem a recados, ou notícias, considerados pela hierarquia da Igreja inadequados às recolhidas.

Em 1809, o arcebispo D. Frei José de Santa Escolástica negou solicitação da regente para o ingresso de certas senhoras no recolhimento, alegando não haver motivo de interesse da instituição para tal dispensa e por considerar a proibição do ingresso de mulheres no Recolhimento uma lei justa¹²⁴.

Entretanto, apesar dos controles dos arcebispos e das restrições contidas nos estatutos, observamos que nem sempre os regulamentos para o ingresso de pessoas no recolhimento foram cumpridos. Em 1841, o cônego José Cardoso Pereira de Mello, então delegado do arcebispo D. Romualdo, repreendeu a regente por receber visitas sem a sua licença:

Havendo-me requerido licença para entrar nesse Recolhimento nos dias da Novena a Sr^a Margarida Pereira da Luz e sua irmã; eu mandei informar a V. S., e até o presente nenhuma informação de V.S. me foi apresentada. Mas agora sei que hontem ellas passarão o dia ahi, e por isso desejo saber com licença de quem; e se há outra pessoa, a não ser eu que possa conceder tal licença¹²⁵.

Já em 1845 D. Romualdo Antônio de Seixas não só autorizou a licença para a religiosa Maria Constança Joaquina entrar e passar alguns dias como sugeriu que a mesma possa “concorrer para chamar ao seu dever as infelices perturbadoras do Recolhimento”¹²⁶. Talvez essas “infelizes perturbadoras” estivessem ignorando as regras de conduta, desafiando a autoridade do arcebispo.

Em outra circunstância o próprio arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas autorizou a entrada de familiares do coronel Martins, juntamente com um menino de nove meses, o que se opunha às normas dos estatutos:

¹²³Cf. Estatutos, 1845.

¹²⁴ACMS. Carta do arcebispo D. Frei José, sobre visitas, 1809.

¹²⁵ACMS. Carta à regente sobre autorização de licenças, 1841.

¹²⁶ACMS. Carta do arcebispo D Romualdo à regente, sobre visita de religiosa, 1845.

Communico igualmente a V. S., que a Família do Senhor Coronel Martins ex Commandante das Armas do Pará, que V. S. conhece perfeitamente, tem licença para entrar e passar o dia nesse Recolhimento oito vezes em cada anno, podendo igualmente entrar hum menino de nove meses ou hum anno pertencente a mesma Família, huã vez que os Estatutos não prohibão esse ingresso¹²⁷.

A vigilância ao comportamento das mulheres dentro do Recolhimento era parte das obrigações da regente. Ela deveria controlar a aplicação dos estatutos e os “abusos e costumes contrários a decência, e boa moral”. Isso incluía não consentir que as recolhidas, educandas e servas entrassem nas celas uma das outras sem sua licença, “que dará havendo motivo justo, e nenhuma suspeita má”. Sua competência também abrangia fiscalizar as comunicações e examinar as correspondências que entravam e saíam do recolhimento. Esse controle rigoroso dos espaços, dos movimentos, dos tempos, com horários pré-determinados para acordar, rezar, fazer silêncio, tinha por objetivo a disciplina dos corpos, torná-los submissos e obedientes. Abaixo fotografia de uma cela do Recolhimento dos Perdões.

Ilustração 6 - Uma cela (dormitório).



Fonte: Fotografia autora.

¹²⁷ACMS. Carta do arcebispo D Romualdo à regente, sobre visita, 1848. No documento não há nenhuma justificativa para a permissão da entrada desta criança, demandando uma investigação mais apurada, o que, entretanto, foge ao propósito desta pesquisa

Apesar de não estar previsto nas regras, era permitida a entrada de pessoas de fora para funeral de recolhida¹²⁸. Além disso, seguindo uma antiga tradição de enterrar nas Igrejas, que ainda persistia em meados do século XIX, identificamos documentos de solicitações, atendidas pelo arcebispo, para sepultamento de pessoas no interior da Igreja dos Perdões. Esse foi o caso de José Francisco, cujo requerimento foi atendido em 1849:

Diz José Francisco Magaram, que tendo grande devoção com o Senhor Bom Jesus dos Perdões, deseja ser sepultado, [...], na Igreja do Recolhimento do mesmo nome, para o que se oferece mandar construir, a sua conta, a sepultura que deverá receber o seu cadáver, e o do seu filho Raimundo Francisco de Macedo Magarão¹²⁹.

Em muitas ocasiões a vida religiosa em conventos ou recolhimentos reservava às mulheres da Colônia e do período monárquico maior independência socioeconômica. Livres da submissão direta da autoridade masculina, era permitido às enclausuradas a administração de suas propriedades e de seus recursos financeiros. Na ausência de bancos, freiras e recolhidas, pessoalmente ou através de procuradores, emprestavam dinheiro a juros a senhores de engenho e comerciantes, vendiam, alugavam e arrendavam propriedades. No caso das freiras, essa prática contrariava os votos de pobreza. Entretanto, em consonância com sua origem social de estirpe e riqueza, algumas delas viveram na opulência e no luxo mesmo dentro da clausura dos mosteiros.

O Recolhimento dos Perdões possuía um patrimônio considerável, adquirido através de doações e legados dos seus benfeitores, inclusive de suas próprias recolhidas, que deixavam seus bens em herança para a comunidade. Esse patrimônio era administrado pelas recolhidas com a ajuda do procurador do recolhimento. Em Livro que registra o patrimônio da instituição de 1900 a 1932 constam os seguintes bens: 13 terrenos foreiros, inclusive a Quinta das Beatas¹³⁰; 41 casas e um terreno; e títulos da dívida pública. A sua receita estava

¹²⁸ACMS. Carta à regente sobre licenças para participação em funeral, 1841.

¹²⁹ACMS. Cartas solicitando sepultamento na Igreja dos Perdões, 1839, 1848, 1849, 1854, 1855.

¹³⁰Fazenda situada no sítio Matatu arrendada por enfiteuse perpétuo (arrendamento em longo prazo, que confere o domínio útil de um imóvel, mediante pagamento de uma pensão anual, chamada foro), desde 1824, resgatada em hasta pública em 1917, ficando o Recolhimento dos Perdões com pleno domínio.

principalmente nos alugueis das propriedades, foros dos terrenos, arrendamento da Quinta das Beatas, juros, apólices da dívida pública e subvenções da Assembleia Provincial¹³¹.

A DECADÊNCIA

Apesar desse apreciável patrimônio, a situação financeira do recolhimento, de acordo com os relatórios do século XIX, sempre foi deficitária. As despesas consistiam nos tributos que incidiam sobre as propriedades do recolhimento, décima de mão morta¹³² e décima urbana¹³³, gastos com cultos e festas religiosas, custas judiciais, obras de manutenção das casas e demais despesas correntes com alimentação, vestuário, boticário e outras. Apesar do grande número de propriedades, as recolhidas tinham problemas para receber o aluguel dos inquilinos, muitas vezes sendo necessário recorrer à justiça, como aponta a conta anual de despesas judiciais do recolhimento, apresentada pelo procurador da instituição em 1810¹³⁴. Nos relatórios de 1868 e 1869 a regente revela a falta de recursos para a subsistência e para viabilizar a cobrança dos aluguéis. O pagamento dos tributos também era um empecilho para o recolhimento. Consta no relatório de 1880 que foi perdoada a decima urbana e multas respectivas e reiterou-se o pedido de perdão da décima de mão morta¹³⁵.

Durante o século XIX o número de recolhidas nos Perdões foi sendo progressivamente reduzido. Como havia pouca renovação, as mulheres que permaneciam na clausura estavam numa faixa etária mais avançada, portanto, mais propensas aos cuidados e gastos médicos. As licenças para sair da clausura e se

¹³¹ACMS. Livro Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, 1900-1932.

¹³²Imposto devido às instituições de caráter permanente, com fim religioso ou de beneficência, cujos bens não podem ser transmitidos a herdeiros por testamento.

¹³³Imposto sobre propriedades edificadas nos limites das cidades e vilas.

¹³⁴ACMS. Relação de despesas judiciais, 1810.

¹³⁵APEB. Relatórios demonstrativos das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões.

tratar de doenças ou cuidar de algum parente fora do recolhimento se acentuaram muito a partir da década de 1880¹³⁶.

Esse esvaziamento observado no Recolhimento dos Perdões era um reflexo das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade em meados do século XIX. O Brasil se preparava para a modernidade. As ideias liberais importadas da Europa inspiravam um novo ideal de civilização e propunham novos comportamentos femininos e novas formas de sociabilidade:

O número das religiosas [...] reflete a transição pela qual estava passando a vida religiosa no país: de um lado, os velhos recolhimentos e os conventos [...], e, de outro, as novas congregações que começam a se fazer presentes, vindas da França sob aplauso geral: [...] voltadas para a abertura de colégios, orfanatos e hospitais, inaugurando uma vida religiosa feminina até então desconhecida em nosso meio¹³⁷.

As congregações religiosas “de vida ativa”, diferente do modelo de clausura, têm projetos de atuação na vida social e chegaram ao Brasil no momento em que a Igreja Católica passava por transformações. Durante o Império a instituição eclesial foi perdendo o seu poder e gradativamente elevava-se a submissão ao poder secular do Estado moderno. Segundo Cândido Silva¹³⁸, a adesão a Roma era providencial às Igrejas nacionais em virtude da importância religiosa do Papa, que poderia fazer frente às interferências do Estado Nacional.

A Igreja Católica, em face ao avanço liberal e à modernidade, desenvolveu uma política reacionária de combate a essas ideologias, ressaltando o poder central de Roma. Esse clero ficou conhecido como ultramontano. No Brasil, alguns bispos fiéis às determinações da Santa Sé se propuseram a implantar o modelo de igreja hierarquizada.

¹³⁶Tendo como referência a documentação pesquisada, verificamos que, entre a década de 1880 e 1933, 65 mulheres saíram em licença do recolhimento para tratar de moléstia ou como acompanhante da adoentada. Já entre a década de 1810 e 1879 este número caiu para apenas 16 mulheres. ACMS. Solicitações de licença, 1817-1933.

¹³⁷BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e Congregações Religiosas no Brasil, 1870-1930. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. Enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 103.

¹³⁸SILVA, 2000, op. cit., p. 118.

A nova configuração eclesial se inspirava nas normas do Concílio de Trento (1545-1563), com ênfase para a reforma do clero diocesano, a partir da abertura de seminários. A ação religiosa privilegiava os sacramentos e inibia as antigas práticas de devoção e as festas religiosas populares. Os bispos também atuavam para subtrair o poder das irmandades e ordens terceiras, comandadas por homens leigos, ao tempo em que fomentavam novas devoções e associações religiosas, sob o controle direto do clero. Esse movimento reformador incentivou a educação religiosa, em especial a educação feminina, e contou especialmente com a participação das mulheres nas associações católicas. As devoções relacionadas ao Coração de Jesus e à figura de Maria assumiram grande destaque.

Acompanhando esse contexto, percebemos a redução das festas religiosas organizadas pelo Recolhimento dos Perdões. Em relatório de 1872, a regente informa que já suprimiu os cultos religiosos dos “Sermões da Quaresma a mais de seis annos, e todos os demais actos da Semana Santa”¹³⁹. Nesta conjuntura de mudanças percebemos a atuação da regente Maria Deolinda Esteves, afinada com as novas perspectivas educacionais da sociedade. Nos relatórios enviados ao presidente da Província, a regente, a partir de 1873, passou a informar a situação da educação no Recolhimento dos Perdões. Em 1884, Maria Deolinda explicita com clareza a ideia de fundação de um educandário:

O Recolhimento continua a prestar as suas educandas, e cujo número não pode ser muito grande por falta de acomodações, educação religiosa, literária e artística. É pena que por falta de recursos ainda até hoje não se tenha podido realizar a ideia de um Educandário neste Recolhimento, ideia que foi agitada pelo respeitável Senhor Marquês de Santa Cruz, de ilustração, e ciência, e que seria de grande utilidade publica. O anno passado a Assembleia Legislativa Provincial concedeu receita de cinco loterias para este fim¹⁴⁰.

No Livro de receitas e despesas do Recolhimento consta que os saldos dos anos de 1891, 1893 e 1896 foram destinados à obra do educandário¹⁴¹. Concluída a obra, em 1903 foi inaugurado o Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo

¹³⁹APEB. Relatório demonstrativo das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões, 1872.

¹⁴⁰APEB. Relatório demonstrativo das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões, 1884. Além de 16º arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas (1828-1860) foi conde e marquês de Santa Cruz.

¹⁴¹ACMS. Livro de receitas e despesas do Recolhimento dos Perdões, 1854 a 1895.

ao Recolhimento. Surgia assim, na Bahia, um novo reforço à educação religiosa feminina de elite, afastada da clausura. Apesar do comprometimento da madre regente Maria Deolinda Esteves para a consecução desse objetivo, juntamente com outras pessoas, seu nome não é mencionado na Polyanthéa comemorativa do 25º de aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus¹⁴². Maria Deolinda faleceu em 1917.

¹⁴²APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

CAPÍTULO II

EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS:

A INSTITUIÇÃO E SEUS SUJEITOS

No dia 2 de fevereiro de 1903, na secretaria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, em uma pequena solenidade para alguns amigos, foi inaugurado formalmente o Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Os cursos oferecidos à comunidade foram o jardim de infância, a escola elementar primária e a complementar¹⁴³. Entretanto, o estabelecimento já havia iniciado, em 14 de julho de 1902, aulas primárias para 11 alunas, que no decorrer do ano elevou-se para 17¹⁴⁴.

Já no primeiro ano o Educandário registrou um número significativo de alunas. Foram 62 educandas, das quais 61 ingressaram sob o regime de externato e apenas uma sob o regime de internato. O número total de alunas foi progressivamente aumentando nos anos seguintes¹⁴⁵.

Três anos após a sua criação, em 1906, o Cônego Ildefonso Nunes de Oliveira, capelão e um dos fundadores do Educandário, se empenhou na tarefa de expandir a obra iniciada, ou seja, equiparar o recente Educandário ao Instituto Normal do Estado. Depois de enfrentar alguns obstáculos, pois ainda não existia lei de equiparação, o Cônego Ildefonso obteve da Assembleia Geral do Estado a aprovação da lei 673, de 14 de agosto daquele ano, a qual estabelecia normas para a equiparação do referido Educandário ao Instituto Normal¹⁴⁶.

A equiparação previa a satisfação de algumas condições, dentre as quais destacam-se a adaptação ao regime e aos programas do Instituto Normal, a aceitação de fiscalização de um delegado escolar nomeado pelo Governo do Estado

¹⁴³APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

¹⁴⁴ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910.

¹⁴⁵ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910. A tabela 4, mais adiante, apresenta a evolução das matrículas de 1903 a 1909.

¹⁴⁶APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

e pago pelo Educandário e a modelação estendida aos cursos infantil, elementar e complementar do Educandário.

Além das exigências acima, o artigo 14 da referida lei estabelecia o seguinte:

Como justa compensação dos favores obtidos pela presente lei, o Educandario obriga-se a receber gratuitamente, como internas, ministrando-lhes o ensino do curso normal, a duas orphans de funcionario publico, reconhecidamente pobre, e mais duas de caracter de externas¹⁴⁷.

Após dois anos e meio de fiscalização, o delegado do Governo deu o laudo favorável à equiparação. Em 2 de agosto de 1909, o Governador do Estado, João Ferreira de Araújo Pinho, baixou o decreto 613 equiparando o Educandário do Sagrado Coração de Jesus ao Instituto Normal do Estado. Em curto espaço de tempo o Educandário tornou-se uma instituição conceituada no meio social da cidade. Na Tabela 2, abaixo, vemos a evolução das matrículas do 1º ano do Curso Normal de 1907 a 1920:

Tabela 2
Registros de Matrícula do 1º ano do Curso Normal (1907-1920)

Ano	Diretora	Total de Alunas
1907	Irmã Amelia Mattos	29
1908	Irmã Amelia Mattos	33
1909	Irmã Amelia Mattos	35
1910	D. Maria Philomena da Costa Roxo	42
1911	D. Maria Philomena da Costa Roxo	51
1912	D. Emilia Ribeiro de Bragança	53
1913	D. Emilia Ribeiro de Bragança	60
1914	D. Umbelina Dias	52
1915	D. Umbelina Dias	35
1916	Irmã Emilia Moreira de Magalhães	75
1917	Irmã Emilia Moreira de Magalhães	124
1918	Irmã Emilia Moreira de Magalhães	101
1919	Irmã Emilia Moreira de Magalhães	125
1920	Irmã Emilia Moreira de Magalhães	113

Fonte: APEB. Livro Registro de Matrículas do 1º ano Normal, 1907-1920.

Obs: De 1910 a 1915, a direção do Educandário foi exercida pelas Irmãs Doroteias, conforme descrito no capítulo I.

¹⁴⁷Lei nº 673, de 14 de agosto de 1906. Equipara o Educandario do Sagrado Coração de Jesus ao Instituto Normal do Estado.

Esse avanço do Educandário esta relacionado aos ideais de progresso e modernização que ganharam espaço em meados do século XIX e manifestaram-se com maior força no processo de implantação da República. O novo ideário baseava-se na moderna cultura burguesa e previa a reorganização da sociedade, a remodelação dos costumes e das práticas sociais. Para os republicanos, a educação possibilitaria a construção de uma nação civilizada e a escola seria a principal instituição de normatização social.

Nessa perspectiva, a família e a criança tornaram-se objeto de preocupação das elites letradas. Segundo Alberto Heráclito Ferreira Filho, nesse contexto foram definidos importantes papéis sociais “à senhora e à moça de família”:

A saúde da prole, a instrução formal dos filhos, o orçamento doméstico e o controle moral das famílias passaram a ser funções ostensivamente femininas, fatores que exigiam das mulheres uma presença pública mais ativa¹⁴⁸.

A INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO FINAL DO IMPÉRIO

A redefinição da educação feminina era indispensável para a consecução do projeto de modernização de Salvador. A mulher necessitava adquirir novos saberes com o objetivo de desempenhar as recentes exigências domésticas quanto ao seu papel fundamental: a maternidade. Para atender a esses anseios havia a necessidade de escolas capazes de receber alunas oriundas das camadas sociais médias e abastadas de toda a Bahia.

Segundo Ione Celeste de Sousa, a escolarização baiana, “cujas primeiras tentativas datam da década de 1850, foi feita pela expansão das aulas públicas primárias”¹⁴⁹. Essas aulas eram dirigidas e regidas por um único professor que

¹⁴⁸FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003, p. 25.

¹⁴⁹SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia oitocentista. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008, p. 161. Por escolarização,

ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis diferentes de aprendizagem. Essas “escolas” eram frequentadas pelas classes populares e se caracterizavam pela separação entre os sexos. As aulas públicas nas classes de meninos deveriam ser ministradas por professores e das meninas, por professoras. Quanto ao conteúdo, havia algumas distinções entre alunos e alunas: para eles, noções de geometria; para elas, as prendas que servem à economia doméstica.

Em relação à educação da elite feminina, além das poucas opções de instituições educacionais particulares, esses colégios geravam dúvidas, pois os pais consideravam que o ensino coletivo poderia ser prejudicial ao desenvolvimento intelectual, nivelando por baixo a instrução das alunas. Além disso, o costume dessas moças de saírem às ruas ainda não era bem assimilado pelos seus genitores.

Para os rapazes das camadas dominantes foram reservados os ginásios secundários do século XIX, os quais preparavam esses jovens para o ingresso nos cursos superiores. Entretanto, essa mesma preocupação não existia com relação ao desenvolvimento intelectual das moças.

Uma opção quanto à educação formal foi a Escola Normal, com duração de 1 ano e inicialmente restrita aos rapazes¹⁵⁰. Criada em 1836, suas aulas só iniciaram em março de 1842, depois que os professores retornaram de um curso na Escola Normal de Paris. Somente em 1850 foi criada a Escola Normal feminina por meio de uma lei que elevou o curso para 2 anos. Para Heloisa Vilela,

[...] o magistério de crianças constituía-se uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas, como costureiras, governantas e parteiras, por exemplo. Era uma atividade que permitia uma certa liberdade e, ainda, a possibilidade de adquirir conhecimentos¹⁵¹.

entende-se “o processo de sistematização da escola como instância educativa, tanto no Instruir como no Educar, que tendeu a ampliar-se e tornar-se massiva a partir do século XIX”. MAGALHÃES, 1996 apud SOUSA, p. 161.

¹⁵⁰Havia duas cadeiras: “Methodos de ensino simultâneo e mutuo” e “Religião, grammatica portugueza, arithmetica, desenho linear, leitura e calligraphia”. Para maiores informações sobre a Escola Normal, ver, dentre outros, Alfredo Ferreira Magalhães, 1923.

¹⁵¹VILLELA, Heloisa de O. S.. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 120.

Nas últimas décadas do Império a educação e a instrução da elite feminina em Salvador estavam, em muitos casos, restritas ao lar, com a presença de preceptoras e parentes, que iniciavam as meninas nas primeiras letras, prendas domésticas, piano, música e francês. O costume de educação das mulheres na clausura dos conventos e recolhimentos da cidade estava em decadência, conforme apontado no capítulo anterior.

Em relatório de 7 de fevereiro de 1881, o Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia, Cônego Romualdo Maria de Seixas Barroso, se referindo à situação da instrução na Província, assim se expressava sobre escolas para o sexo feminino:

É tempo de cahirem por terra esses antigos preconceitos de que para a mulher basta saber coser e entender dos negocios domésticos, como se, “irmã do homem, não tivesse tambem uma rasão que dirigir, uma vontade que regrad, e paixões que combater”. [...] Se é verdade que o principal papel da educação pertence à mulher, como poderá desempenhal-o, sem primeiro instruir-se? A mulher é o anjo tutelar da família, d’essa pequena sociedade, que, occulta quase sempre aos olhos da posteridade, é no entretanto a fonte das virtudes¹⁵².

Todavia, a Província da Bahia não dispunha de muitos estabelecimentos para receber as jovens alunas. Em 1880 a situação da instrução era a seguinte: 574 aulas de ensino primário público, das quais 348 do sexo masculino e 226 do sexo feminino; 12 aulas do ensino primário particular, sendo 3 do sexo masculino e 9 do sexo feminino¹⁵³. Em relação ao ensino secundário, os rapazes podiam contar com o Liceu Provincial e colégios de instrução secundária particular.

O ensino profissional era oferecido nas duas Escolas Normais (uma para homens e outra para mulheres), na Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Liceu de Artes e Ofícios, na Academia de Belas Artes, na Escola Agrícola da Bahia e na Faculdade de Medicina.

¹⁵²Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1881.

¹⁵³Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1881.

Na capital, além dessas instituições existiam as Casas Pias, relacionadas a seguir, que instruíam e educavam crianças e jovens¹⁵⁴: O Colégio de Nossa Senhora do Salete sustentava e educava meninas pobres, o Colégio dos Órfãos de São Joaquim oferecia uma formação religiosa aos meninos, alfabetizando e ensinando um ofício, o Colégio das Órfãs do Santíssimo Coração de Jesus instruíam e educava órfãs pobres para serviços domésticos em casas particulares, ou conventos, ou preparava-as para o casamento, a Casa da Providência acolhia pensionistas, órfãs desvalidas e alunas externas em ensino gratuito, e, por fim, o Recolhimento de São Raimundo e o Recolhimento dos Perdões recebiam educandas. Também havia os conventos que acolhiam educandas em suas clausuras, a exemplo da: Soledade, Mercês e Santa Clara do Desterro.

Somente em 1897 foi inaugurado o colégio Nossa Senhora das Mercês, anexo ao Convento das Mercês, que atendia às expectativas da elite em relação à educação de suas filhas, ministrando o curso primário, elementar e complementar¹⁵⁵. A preocupação com uma educação mais completa e intelectual, e, principalmente, a importância dada à moral católica, foram elementos decisivos para tornar esse colégio prestigiado naquela sociedade. Segundo Ivan Manuel, os colégios da rede escolar católica receberam apoio e financiamento da oligarquia brasileira:

[...] A oligarquia não pretendeu, de fato, a modernização – pretendeu, sim, avanços naquilo que pudesse significar aumento de produtividade [...] ou reordenações no âmbito político, mas não via com bons olhos as novas ideias de liberdade, igualdade, profissionalização feminina. O aliado dessa oligarquia conservadora só poderia ser o catolicismo conservador¹⁵⁶.

¹⁵⁴Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889.

¹⁵⁵PASSOS, op. cit.

¹⁵⁶MANUEL, op. cit., p. 15.

ALIANÇA ENTRE IGREJA, ELITE E ESTADO

No contexto do final século XIX, com o fortalecimento das ideias liberais e da laicidade educacional, o clero ultramontano, na luta para recuperar o controle sobre o sistema educacional brasileiro e recristianizar a sociedade, criava escolas e associava um discurso justificador a essa rede escolar. O intuito católico não se restringia apenas ao aspecto comercial: o resultado deveria ser o afastamento das ideias modernas e do ensino leigo. Esse discurso argumentava que a educação católica envolvia a formação integral do homem, fortalecendo sua vontade e seu caráter, extrapolando a educação escolarizada. O magistério católico se considerava embasado em moral inalterável, enquanto a educação leiga estava alicerçada em valores morais mutáveis e modismos¹⁵⁷.

O empenho do clero ultramontano foi mais significativo em relação à educação das mulheres de elite. Os colégios católicos tornaram-se a principal fonte de renda das congregações religiosas femininas. Além disso, admitia-se que a educação de meninas e jovens nos preceitos da doutrina católica formaria futuras mães cristãs, responsáveis pela educação dos filhos. Os ensinamentos cristãos se estenderiam a todos da família, e da família para a sociedade. De acordo com Ivan Manuel, a intenção era recristianizar a sociedade moderna por inteiro a partir da mulher cristã¹⁵⁸.

Além do apoio à educação religiosa, esse movimento reformador da Igreja se caracterizou pela colaboração feminina. As mulheres estavam mais presentes nos templos católicos e nas novas associações religiosas. A nova modalidade do catolicismo, que pressupunha o modelo de Igreja hierarquizada, com ênfase na ortodoxia da doutrina e na prática sacramental, atraía para a Igreja as mulheres. Segundo Azzi, a presença de maçons nas confrarias religiosas tradicionais (irmandades e ordens terceiras) e a dependência destas com o poder civil motivaram o episcopado a atuar para diminuir a força dessas congregações, as

¹⁵⁷MANUEL, op. cit., p. 54-59.

¹⁵⁸Ibid., p. 49.

quais estavam sob o controle masculino¹⁵⁹. O projeto ultramontano promoveu novas associações religiosas, mais diretamente vinculadas ao clero, com a participação das mulheres. Uma associação que teve papel significativo neste período foi justamente a Pia União das Filhas de Maria, constituída no Educandário do Sagrado Coração de Jesus no mesmo ano de sua fundação, em 17 de maio de 1903, e que será objeto de discussão mais adiante.

Apesar dos apregoados ideais liberais entre os letrados, a doutrina católica apresentava uma concepção de sociedade, poder político e relações familiares bastante convenientes à forma de vida da elite brasileira. Receava-se a educação das mulheres, e, sobretudo as primeiras manifestações do movimento feminista. Diante de tal panorama, essa camada da sociedade estabeleceu alianças com a Igreja Católica, concedendo-lhe o direito de educar as moças segundo a tradição estrita da Cúria Romana. Azzi observa que

[...] o discurso da hierarquia eclesiástica chega a ser mesmo reacionário, denunciando as novidades do progresso, de liberdade, dos direitos do homem, opondo-se declaradamente às aspirações liberais. Não obstante os pronunciamentos teóricos, na prática a Igreja transfere suas bases econômicas e sociais da antiga classe senhorial para a nova burguesia rural, que caracterizava a primeira república brasileira¹⁶⁰.

Confirmando essa percepção, Ivaneide Almeida da Silva, em seu trabalho sobre a educação da elite, em Ilhéus, assinala que a Igreja Católica conseguiu se inserir no novo momento político durante a Primeira República, pois se aliou às oligarquias regionais, investindo na família e na educação, com a pretensão de alterar as bases laicas do novo regime¹⁶¹.

A fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus também se fez a partir da aliança entre a Igreja, que desejava manter sua hegemonia sobre o magistério e salvar suas instituições, a elite, que necessitava de escolas

¹⁵⁹AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 101-112.

¹⁶⁰AZZI, 1984, p. 122.

¹⁶¹SILVA, Ivaneide Almeida da. **História e educação religiosa em Ilhéus, 1916-1930**. Dissertação de Mestrado/UFBA. Salvador, 2004.

conservadoras para educar as suas filhas, e o Estado, que precisava de professoras para atuar na educação pública.

No capítulo anterior citamos o relatório de 1884, enviado ao presidente da Província pela regente Maria Deolinda Esteves, no qual a ideia de um Educandário anexo ao Recolhimento dos Perdões já era aventada pelo arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. Neste mesmo documento a regente advertiu que seria de grande utilidade pública a criação deste estabelecimento e comunicou que a Assembleia Legislativa Provincial havia concedido receita de cinco loterias para este fim¹⁶².

A difícil situação financeira do Recolhimento dos Perdões, que corria o risco de extinção em finais do século XIX, conforme demonstrado anteriormente, foi um elemento fundamental para impulsionar a criação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Analisando livros caixa do Educandário, identificamos que a instituição, em todos os anos pesquisados, teve saldo financeiro positivo, e na relação das despesas mensais consta a designação “despesas com o Recolhimento”¹⁶³. A criação do Educandário possibilitou o equilíbrio financeiro e a sobrevivência dos Perdões.

Quanto ao apoio das camadas médias e abastadas da cidade ao projeto de fundação do Educandário, podemos percebê-lo através das matrículas das filhas desse grupo social¹⁶⁴. Apesar da documentação, na maioria dos casos, não revelar a atividade econômica dos pais, foi possível arrolar algumas funções e nomes representativos de genitores que matricularam suas filhas no Educandário dos Perdões. O coronel Manoel de Almeida Sande matriculou três filhas, Francisco Amado Bahia, prestigioso comerciante da cidade, enviou três filhas como internas, o coronel Valeriano José dos Prazeres, o desembargador Luiz Antonio Saraiva e o tenente Frederico Hüpsel também tiveram filhas matriculadas no Educandário.

¹⁶²APEB. Relatório demonstrativo das despesas e receitas do Recolhimento dos Perdões, 1884.

¹⁶³ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910; Livro Caixa do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1916 a 1931.

¹⁶⁴APEB. Livro Registro de Matrículas do 1º ano Normal, 1907-1920; ACMS, Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910.

Em comemoração aos 25 anos de existência do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, o ex-deputado estadual Carlos Leitão declarou seu “altíssimo apreço” a esse “importante estabelecimento de ensino”, o qual foi demonstrado “pelo facto muito eloquente de nelle haver eu formado minhas seis filhas mais velhas e estar diligenciando formar as duas mais moças”. Na mesma declaração podemos observar a relevância que se atribuía à moral cristã na educação feminina. O ex-deputado elogiou a educação intelectual e física do Educandário, mas destacou a importância conferida à educação moral das alunas na instituição, moral alicerçada nos preceitos do cristianismo:

E a moral que ahi se inculca e se pratica não assenta sobre bases moveiças das doutrinas de algum philosopho em voga mais ou menos duradoura: alicerça-se, fundamente – como é de razão succeda num paiz catholico - nos ensinamentos do christianismo que regenerou a sociedade e continúa no seu nobre ideal¹⁶⁵.

Em 1903, no mesmo ano de fundação do Educandário dos Perdões, foram extintas as duas Escolas Normais do interior, uma na cidade de Caetité e outra na de Barra, ambas inauguradas em 1898. Esse fato, aliado ao bom conceito que o Educandário já conquistara na sociedade, impulsionou o sucesso do empreendimento do Cônego Ildefonso Nunes de Oliveira, de equiparar o Educandário ao Instituto Normal do Estado.

O médico e professor Dr. Hermelino Valeriano Ferreira destacou a importância do Educandário do Sagrado Coração de Jesus para a instrução da infância na Bahia em depoimento na “Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário”. A partir de pesquisas estatísticas na Inspetoria Geral do Ensino, o professor apontou que, antes do aparecimento desta instituição, as escolas do interior estavam “umas entregues a regentes que não tinham idoneidade nem proficiência”, outras, apesar de criadas, “nenhum professor diplomado queria inaugural-as”. Citando vários municípios que estiveram por muitos anos sem provimento de algumas cadeiras, o professor declarou o seguinte:

¹⁶⁵APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928. Concordamos com a opinião de Márcia Leite (1997) de que a extensa relação de itens de enxoval para alunas internas, que vem anexa ao Regimento do Educandário, indica que seria necessário algum recurso financeiro dos familiares para enviar suas filhas ao colégio.

Nessas condições desanimadoras estava a instrução na Bahia, quando as irmãs deste Recolhimento dos Perdões [...] fundaram este Educandário, único no Estado da Bahia, funcionando sob o regimen de internato e externato e ministrando o ensino normal. Assim, filhas dos logares mais longínquos do Estado concorrem para receber a educação profissional neste Estabelecimento; e por toda parte do interior do Estado hoje são encontradas disseminando a instrução primaria¹⁶⁶.

Corroborando com a apreciação do Dr. Hermelino, Sousa nos informa, em seu trabalho sobre a Escola Normal de Feira de Santana, que, antes da criação dessa, em 1927, os pais da classe média emergente da cidade enviavam suas filhas para fazer o Curso Normal na capital, na Escola Normal da Bahia ou no Educandário dos Perdões¹⁶⁷. Posteriormente, muitas dessas moças trabalharam nas escolas públicas de Feira de Santana. Esse contexto está associado à ampliação da rede escolar do Estado, a partir de meados do século XIX, e à necessidade das mulheres assumirem as classes de meninas.

A atividade docente que, inicialmente, era uma atividade masculina, passa também a recrutar mulheres para reger as aulas femininas. A lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, aponta em seu artigo 11º a necessidade de criar escolas para meninas, as quais deveriam ser regidas por mestras de “reconhecida honestidade”.

Com o processo de emergência dos sistemas estatais de ensino e após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que colocou a instrução primária sob responsabilidade das Províncias, estas passaram a se preocupar com a formação dos professores, e muitas adotaram como alternativa a criação de Escolas Normais. Como descrito acima, a Província da Bahia criou sua Escola Normal em 1836, exclusiva para homens, a qual iniciou suas aulas em 1842. Apenas em 1850 foi criada a Escola Normal para senhoras, uma vez que era necessário formar um quadro de professoras primárias para atender às classes femininas, pois a sociedade da época não admitia a coeducação.

¹⁶⁶APEB Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

¹⁶⁷SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas Tricolores, Deusas Fardadas**: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001, p. 37.

Os primeiros passos para alterar essa situação ocorreram somente no final do século XIX. Em 1890 foram permitidas escolas mistas primárias nos povoados em que a frequência escolar fosse de 15 crianças. E, com a Lei 117, de 24 de agosto de 1895, as duas Escolas Normais foram reunidas num único estabelecimento para ambos os sexos, sob o regime de externato, o Instituto Normal. Entretanto, os alunos e as alunas ficavam separados no mesmo edifício, inclusive as portas de acesso ao Instituto eram distintas, uma reservada para moças e outra para rapazes, já que devia-se evitar a “promiscuidade”¹⁶⁸.

No decorrer dos anos a presença feminina na Escola Normal passou a ser mais expressiva do que a masculina. Em 1880, a situação das Escolas Normais na Província da Bahia era a seguinte: a Escola Normal de mulheres havia matriculado 115 alunas e a Escola Normal de homens, 76 alunos¹⁶⁹. A participação das mulheres no exercício do magistério primário também passou a ser mais significativa e, em poucas décadas, essa profissão tornou-se majoritariamente feminina, abrindo caminho para as mulheres conquistarem mais liberdade e um espaço na vida pública da cidade.

Esse processo de “feminização do magistério”, que estava associado ao crescimento do mercado de trabalho masculino, com a urbanização, não ocorreu sem resistências e críticas. Segundo Guacira Louro,

para alguns parecia completa insensatez entregar às mulheres, usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso”, a educação das crianças. [...] Outra vezes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham “por natureza” uma inclinação para o trato com as crianças, que eram as primeiras e “naturais educadoras”¹⁷⁰.

À medida que as mulheres assumiam o magistério, um discurso ideológico era construído para legitimar essa nova ocupação feminina. Argumentava-se que as mulheres eram naturalmente puras, e que o magistério era uma ampliação de sua função primordial, a maternidade, e os alunos seriam seus “filhos espirituais”.

¹⁶⁸TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Duas Reformas na Bahia**. 1895–1925. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, MEC/INEP, 1968.

¹⁶⁹Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889.

¹⁷⁰LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 450.

Cresceu a associação entre características tidas como “femininas” e a atividade de docência, tais como paciência, doação e afetividade¹⁷¹. Aliado ao processo de “feminização do magistério” emergiram também mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres, baseados nas teses higienistas e nas concepções positivistas. Essas ações foram concretizadas em discursos e práticas de enquadramento às normas morais dominantes: a mulher deveria ser recatada, virtuosa, o pilar de sustentação da família e o vetor de constituição da cidadania dos jovens. Em contrapartida, a mulher utilizou esse discurso como resistência, abrindo as possibilidades para sua inserção profissional¹⁷².

A expansão da atividade docente feminina não ocorreu na mesma intensidade em todos os níveis de ensino, sendo mais expressiva no ensino primário. Em seu estudo sobre o ensino secundarista no Ginásio da Bahia entre 1895 e 1942, Débora Lima nos indica a predominância de professores na instituição, 89,4%, enquanto as professoras eram 10,5%. Segundo ela, o ingresso de professora aconteceu em 1927:

Ainda que professoras ocupassem as cátedras, no GB jamais se registrou a presença de uma catedrática concursada. Estas profissionais só figuraram enquanto contratadas, ocupando uma posição inferior na hierarquia de poder estabelecida e recebendo, conseqüentemente, salários inferiores aos docentes do sexo masculino¹⁷³.

Situação semelhante verificou-se no Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. De 1907, ano de sua fundação, até 1919, o número de professores variava entre 7 e 9 e o de professoras entre 2 e 3. As aulas que elas regiam eram prendas, música e desenho, matérias consideradas afinadas com o perfil feminino. A partir da década de 1920 essa condição começou a se alterar e a relação entre o número de docentes do sexo masculino e do sexo feminino diminuiu progressivamente¹⁷⁴. Em 1928 a situação era a seguinte: 11 professores e 13 professoras. Entretanto, das 13 professoras, 7 estavam na categoria de substitutas,

¹⁷¹LOURO, op. cit., p. 450.

¹⁷²VILLELA, op. cit., p. 120-121.

¹⁷³LIMA, Débora Kelman de. Educação Pública e Secundarista em Salvador: o Ginásio da Bahia, 1895-1942. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008, p. 218.

¹⁷⁴APEB Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

ou seja, não eram catedráticas, ocupando uma condição inferior na hierarquia dos docentes¹⁷⁵. Provavelmente, isso se refletia em salários menores.

Deve-se ressaltar, contudo, que no Educandário dos Perdões eram as mulheres que ocupavam as funções administrativas e de direção da instituição. Como o quadro de religiosas era reduzido, os cargos de censora, secretária, tesoureira e porteira eram exercidos por mulheres leigas.

O EDUCANDÁRIO NO SEU MEIO SOCIAL

O prestígio social alcançado pelo Educandário do Sagrado Coração de Jesus estava alicerçado no reconhecimento do seu trabalho pelas autoridades governamentais responsáveis pela educação no Estado. Nos relatórios elaborados pelos fiscais do governo, a eficiência e a boa atuação da instituição foram destacadas em muitos momentos. Além das visitas semanais dos fiscais, em algumas ocasiões o Inspetor Geral do Ensino aparecia no estabelecimento para se certificar da situação. Em 1924 este cargo era exercido por Anísio Spínola Teixeira¹⁷⁶, o qual registrou em uma de suas visitas a seguinte impressão:

Visitei, hoje, mais uma vez este estabelecimento particular de ensino, tendo ocasião de confirmar as boas impressões anteriores; assisti a aula de Historia Natural, do quarto anno, onde a prof. D. Altiva Americana ministra de uma forma racional e com singular clareza de exposição o ensino dessa importante cadeira do curso¹⁷⁷.

O Educandário também procurava manter boas relações com os pais de suas alunas, os quais desejavam instituições educacionais confiáveis, que resguardassem suas filhas dos “perigos do mundo”. O projeto pedagógico pautado na doutrina católica tinha o reconhecimento das famílias, que se sentiam seguras

¹⁷⁵APEB Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

¹⁷⁶Anísio Teixeira foi nomeado como Inspetor Geral do Ensino interinamente em 03.04.1924, e efetivamente em 28.08.1924. Com a reforma do ensino de 1925, criou-se a Diretoria Geral da Instrução Pública e Anísio Teixeira passou a ser o diretor. Fundação Biblioteca Nacional – Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – BA, 1925, 1926.

¹⁷⁷APEB Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

com essa proposta educacional e a consideravam uma forte aliada na difícil tarefa de educar suas jovens.

O modelo de educação fundamentado na moral cristã, além de pretender incorporar as novidades da ciência, visava modelar o caráter das mulheres. O ideal feminino disseminado era a imagem de pureza da Virgem Maria, as educandas deveriam buscar a constante perfeição moral, aceitar sacrifícios, prestar obediência às hierarquias estabelecidas e levar uma vida pautada pelas normas morais e religiosas. Segundo o professor e desembargador Filinto Ferreira Bastos, “a instrução religiosa é a única que, integralmente, prepara o espírito para as verdades indispensáveis à salvação” e “o Educandário do Sagrado Coração de Jesus é um modelo dessa instrução”¹⁷⁸.

Ciente da necessidade de estreitar os laços com as famílias e compartilhar o seu projeto pedagógico, o Educandário dos Perdões criou estratégias para esse fim. Uma dessas ações foi a festa de pais e professores. Deste modo, um dos itens destacados em relatório de 1932 pelo Inspetor Escolar Oswaldo O’Dwyer foi o empenho do Educandário em aproximar a família da escola:

Apreciei a exposição de prendas e trabalhos manuais organizada para a festa de “Pais e Professores”, que se realizou no dia 7 do corrente e de tudo colhi bôa impressão merecendo aplausos esta Casa de Educação e Instrução por mais um passo dado em prol da obra de renovação educativa, com a aproximação da Família à Escola, causa que entre nós se torna muito útil e indispensável¹⁷⁹.

A confiança na educação prestada pelo Educandário estava associada, ainda, à adoção dos “mais modernos preceitos pedagógicos relativamente ao ensino, ao prédio, ao mobiliário, e à hygiene”¹⁸⁰. Em relatório de janeiro de 1917, o fiscal do governo, Helvidio de Castro Velloso, registrou sua avaliação sobre as salas e os equipamentos utilizados no processo de aprendizagem das alunas:

As aulas funcionaram em salas próprias, confortáveis e higienicas, notando-se que a sala destinada as aulas de physica e chimica e

¹⁷⁸APEB, Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

¹⁷⁹APEB, Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

¹⁸⁰APEB, Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

historia natural, munidas de aparelhos propostos ao fim e de um bello museu nada deixa a desejar a um estabelecimento modelar ao serviço da bôa instrucção¹⁸¹.

Ilustração 7 – Sala de aulas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.



Fonte: APEB, Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

Na ilustração acima, percebemos que a tribuna do docente ficava instalada em um nível mais elevado do solo. Tal disposição do recinto estava de acordo com os princípios pedagógicos da época, que destacavam o poder hierárquico do professor e a necessidade de controle e vigilância das alunas, para a manutenção da disciplina.

A referência à higiene das instalações do Educandário é recorrente nos documentos pesquisados, conforme as citações acima. Em anúncios de periódicos, também encontramos observações sobre o tema: “este importante estabelecimento de ensino”, instalado “no saudável bairro de S. Antonio Além do Carmo”, funciona

¹⁸¹APEB. Relatório apresentado à Inspectoria Geral do Ensino, relativo ao ano de 1916.

em prédios confortáveis, obedecendo “aos mais rigorosos preceitos da hygiene” e “oferece segura garantia à saude das alumnas”¹⁸².

A preocupação com a saúde e a higiene estava presente no ideário pedagógico brasileiro no Segundo Império e na Primeira República. Essa questão ganhou destaque a partir da participação dos médicos nos debates educacionais e da valorização dos cuidados com a infância. Segundo Veiga, utilizando-se de argumentos científicos, os médicos avaliavam os prédios escolares, sua localização, ventilação, iluminação, mobiliário, além de analisarem os cuidados com o corpo e a formação moral¹⁸³. O projeto médico-higienista defendido por políticos, engenheiros, médicos, sanitaristas, educadores e intelectuais previa ainda a redefinição dos espaços urbanos e a reorganização da sociedade, através do “melhoramento” dos costumes e práticas sociais. Nesse contexto, a educação aparece como o grande impulsor do progresso da civilização.

No início da década de 1920, um grupo de educadores tentou implantar um projeto de construção da nação brasileira através da educação. A remodelação da instrução pública visava, principalmente, as camadas populares, no intuito de civilizar seus costumes. Na Bahia, este projeto teve a frente Anísio Teixeira, que foi Inspetor Geral de Ensino e Diretor Geral da Instrução, entre 1924 e 1928, do Governo de Góes Calmon. Em 1925, sintetizando as propostas daquele educador e do seu grupo, foi promulgada a lei 1.846, que normalizava e unificava as práticas pedagógicas na Bahia. Segundo Sousa, para esse grupo de intelectuais o país alcançaria o progresso através da educação, aliada a outras ações de intervenção, tais como “visitas sanitárias, as brigadas de saúde, as palestras e conferências eugênicas e higiênicas; os inquéritos médico-sanitários, todas vistas como práticas educacionais”¹⁸⁴.

Exatamente a partir desse período aparecem nos relatórios dos fiscais do Educandário dos Perdões registros sobre visitas do Inspetor Médico para se certificar das condições higiênicas do estabelecimento e intervenções relacionadas à saúde e higiene da instituição. Por determinação da Diretoria da Saúde Pública, em

¹⁸²Revista A Luva, ano VI – 1930 (n^{os} 108 a 118).

¹⁸³VEIGA, op. cit., p. 189.

¹⁸⁴SOUSA, 2001, op. cit., p.51.

1924 as aulas foram suspensas de 29 de maio a 6 de julho, e, em 1926, de 15 a 27 de abril¹⁸⁵. Apesar dos relatórios serem vagos, não mencionando motivo de tais determinações, e também não termos encontrado nenhum registro desses acontecimentos nas Atas da Congregação do Curso Normal da instituição, indícios dos motivos de tais suspensões podem estar no relatório de 5 de maio de 1933, no qual o Inspetor Escolar, Oswaldo O'Dwyer, informa que “as aulas do Educandário reiniciaram após suspensão por causa da epidemia da gripe”¹⁸⁶.

Destacamos ainda o controle direto sobre os docentes do Educandário. Em relatório de 23 de março de 1933 o Inspetor Escolar registra o seguinte fato: “Reassumi, ontem, o exercício de suas funções o Prof. Severo Pessoa, catedrático de Português, que estava afastado por determinação da Inspeção de Higiene Escolar”¹⁸⁷. Diante da falta de explicação, no documento, sobre o motivo do afastamento do professor, especulamos como alternativa para este cenário que o docente adquiriu alguma moléstia capaz de ser transmitida para as alunas, o que o impediria de ter livre acesso ao estabelecimento. Essas práticas de controle da instituição e de seus membros eram encobertas por uma postura cientificista, que avalizavam tais intervenções.

Outro importante marco da educação na Primeira República foi a arquitetura imponente dos prédios escolares, que marcaram a paisagem dos centros urbanos do Brasil. De acordo com Veiga, a adoção dos princípios da nova Pedagogia provocou alterações no espaço escolar. A escola, antes vista como um simples conjunto de salas de aula, passou a ser planejada de acordo com uma concepção de ensino previamente definida e com a necessidade de reorganizar o tempo em função de horários, turnos e exames. Em decorrência dos cuidados com o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e jovens, foram construídas áreas de recreio, locais para ginástica, quadras esportivas, bibliotecas, museus escolares, sala de reunião e auditórios para palestras, festividades cívicas e outros eventos¹⁸⁸.

¹⁸⁵APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

¹⁸⁶APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

¹⁸⁷APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

¹⁸⁸VEIGA, 2007, passim.

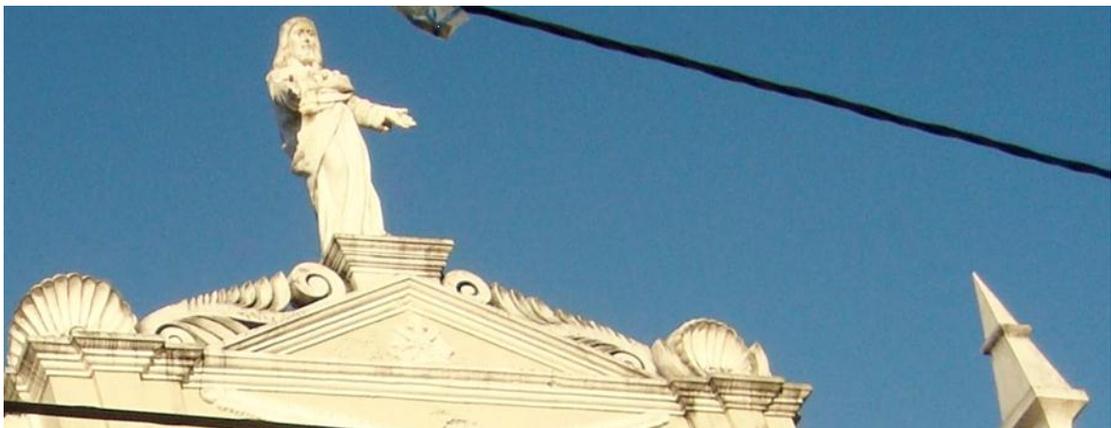
Acompanhado esse contexto, o prédio do Educandário, de arquitetura eclética, espelha a grandiosidade e modernidade exigidas a uma instituição de prestígio naquele período. Nas ilustrações 8 e 9, apresentadas abaixo, podemos observar a simetria das formas e a riqueza decorativa, características que marcaram a arquitetura eclética do início do século XX. No alto do prédio está a imagem de Jesus Cristo de braços abertos, simbolizando o acolhimento de uma instituição religiosa.

Ilustração 8 – Prédio do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Fotografia autora.

Ilustração 9 – Detalhes da fachada do Prédio do Educandário.



Fonte: Fotografia autora.

No espaço escolar do Educandário tinha pátio interno e externo, áreas reservadas para o recreio das alunas.

Ilustração 10 – Pátio interno. Do lado direito está a edificação do Recolhimento e do lado esquerdo o prédio do Educandário.



Fonte: Fotografia autora.

Nesse espaço reservado às brincadeiras, jogos e conversas, as alunas podiam relaxar as tensões do dia, decorrentes da severa disciplina. Mas, esses momentos também faziam parte da formação das jovens, visto que a recreação e os exercícios físicos compunham o projeto de educação integral das alunas.

Ao fundo da fotografia está a escultura de uma menina ajoelhada em frente à Virgem Maria. No simbolismo litúrgico da Igreja Católica, o ato voluntário de se ajoelhar significa humildade, submissão e adoração, e a Virgem Maria era o modelo de virtude que deveria ser seguido pelas alunas. Portanto, a pedagogia da escola estava presente também na área de recreação, controlando os impulsos das alunas e modelando o seu caráter.

Ilustração 11 – Pátio externo.



Fonte: Fotografia autora.

O anexo colado ao prédio principal é construção recente. A foto 12 retrata o mesmo espaço em 1930. A última escola que funcionou nas locações do Educandário dos Perdões foi a Escola Divino Mestre, fechada no início de 2010.

Ilustração 12 – Pátio externo. Desenho retratando o Educandário em 1930.



Fonte: Revista A Luva, ano VI.

Em alguns relatórios enviados pelos Governadores do Estado à Assembleia Geral Legislativa constam informações sobre a atuação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

No relatório de abril de 1921, o governador J. J. Seabra informou o desempenho do Educandário em 1920: 134 matrículas do grupo escolar anexo; 305 matrículas no Curso Normal (113 do 1º ano; 106 do 2º ano e 86 do 3º ano) e 84 alunas diplomadas¹⁸⁹. Nesse ano, o número de matrículas e de diplomadas foi superior ao da Escola Normal do Estado.

A estratégia de equiparar instituições particulares às oficiais do governo passou a ser adotada mais efetivamente a partir de 1919, até quando a única instituição particular equiparada do Estado era o Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Segundo o relatório, a reforma do ensino de 1918 facilitou a concessão para a equiparação de escolas complementares particulares “para o fim de seus alumnos habilitados em exames aspirarem à matrícula no 1º ano da Escola Normal, sem exame de admissão ou vestibular”.

Nesse mesmo documento foram relacionados os colégios equiparados que estavam em período de observação. Dentre as instituições, 4 aspiravam à equiparação ao Curso Normal do Estado: Collegio Santa Eufrásia, na cidade de Barra (Lei 1493, de 19.08.1920); Colégio de Meninas criado pelo Bispo de Caetitê (Lei 1493, de 19.08.1920); Gymnásio São Salvador, desta Capital (Lei 1408, de 28.07.1920) e Colégio Nossa Senhora da Piedade, na cidade de Ilhéus (Lei 1367, de 16.08.1919).

Em 1923, o governador J. J. Seabra informou que havia sido negada a equiparação ao Gymnásio São Salvador “porque alli não foram observados os dispositivos das leis a que o dito Gymnásio estava obrigado”¹⁹⁰.

Examinando o relatório anual de 1925, do Inspetor Geral de Ensino Anísio Teixeira, constatamos que apenas duas daquelas instituições citadas alcançaram o

¹⁸⁹Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - BA, 1921.

¹⁹⁰Fundação Biblioteca Nacional. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - BA, 1923.

objetivo da equiparação, a de Ilhéus e a de Barra do Rio Grande: “Nas Escolas Normais equiparadas, duas ainda no início da sua organização e a terceira, o Educandário do Sagrado Coração de Jesus, em pleno florescimento, matricularam-se nos seus diversos cursos normaes 305 alumnas”¹⁹¹. Posteriormente, o Governo de Góes Calmon restabeleceu a Escola Normal de Caetité, em 1926, e fundou outra em Feira de Santana, em 1927, passando o Estado a ter 3 Escolas Normais oficiais.

Em 1927, a situação das escolas equiparadas à Escola Normal do Estado estava diferente: “Funcionaram, regularmente, o Educandário do Sagrado Coração de Jesus, o Collegio São Salvador e o Collegio N. S. da Piedade”¹⁹². Portanto, o Colégio São Salvador foi reabilitado e o colégio de Barra deixou de ser uma instituição equiparada, talvez por conta da escola ter sido destruída pela enchente, conforme citado por Sousa em seu livro¹⁹³. Analisando esses percalços para efetivar a equiparação de uma instituição, percebemos a dificuldade de um estabelecimento particular em atender às exigências do governo.

Podemos observar na Tabela 3, comparativa entre a Escola Normal e o Educandário, um progresso no número de matrículas tanto na Escola Normal como no Educandário, com exceção de alguns anos, em ambas as instituições. Somente nos anos de 1919 e 1920 o número de matrículas do Educandário foi superior. Entretanto, devemos destacar que os dados da Escola Normal se referem ao curso para homens e para senhoras.

¹⁹¹Fundação Biblioteca Nacional - Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - BA, 1925.

¹⁹²Fundação Biblioteca Nacional.- Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - BA, 1927.

¹⁹³SOUSA, 2001, op. cit., p.61.

Tabela 3
Comparação entre o Número de Matrículas da Escola Normal do Estado
e do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1909 a 1921

Ano	Matrícula da Escola Normal	Matrícula do Educandário
1909	144	95
1910	144	106
1911	148	110
1912	241	114
1913	289*	140
1914	296	136
1915	296	115
1916	277	145
1917	288	221
1918	327*	259
1919	312	314
1920	298	305
1921	291	272

Fonte: MAGALHÃES, Alfredo Ferreira, para os números da Escola Normal; APEB, Livros de Registro de Matrículas do 1º, 2º e 3º ano Normal, 1907-1920, e Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - BA, 1922, para os números do Educandário.

Os dados da tabela se referem à soma das matrículas dos 3 anos do Curso Normal.

* Nesses casos, a soma dos 3 anos de matrícula não corresponde ao total apresentado no documento. Adotamos o resultado da soma.

SUJEITOS DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO: DOCENTES E DISCENTES

Examinando as atas da Congregação do Curso Normal¹⁹⁴ elaboramos uma lista dos professores e professoras que atuaram na instituição entre 1907 e 1935, resultando em 63 nomes. Essa lista segue como Apêndice. A partir dessa apreciação, classificamos esse quadro de profissionais como de alta qualidade intelectual, por possuir profissionais liberais de carreiras de prestígio, literatos, autores de obras respeitáveis, membros da Academia de Letras da Bahia, políticos, funcionários de cargos importantes no governo, inclusive na área de educação, e dirigentes de relevantes instituições educacionais.

¹⁹⁴APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

Em relação à formação acadêmica, identificamos 7 médicos e uma médica, 3 farmacêuticos, sendo um desses, também, maestro, 1 professor com formação em Belas Artes, 3 bacharéis em Direito, 4 religiosos, 3 com o título eclesiástico de Monsenhor¹⁹⁵, 1 cirurgião dentista, 2 professores formados pela Escola Normal da Bahia e 2 professoras formadas pelo Educandário dos Perdões. Nesta relação aparecem, ainda, 5 professores qualificados como doutores, mas a documentação não especifica a formação acadêmica. Pesquisamos na lista dos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia e os nomes desses profissionais não apareceram na relação¹⁹⁶.

Para demonstrar a qualificação profissional dos docentes, relacionamos alguns nomes representativos dessa educação de excelência, suas carreiras e atuações na vida pública de Salvador:

- Alípio Correa da Franca, pedagogo baiano, catedrático de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal da Bahia, membro do Conselho Superior de Ensino, autor de importantes obras, tais como *Noções de Pedagogia Experimental* e *Memória Histórica: Escola Normal da Bahia - 1836-1936*;
- Desembargador Filinto Justiniano Ferreira Bastos, advogado, jurista, magistrado e professor, foi diretor da Faculdade de Direito da Bahia e um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia (Cadeira 21);
- Dr. Alberto Francisco de Assis, professor, filantropo, membro da Academia de Letras da Bahia (Cadeira 12), foi um estudioso da Pedagogia e da História do Brasil, disciplina que ensinava. Formou-se mais tarde em Direito. Lecionou no Instituto Normal da Bahia, do qual foi diretor, e em outras instituições de ensino. Fundou o Instituto de Cegos da Bahia, mais tarde chamado Instituto

¹⁹⁵Monsenhor é um título eclesiástico de honra conferido pelo Papa a sacerdotes da Igreja Católica por serviços prestados à Igreja ou pelo exercício de funções eclesiásticas de governo ou de diplomacia.

¹⁹⁶Na maioria dos casos, a documentação analisada não apresenta a formação acadêmica dos docentes, sendo possível identificar as profissões e informações sobre os profissionais a partir de pesquisas cruzadas em alguns sites e da bibliografia estudada. Sendo assim, a falta de dados não significa falta de formação acadêmica. A pesquisa sobre os nomes das alunas do Educandário foi realizada até o ano de 1914, por isso, é possível que outras alunas-mestras, além das 2 citadas, tenham ministrado aulas na instituição. Alguns sites pesquisados foram academiadeletrasdabahia.wordpress.com; www.fameb.ufba.br.

Alberto de Assis. Entre os seus trabalhos didáticos publicados estão Vultos e Datas do Brasil, Nos Degraus da História e Fé e Civismo.

- Dr. Alberto Alves Silva, médico, professor de nível médio e universitário, historiador, pesquisador de História da Bahia, inclusive História da Medicina. Escreveu vários livros, merecendo destaque sua obra Cidade do Salvador. Fez parte de várias instituições culturais, tais como Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Academia de Letras da Bahia (Cadeira 14), além de ter sido um dos fundadores do Instituto Baiano de História da Medicina.
- Dr. Bernardino José de Souza, um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia (Cadeira 14), formado em Direito, professor de Geografia, historiador e etnógrafo sergipano, autor de muitas obras importantes, dentre as quais, Dicionário da Terra e da Gente do Brasil, O Pau-Brasil na História Nacional e o Ciclo do carro de bois no Brasil.
- Pedro Irineu Jatobá, farmacêutico, maestro, compositor, folclorista, professor de Música e de Matemática, considerado um dos mais importantes nomes da música erudita na Bahia. Fundou a Escola Normal de Música da Bahia, no ano de 1934, onde instalou o primeiro Conservatório de Canto Orfeônico.

O ingresso como docente na instituição se efetivava através de indicação da diretora e aprovação do ato pelo arcebispo. Após a nomeação, o professor ou professora deveria prestar juramento ao Conselho do estabelecimento¹⁹⁷. A dispensa de docente também era autorizada ou sugerida pelo arcebispo, conforme pode ser observado em carta de abril de 1911, enviada pelo arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva à madre diretora do Educandário:

Tendo resolvido dispensar os Srs. Dr. Julio Pinho e Dr. Vivaldo Paulo Lima e a Exm. Sra. D. Justina Campos dos cargos que exercem no ensino desse Educandario, remetto as competentes portarias para serem entregues aos respectivos destinatários¹⁹⁸.

¹⁹⁷ACMS. Cartas trocadas entre o Arcebispo e a madre diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1911, 1916, 1933 e 1935.

¹⁹⁸ACMS. Carta de d. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia, à madre diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 3 de abril de 1911.

A interferência do prelado na seleção de professores do Educandário causava indignação em alguns membros da sociedade baiana. Em artigo publicado na Revista Ecclesiástica, em 1911, um padre classificou como ideias “anti-christãs” as opiniões publicadas por um senhor que considerava a ingerência do arcebispo no Educandário como indevida:

Ora, assim como a Direcção de um gymnasio equiparado não pede o beneplacito do governo federal para demitir um professor que, por qualquer motivo, não mais lhe agrade, assim também se deve entender relativamente ao Educandário equiparado¹⁹⁹.

Outra tensão sobre a contratação de docentes aconteceu em 1935, desta vez entre a madre diretora do Educandário, Irmã Maria José, e o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva. Em correspondência, o arcebispo informou à irmã a intenção de demitir a professora Dra. Ítala e aceitar a exoneração pedida pelo professor Jatobá²⁰⁰. Em um tom de insubordinação, a madre regente respondeu o seguinte: “Quanto à exoneração do Prof. Pedro Jatobá, eu de boa vontade a subscrevo; [...] Agora, se tratando da demissão de dispensa da Prof. Dra. Ítala Silva de Oliveira, não; o caso muda de figura; eu não a aceito, nem concordo absolutamente”²⁰¹.

Entretanto, prevaleceu a autoridade do arcebispo, que deixou bem claro o seu poder sobre a instituição, ao tempo em que fez uma ameaça velada à regente:

Quando apresentei a exoneração da Dra. Ítala não pedi o seu parecer, nem aceitação, [...]. Creio que V. R. não se soube expressar, em sua carta, porque se aquillo implica uma desobediência formal às determinações que achei convenientes, no momento, outro ha de ser o caminho a seguir²⁰².

Há indícios de que o ingresso de docentes na instituição era concorrido. Segundo a ata da Congregação do Curso Normal de 6 de agosto de 1923, um deputado que fez acusações ao Educandário da tribuna da Câmara Estadual sobre “a prodigalidade com que são dadas boas notas nos exames” “pretendeu algum

¹⁹⁹ACMS. Revista Ecclesiastica. Anno III, março e abril de 1911.

²⁰⁰Carta do Arcebispo da Bahia à diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 11 de março de 1935.

²⁰¹Carta da madre Maria José de Senna, ao Arcebispo da Bahia, 14 de março de 1935.

²⁰²Carta do Arcebispo da Bahia à diretora do Educandário, 15 de março de 1935.

tempo ocupar a cadeira de geografia e corografia do Brasil, não logrando alcançar por não permitir o regulamento deste Educandário”²⁰³.

No Regimento da instituição não consta nenhuma regra restritiva à contratação de docentes nem localizamos qualquer regulamento que se referisse ao tema. O impedimento citado pode se referir à incompatibilidade entre o cargo político e a docência, exercidos no mesmo período. Identificamos exemplos de docentes que cumpriram cargos eletivos no poder legislativo e atuaram no Educandário, ainda que em épocas diferentes, como foi o caso do Dr. Bernardino José de Souza. Quanto às denúncias do deputado, foram consideradas injustas, e a congregação resolveu “dirigir um protesto ao Senado Estadual contra as acusações sem fundamento”.

Ilustração 13 – Corpo docente do Educandário em 1928.



Fonte: APEB, Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

²⁰³APEB, Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

O Educandário dos Perdões funcionava em regime de internato e de externato, conforme estabelecia o Regimento Interno de 1934, embora tenhamos identificado alguns registros de semi-internas em 1905 e 1909.

Os custos para manter uma aluna interna na instituição eram muito elevados, principalmente quando comparado com as despesas do externato. O pagamento anual, em 1934, para uma interna do Curso Normal era de Rs 1:500\$000, além de outras despesas como lavagem de roupas e enxoval, enquanto as despesas anuais no externato eram de Rs 50\$000²⁰⁴. Esse alto custo do internato indica que a sua destinação era para as jovens das camadas mais abastadas da sociedade.

Segundo Ivan Manuel, os internatos eram o centro da rede escolar católica, tanto para o atendimento ao sexo masculino como para o feminino. Para o autor, duas razões justificariam tal preferência: a primeira, porque era frequentado pela oligarquia; a segunda, por ser uma estratégia mais eficaz para aplicação do projeto educacional ultramontano²⁰⁵. A finalidade da educação católica feminina era formar jovens cultas e sociáveis, mas, acima de tudo cristãs, o que se concretizava com a educação em sala de aula e através das práticas diárias dentro do internato, baseadas em severo regulamento.

Analisando as práticas cotidianas do Ginásio/Seminário São Bernardo, Iole Vanin também destacou o papel social do internato nas representações masculinas que guiavam e eram reelaboradas nas práticas pedagógicas dos religiosos das instituição e dos alunos. Segundo a historiadora, a rotina e a disciplina exigidas no internato tinham a finalidade de preparar os discentes para a vida religiosa, “era o adestramento do indivíduo por meio da vigilância, do espaço e do tempo, cuja finalidade era colocar em atuação uma imagem masculina específica: a do homem casto”²⁰⁶.

O número de internas no Educandário aumentou progressivamente nos primeiros anos de funcionamento do estabelecimento, contudo, a quantidade de

²⁰⁴ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus - Anexo ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

²⁰⁵MANUEL, op. Cit., p.75-76.

²⁰⁶VANIN, Iole Macedo. **Educando “machos”, formando “homens”**: O Ginásio/Seminário São Bernardo. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA,; 2002, p.177.

alunas externas sempre foi superior, um dos motivos foi o próprio limite de dormitórios no espaço físico dos prédios. Entretanto, a receita financeira do internato chegou a ser em alguns anos, superior à do externato. Em 1909, no Livro de receita e despesa do externato, consta que o saldo negativo completou-se com o lucro do internato²⁰⁷. A seguir apresentamos a Tabela 4, com o número de alunas externas e internas no Educandário nos primeiros anos após a fundação.

Tabela 4
Alunas Externas e Internas do Educandário dos Perdões, 1903 a 1909.

Ano	Alunas externas	Alunas internas	Total
1903	61	01	62
1904	83	04	87
1905	69	10*	79
1906	65	20	85
1907	103	35	138
1908	115	63	178
1909	132	58*	190

Fonte: ACMS. Livro Receita e despesa do externato, 1902 a 1909. Receita e despesa do internato de 1903 a janeiro de 1910.

* Nesse número estão incluídas 2 alunas semi-internas.

No caso das alunas que vinham do interior do Estado para estudar na instituição mas os pais não tinham condições financeiras para mantê-las no internato, a opção era ingressar como externa na instituição e buscar acolhimento em casas de parentes na capital. Havia, ainda, a possibilidade de residir em casas de pensão, de senhoras “honestas e respeitáveis”²⁰⁸. Entretanto, em 1934, essa alternativa já não era possível. De acordo com o Regimento Interno, “para boa disciplina do estabelecimento não será aceita a alumna que residir em casa de pensão”²⁰⁹. O controle sobre o comportamento feminino fazia parte do processo de seleção das candidatas, já que era preciso garantir a “conduta adequada” das alunas e o “bom nome” da instituição.

²⁰⁷ Livro Receita e despesa do externato, 1902 a 1909.

²⁰⁸ Em documento sobre a história do Colégio N. S. Auxiliadora, s.d., arquivado no APEB, consta que o germe dessa instituição foi o Internato Maria Auxiliadora, sediado no subdistrito de Santo Antônio, fundado em 1923 pela professora Anfrisia Santiago. Esse internato se destinava a receber pensionistas alunas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, às quais era prestada dedicada assistência familiar.

²⁰⁹ ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus - Anexo ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

O Educandário também admitia alunas gratuitas. Em atendimento ao prescrito na lei de equiparação, a instituição deveria receber gratuitamente 2 alunas como internas e 2 como externas para o ensino do Curso Normal. A condição era que fossem órfãs de funcionário público, reconhecidamente pobre.

Contudo, mesmo antes dessa exigência legal o estabelecimento já adotava uma prática assistencialista, mantendo meninas pobres em seus cursos. Em 1904, encontramos no registro das despesas do externato as seguintes inscrições: livros para uma menina pobre, vestido para aluna desvalida. No registro das despesas do internato, em 1908, observamos despesas com a aluna gratuita Annita Menezes, e não se tratava da concessão exigida pelo governo. Nesse mesmo ano identificamos despesas com roupas e livros para a aluna interna Ernestina Botelho²¹⁰. Todos esses exemplos se referem a alunas do curso primário, não encontramos casos de alunas gratuitas no Curso Normal, com exceção das situações prescritas em lei.

Em 1928, o resultado desse assistencialismo foi apresentado na Polianteia comemorativa dos 25 anos de fundação do estabelecimento: “o Educandário não tem sido indiferente à sorte dos pobres, é assim que às suas custas tem diplomado **160** alumnas gratuitas, umas órfãs, outras nimamente pobres, que, deste modo amparadas, vão viver honestamente e servir à Patria²¹¹.”

Entretanto, em 1929, um conflito se estabeleceu entre a diretora do Educandário e o fiscal do governo acerca da matrícula de uma menor por concessão do Estado²¹². O regulamento da lei nº 1846 de 14.08.1925, determinava que os institutos equiparados recebessem gratuitamente até 10 alunas, o que divergia da lei de equiparação de 1906, que exigia a matrícula de apenas 4 alunas gratuitas, 2 internas e 2 externas.

Segundo o fiscal, que consultou o Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, a recusa do estabelecimento em matricular a menor feria a lei nº 1846, que prevalecia sobre a lei de equiparação. A diretora não se intimidou com o ofício do

²¹⁰ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910.

²¹¹APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928, grifo do autor.

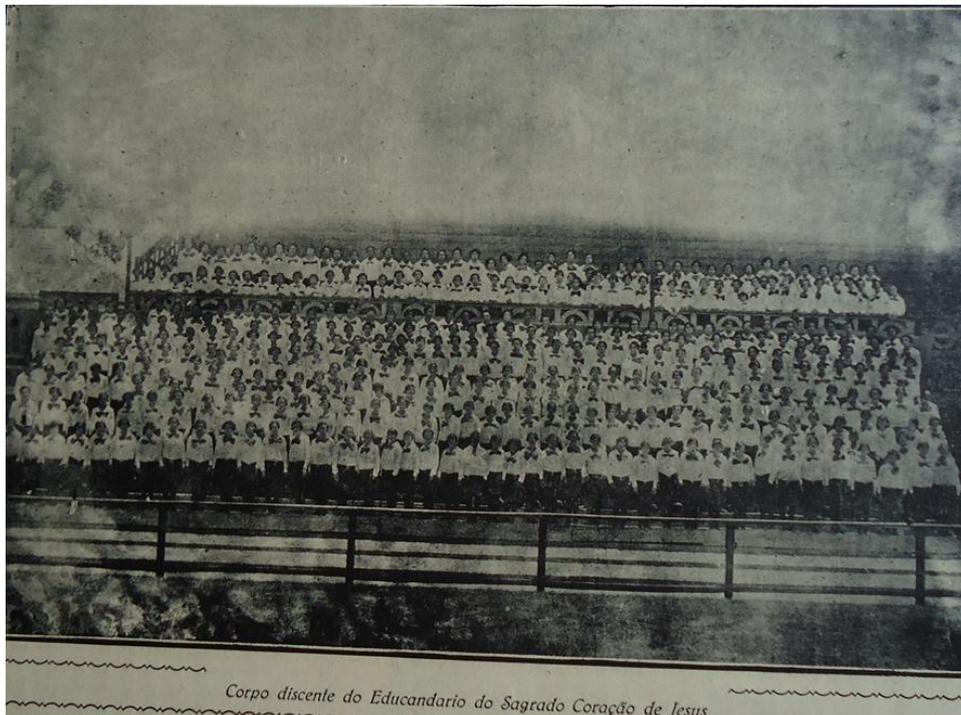
²¹²ACMS. Carta da diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus ao fiscal do governo responsável pelo estabelecimento, 1929.

funcionário do governo, que tinha o apoio do Secretario. Respalhada por respeitáveis juristas, como Clóvis Beviláqua e Eduardo Espínola, que deram pareceres favoráveis a sua posição, a regente declarou que não poderia concordar com a matrícula gratuita e justificou sua postura em bases jurídicas:

Mas, todas estas alegações e argutivas se afastam por completo do ponto capital, que é o Direito com as suas pressuposições sobre o caso. [...] Ora, é claro que o Regulamento esta em manifesta contradição com a lei especial que equiparou o “Educandário”, cujas disposições não podem nunca ser revogadas por uma lei posterior, tanto mais em tratando-se de uma que assegura este instituto uma situação jurídica individual ou uma situação jurídica concreta, como o assentiu o Dr. Clóvis Beviláqua. [...] Ora, essa face das considerações que ahi ficam esta Diretoria se extrema em satisfazer a lei da equiparação, bem que acatando e respeitando sempre o Regulamento do Ensino. D’ahi não poder concordar com a matrícula gratuita [...].

Não temos conhecimento sobre o resultado desse enredo, mas, nessa situação, é importante refletir sobre a atuação arrojada da diretora do Educandário, que enfrentou homens com cargos importantes no governo e não se submeteu à lógica de estruturação das relações de poder e gênero.

Ilustração 14 – Corpo discente do Educandário em 1928



Fonte: APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

O ingresso de discentes para o Curso Normal no Estado dependia, até o ano de 1926, do exame de admissão, com exceção de alunas oriundas de escolas complementares equiparadas ou da própria escola complementar anexa à Escola Normal do Estado, à qual servia de modelo para as demais. Portanto, as alunas do Educandário dos Perdões passavam do ensino complementar diretamente para o Curso Normal, sem a necessidade de exame de admissão.

A partir de 1926, com a reforma do ensino prevista na Lei nº 1846, o antigo curso complementar foi reorganizado, dando origem ao Curso Fundamental obrigatório e anexo ao Curso Normal. O exame de admissão deixou de ser exigido, agora era obrigatória a conclusão do Curso Fundamental.

No Educandário, a admissão de discentes requeria algumas condições. A matrícula inicial de alunas no curso primário exigia a apresentação de certificado de vacina por parte da candidata. A preocupação com a saúde e a higiene fazia parte do contexto da época. Para o Curso Normal e Fundamental, além dos documentos prescritos em lei, o Regimento estabelecia o seguinte:

[...] Fica obrigatório, dado o caracter de estabelecimento anexo a uma casa religiosa, o attestado de procedimento firmado pelos poderes públicos, ou pelo respectivo vigário da freguesia [...], ou por 3 paes de família, à juízo da Diretoria do estabelecimento²¹³.

Outro documento solicitado para a matrícula era uma declaração assinada pelo responsável da aluna, afirmando que se responsabilizava pelo seu procedimento moral e pelos danos materiais que esta pudesse causar.

O procedimento que se desejava das candidatas eram as virtudes que convinham ao sexo feminino, segundo o projeto educacional católico, tais como a modéstia, a mansidão, a humildade e o amor à religião. A exigência dos documentos acima delineava um perfil desejado de aluna, que facilitaria a formação feminina cristã pretendida pela instituição e deixava claro para os genitores e suas filhas o tipo de comportamento que o estabelecimento esperava destas. Em tudo, primava-se pela manutenção de um padrão de aluna.

²¹³ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus - Anexo ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

Capítulo III

A CULTURA ESCOLAR DO EDUCANDÁRIO

A educação feminina católica abrangia duas etapas, educação ou formação, cuja tarefa era modelar o caráter da aluna conforme os valores morais católicos, e instrução, cuja função era prover a inteligência com os saberes das ciências, especialmente as Humanidades²¹⁴.

O objetivo principal dessa proposta pedagógica era formar mulheres cristãs e cultas que atendessem às novas exigências de seus papéis de esposa, mãe e dona de casa. Essas funções femininas incluíam a educação da prole, a administração do orçamento doméstico e os cuidados com a moral da família.

O Educandário do Sagrado Coração de Jesus tinha como fim especial diplomar professoras primárias²¹⁵. Entretanto, a atividade do magistério, apesar de não fazer parte do domínio privado feminino, não desvirtuava a função da mulher, ao contrário, poderia ampliá-la, ao estender o papel da maternidade aos alunos, conforme os novos discursos sobre a docência.

A seguir, apresentaremos as normas e as práticas pesquisadas do Educandário que objetivaram atender aos objetivos descritos acima e que constituíam os fundamentos da cultura escolar do estabelecimento.

FORMANDO O ESPÍRITO

Observando a normatização do cotidiano do Educandário, percebemos como a disciplina e a vigilância rigorosas foram utilizadas para tentar padronizar o

²¹⁴MANUEL, op. cit., p. 76.

²¹⁵ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

comportamento das alunas e formá-las nas virtudes preconizadas pela doutrina católica. O internato foi uma estratégia eficaz para implementar esses objetivos. Afastadas do mundo exterior, com seus inúmeros perigos e tentações, as alunas eram submetidas a um conjunto de normas para cada situação do cotidiano. O isolamento no internato permitia um controle mais direto e um contato mais presente, portanto, mais oportunidade de influenciar e modelar as alunas, homogeneizando-as. Como o Regimento Interno foi um dos documentos que estabeleceu as regras de convivência na instituição²¹⁶, a seguir analisaremos alguns procedimentos definidos nesse documento.

Em referência aos contatos com os parentes e amigos, estava previsto no Regimento Interno visitas às internas, sob algumas condições. O dia e os horários eram previamente determinados, o dia convencionado era o domingo, os horários ficavam fixados no locutório. Visitas de rapazes eram proibidas, as pessoas autorizadas a visitá-las eram os pais, tutores e responsáveis, “devendo outra qualquer pessoa apresentar licença escripta para tal fim *devidamente apreciada pela Directoria do estabelecimento*”²¹⁷.

O número de pessoas que visitavam as alunas no domingo era elevado. Por exemplo, no dia 5 de agosto de 1928, foram registrados 41 visitantes no Livro de Visitas²¹⁸. Esse movimento de homens e mulheres certamente causava agitação, dificultando a vigilância sobre as alunas. Essa situação abria brechas para burlar o controle, facilitando, por exemplo, o recebimento de recados e bilhetes considerados inapropriados. Há, também, alguns registros de visitas em dias de semana e sábados, apesar da norma definir o domingo para esse fim.

O controle sobre os visitantes pressupunha o registro no Livro de Visitas, pelos pais, geralmente no início do ano, das pessoas autorizadas a visitar ou retirar suas filhas para passear. A aluna que morava no interior tinha um correspondente, parente ou amigo de confiança da família, que era nomeado pelos pais e residia em Salvador. O correspondente ficava responsável pela aluna, inclusive em relação ao

²¹⁶ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

²¹⁷ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, artigo 8º, grifo nosso.

²¹⁸ACMS. Livro Registro de visitas, 1928 e 1929.

pagamento de suas despesas com o Educandário. A ele era permitido retirar a interna para passar o dia fora da instituição.

As retiradas geralmente ocorriam no sábado e eram mensais. A saída da interna se configurava como um privilégio para aquela que teve boa nota de procedimento. Como a motivação para sair era grande, as alunas deviam se aplicar para merecer essa recompensa, e a instituição atingia seu objetivo, controlando o comportamento das discentes.

O internato, como vimos acima, não era um confinamento total, o próprio Educandário organizou saídas com as alunas para passear nos bondes recentemente introduzidos na capital e apreciar as novidades do processo de urbanização em marcha na cidade²¹⁹.

Entretanto, a vigilância e o controle sobre as alunas eram exercidos em muitas ocasiões e espaços. A correspondência recebida ou expedida por elas era lida e visada pela diretoria, o uso direto do aparelho telefônico não era permitido, a leitura de livros e jornais era controlada, as reuniões organizadas pelo corpo discente deveriam ser presididas pela diretoria, a fim de impedir manifestações de greves, e, por fim, as alunas eram obrigadas a comparecer aos atos designados pela instituição, “sendo considerado rebeldia a ausência das mesmas, sem motivo devidamente justificado”²²⁰.

Esse rigor das normas em função da “boa disciplina moral do Educandário” era um mecanismo para enfraquecer a individualidade das alunas, criando novos costumes, cuja finalidade era formar a “alma feminina” segundo os preceitos morais católicos, ou seja, a mulher deveria ser dócil, obediente, modesta, religiosa e caridosa, a perfeita guardiã do lar cristão.

Era importante, também, disciplinar o tempo da rotina diária. As aulas começavam às 8 horas, mas às 7h e 45min as alunas já deviam estar organizadas para a oração inicial. Princiada as atividades em sala, ficava vedada a entrada de

²¹⁹ACMS. Livro Receita e despeza do externato e do internato de 1902 a 1910.

²²⁰ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, artigo 14.

discente, que incorreria em falta no dia, salvo se o motivo do atraso fosse público e notório.

Havia ainda horários determinados para as aulas de bancas, provavelmente destinadas às internas, e para os exercícios espirituais. As alunas tinham ocupações para cada momento do dia e os horários eram determinados por sinais definidos. Um exemplo disso foi constatado mediante a análise do Regimento, onde encontramos a informação de que o fim das visitas era anunciado por sinal competente.

Segundo Sousa, o controle do tempo das práticas escolares tinha o objetivo de formar nos alunos novos hábitos, discipliná-los, estratégia essa que fez parte do processo de escolarização que se tentou implantar na Província da Bahia:

Esta constituição da escolarização como fundamento para uma cultura diferente, a partir de saberes específicos, com novos costumes e vivências internas em um Tempo próprio, o da Escola – [...] – teve seu processo entre 1862 e 1881, pelo uso do relógio da aula²²¹.

Outra medida adotada pela instituição para homogeneizar as alunas foi o uso de uniforme e a exigência das peças do enxoval, de acordo com os modelos especificados. Segundo o Regimento, “toda roupa deve trazer as iniciaes da alumna e o seu numero de Collegio. São prohibidos os decotes, as mangas curtas e os vestidos transparentes”²²². A preocupação com o vestuário “apropriado aos bons costumes” está claramente definida nesta passagem do Regimento. As alunas renunciavam ao seu modo de vestir e adotavam os modelos definidos pelo Educandário, fardas padronizadas que encobriam todo o corpo, o que facilitava a formação das novas identidades almeçadas pelo estabelecimento. Segundo Ivan Manuel, a recusa do corpo implicava na humildade e na falta de vaidade, manifestada no próprio uniforme²²³.

O controle da instituição também atingia os docentes, o pessoal administrativo e demais serventuários. Era proibido a esses funcionários, no exercício de seus

²²¹SOUSA, 2008, op. cit., p. 165.

²²²ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, artigo 16.

²²³MANUEL, op. cit., p.79.

cargos, se ocuparem de outros interesses que não fossem os decorrentes de suas funções, bem como influenciar as alunas em assuntos que não concordassem com a prosperidade do estabelecimento.

Quanto às ideias pedagógicas adotadas pelo Educandário dos Perdões, entendemos que foram adaptações daquelas contidas no *Ratio Studiorum*, manual pedagógico dos jesuítas, analisado no primeiro capítulo.

Segundo Saviani, as ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que a Escola Nova passou, mais tarde, a considerar como pedagogia tradicional, e essa foi a abordagem privilegiada na educação brasileira até o fim da Primeira República²²⁴. Entretanto, na década de 1920 ganhou espaço entre os intelectuais um movimento de renovação educacional, que atinge maior visibilidade a partir de 1932, com o lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

O currículo do *Ratio*, que compreendia Gramática, Humanidades, Retórica, além de História e Geografia, teve que ser ajustado às necessidades do Curso Normal do Educandário. O manual dos jesuítas se propunha a formar os homens das camadas dominantes da sociedade, enquanto o Educandário dos Perdões atendia à elite feminina e, por isso, devia incluir as disciplinas convenientes ao “espírito das mulheres”, tais como Economia Doméstica, Prendas e Trabalhos Manuais, além de matérias específicas do curso de formação de professores, por exemplo, Pedagogia.

Em relação aos procedimentos pedagógicos da instituição, observamos muitas semelhanças com as técnicas empregadas no *Ratio*: avaliação constante, emulação, premiação, disciplina, autoridade hierarquizada e a proposta da prática das virtudes. Abaixo apresentamos os procedimentos pedagógicos do Educandário dos Perdões.

A avaliação das discentes no Educandário era frequente. Nos livros de notas sobre as aulas havia diariamente o registro de sabatina, ou alunas sendo chamadas à lição²²⁵. Como resultado dessas avaliações, as alunas eram qualificadas da

²²⁴SAVIANI, 2011, passim.

²²⁵ACMS. Livro Notas das Aulas, 1907; Livro do Terceiro Anno, 1922 a 1925.

seguinte forma: otimamente, muito bem, bem, regularmente, sofrível (sofrivelmente), satisfizeram, não satisfizeram. Além das sabatinas, existiam, ainda, os exames finais e de segunda época²²⁶. Esses exames incluíam uma prova escrita e uma avaliação oral, a qual era realizada por uma comissão examinadora, formada por lentes do colégio e na presença do delegado do governo.

A técnica de emulação era utilizada para estimular as jovens a imitar os bons exemplos, principalmente dos santos e da Virgem Maria, e provocar o clima de competição entre elas, premiando as que tinham os melhores desempenhos.

As alunas do Curso Normal do Educandário eram premiadas ao final do ano pelo bom desempenho nas disciplinas e pelo procedimento exemplar. As premiações variavam de acordo com a legislação em vigor e a gradação do merecimento. São exemplos de premiações identificadas na documentação: diploma distintivo, medalhas de ouro, prata e bronze e diploma gratuito²²⁷.

Esses prêmios eram entregues às alunas na solenidade de formatura, com a presença de autoridades e familiares. As discentes se empenhavam para merecer o privilégio dessa distinção e procuravam se superar para cumprir as exigências da instituição.

O estímulo à competição nessa situação fica claro quando observamos o requerimento da aluna Yolanda Americana, em 1932²²⁸. A jovem soube que receberia o 2º premio (medalha de prata) e, inconformada com essa decisão, encaminhou um requerimento à Congregação, solicitando a reconsideração da decisão. A aluna justificou que obteve durante o curso a totalidade de aprovações distintas, com exceção de Desenho, situação semelhante à aluna que seria premiada com a medalha de ouro, que só havia sido aprovada sem distinção na disciplina Filosofia da Educação do 4º ano. Além disso, a lei prescrevia, para ter direito ao prêmio, provar capacidade pedagógica e procedimento exemplar, e,

²²⁶APEB. Livro Termo de exames do 1º ano Normal, 1907-1914.

²²⁷APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936

²²⁸APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936

segundo a suplicante, ela preenchia todas as condições. A Congregação deferiu o requerimento e decidiu que as duas alunas receberiam as medalhas de ouro.

A premiação não se restringia às alunas do Curso Normal. Encontramos registros de despesas com as seguintes descrições: recompensas para as alunas e prêmios para as alunas do curso complementar²²⁹.

Quanto à disciplina, o Educandário elaborou normas rigorosas para a sua manutenção, conforme nos referimos acima, e para a fiscalização do cumprimento dessas normas havia as censoras, que monitoravam o comportamento das alunas. Em 1928 existiam 5 censoras e uma porteira no estabelecimento²³⁰.

Quando a fiscalização não conseguia impedir os desvios de comportamento, estes eram punidos atendendo ao que estava prescrito na lei: “A Directoria punirá com as penas previstas no Regulamento do Ensino em vigor às promotoras de greves, paredes e de todo e qualquer movimento que vise perturbar a disciplina do estabelecimento²³¹”.

Um exemplo de penalidade aplicada à aluna está descrito na ata da Congregação²³² do dia 28 de setembro de 1911. Nesta data, a diretora Emília Bragança convocou uma reunião extraordinária para tomar conhecimento do procedimento irregular da aluna do 1º ano do Curso Normal, Celina da Cunha Gonçalves, na aula de Geografia, e deliberar a pena. A Congregação por unanimidade de votos decidiu aplicar a pena de interdição por 30 dias e oficiar o professor de Geografia, solicitando que o mesmo continuasse a reger a cadeira com brilhantismo. O documento não indica a falta cometida pela aluna. Mas o não dito também revela algo. A transgressão da aluna tornava explícito que a vigilância, o controle e o processo de seleção das discentes tinham falhas, e isso implicava na boa reputação da instituição. Talvez, por isso o recomendado fosse não expor o fato.

²²⁹ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910.

²³⁰APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

²³¹ACMS. Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, artigo 15, grifo do autor.

²³²APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

De qualquer maneira, deduzimos que a ocorrência deve ter sido considerada grave, pois a punição não foi branda.

Ainda sobre procedimentos pedagógicos, identificamos a prescrição do método de ensino intuitivo ou “lições de coisas” para o Educandário. Esse modelo de pedagogia foi referencial durante a Primeira República. Segundo esse método, o ensino deve se guiar pela percepção sensível, devendo ser oferecido aos alunos dados sensíveis à observação e à percepção. Novos materiais didáticos foram criados como suporte físico ao novo método, ao mesmo tempo em que manuais eram elaborados, definindo as diretrizes metodológicas para o uso desses objetos²³³. Constatamos nos registros de despesas da instituição a aquisição de mapas, globo, e aparelhos para o gabinete de Física²³⁴. Em relatório de 1916, o fiscal do governo descreve o andamento das aulas e o uso do método intuitivo na instituição:

As aulas funcionaram durante o anno com toda a regularidade notando esta fiscalização, a par da Bôa ordem e do methodo intuitivo que procuram os distintos professores imprimir ao ensino, o gosto e o esforço que fazem professores e alunas em prol do levantamento da instrucção nesta casa²³⁵.

Em 1926, encontramos novamente uma alusão ao método intuitivo adotado no Educandário. Atendendo à reforma do ensino de 1925, as alunas do 4º ano do Curso Normal, além da pratica de ensinar nas escolas anexas, foram designadas para reger sob sua responsabilidade classes primárias das escolas da capital, passando relatórios ao professor de Didática. Em resposta ao ofício da diretora do Educandário dos Perdões, as professoras responsáveis pelas escolas primárias descreveram como ocorreram os 15 dias de estágio das normalistas. Em muitos ofícios as professoras se referem ao método empregado pelas alunas:

Mostraram-se com verdadeira dedicação e competência; sendo os methods empregados o intuitivo e o individual, notando mais que

²³³SAVIANI, 2011, op. cit., p. 138-140.

²³⁴ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato, 1902 a 1910.

²³⁵APEB. Relatório apresentado à Inspectoria Geral do Ensino, relativo ao anno de 1916.

sempre mostraram a melhor bôa vontade no cumprimento de seus deveres, mantendo-se assíduas n'este curto prazo de 15 dias²³⁶.

AS FESTIVIDADES ESCOLARES

Ainda sobre os procedimentos pedagógicos, entendemos que os desfiles, as festividades cívicas e religiosas e as festas de formatura tinham uma função educativa importante. As alunas preparavam essas cerimônias com muito esforço e empenho. Muitas festas e desfiles eram públicos, de forma que essa visibilidade das discentes se apresentando nas ruas marcava a paisagem da cidade e fazia parte do contexto da época.

Uma das festas mais aguardadas e planejadas era a solenidade de formatura. Vários periódicos da cidade anunciavam a cerimônia. A revista *Bahia Illustrada*, de julho de 1918, reservou uma página inteira para descrever a organização da festa, os paraninfos escolhidos e o nome das professorandas que colariam grau no final do ano. A coordenação da festa era compartilhada entre as alunas, que formavam as comissões de *Convites, Recepção, Retratos e Comunicação à Imprensa*:

A grande casa de ensino do Educandario do Sagrado Coração de Jesus, aos Perdões, na freguesia de Santo Antonio além do Carmo, na Bahia, tem sido uma verdadeira mansão de bons exemplos, onde muitas são as senhorinhas que alli aperfeiçoam não só a educação do character, mas os sentimentos do coração, sob a benção de um tecto sacrossanto. [...] Todos os anos organizam alli, as educandas, carinhosas homenagens aos seus dignos educadores. Em 17 de maio passado, reuniram-se as terceiranistas, sob a presidência da senhorinha Cleomira Gomes, no sentido de escolher o paranymphe e homenageados, que entrarão no quadro este anno²³⁷.

O quadro com as fotos das alunas diplomadas e dos homenageados era confeccionado anualmente. A Ilustração 15, abaixo, traz o quadro de 1927. Na parte superior, o arcebispo e os professores homenageados; em seguida, as alunas

²³⁶ACMS. Ofícios de professoras de escolas municipais à diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1926.

²³⁷IGHB. Revista *Bahia Illustrada*, Bahia, v. 2, n. 8, julho de 1918.

diplomadas de 1927. No alto do quadro, uma representação do Sagrado Coração de Jesus, símbolo da religiosidade da instituição.

Ilustração 15 – Quadro de alunas diplomadas em 1927



Fonte: APEB. Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

A festa de formatura das alunas envolvia alguns eventos. Em 3 de dezembro de 1914, o periódico A Notícia publicou a cobertura dos acontecimentos da formatura daquele ano:

Realizou-se ante-hontem a colação de grão da alumnas-mestras do Educandário dos Perdões. Houve missa às 8 horas celebrada por s. ex. revma. d. Jeronymo Thomé, na capella do Educandário, a que assistiram muitas pessoas. A sessão solene realizou-se às 9 ½,

sobre a presidência do sr. Arcebispo, sendo conferido o diploma às seguintes alunas: [...] ²³⁸.

Outra celebração que estava no calendário do Educandário era a Festa das Árvores. Esse festejo comemorava o início da primavera e ganhava o espaço das ruas, com desfiles e plantação de árvores. Em 1935 teve discurso, número de canto e foi plantada uma árvore (cf. Ilustração 16) ²³⁹.

Ilustração 16 – Alunas do Educandário na Festa das Árvores m 1924



Fonte: APEB, Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928.

As alunas também organizavam as festividades em comemoração ao Dia das Normalistas. Em 1935, a programação da manhã previa números de canto, declamações e jogos, seguida, à noite, pela coroação da Rainha das Normalistas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus ²⁴⁰.

²³⁸Fundação Biblioteca Nacional - Periódico A Notícia, 1914.

²³⁹APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

²⁴⁰APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

Já na década de 1930 foi instituído o dia das Américas ou Pan-Americanismo, comemorado em todo continente americano, e também festejado no Educandário, a cada 14 de abril. Em 1934, a celebração da Confraternização dos Povos Americanos contou com sessão solene e discursos e finalizou-se com o hino nacional²⁴¹.

Analisando a documentação pesquisada, registramos as seguintes celebrações organizadas pelo Educandário dos Perdões: formatura das professorandas, Festa das Árvores, Festa de Férias, Comemoração do Pan-Americanismo, Festa de “Pais e Professores”, Dia das Normalistas, Festa do paraninfo Nosso Senhor dos Perdões e Primeira Comunhão. Além das comemorações próprias do calendário da instituição, algumas ocasiões especiais também eram festejadas, como a inauguração do gás e a equiparação à Escola Normal do Estado.

Geralmente essas comemorações envolviam muitos preparativos e gastos. Relacionamos algumas despesas referentes a esses eventos para percebermos sua relevância para a instituição: armação de palco, cânticos para as férias vindos do Rio de Janeiro, impressão de convites, aluguel de carro para o Arcebispo se deslocar e participar das comemorações, gratificação aos músicos, foguetes, doces e bebidas diversas²⁴².

Nesses eventos se ofereciam bebidas alcoólicas, as quais eram servidas, também, em outras ocasiões no Educandário. Elencamos alguns exemplos de situações em que bebidas eram oferecidas na instituição: cerveja às visitas, cerveja e vinho do Porto aos examinadores, champanhe para almoço dos Bispos, cerveja, vermute, licor e conhaque para a Festa das Férias²⁴³. É interessante observar uma instituição educacional religiosa oferecendo bebida alcoólica em seus eventos, costume que se diferencia muito dos atuais paradigmas, em que o uso de bebidas alcoólicas, em determinadas ocasiões, é rechaçado por vários setores da sociedade, com exceção do vinho.

²⁴¹APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

²⁴²ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato, 1902 a 1910.

²⁴³ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato, 1902 a 1910.

A sucessão de festas cívicas e religiosas destacadas acima perpassava o cotidiano da vida escolar do Educandário dos Perdões. Muitas celebrações ocorriam fora da instituição, nas ruas da cidade, proporcionando, além de visibilidade às alunas e à instituição, uma interação com a comunidade local, que participava e assistia aos festejos. Em decorrência dessa exposição, a instituição estava presente na memória dos locais. Confirmando isso, o periódico O Combate, de 26 de janeiro de 1928, ao relacionar os blocos e cordões que saíam às ruas nos três dias de Momo, destaca o seguinte:

Também da rua Direita de Santo Antonio sahirá o espirituoso “Cordão das Perdoadas” organizado por inumeros rapazes moradores locaes. Os rapazes que compõem este cordão trajarão fardamentos imitando os das normalistas do Educandario dos Perdões²⁴⁴.

DISCIPLINAS CURRICULARES

Os currículos dos cursos do Educandário dos Perdões seguiam o programa dos cursos da Escola Normal do Estado. Entretanto, por ser uma instituição religiosa, ministrou, além das matérias exigidas por lei, as disciplinas Religião e Moral.

Quando a instituição foi equiparada à Escola Normal do Estado, em 1906, a legislação em vigor era a Lei 579, de 4 de agosto de 1904, a qual havia reformado a Lei 117 de 1895, reduzindo cadeiras e diminuindo a duração do Curso Normal de 4 para 3 anos.

Essa situação se manteve até 1916, quando entrou em vigor a Lei 1051, de 18 de agosto de 1914, restabelecendo antigas cadeiras, mas mantendo a duração de 3 anos. As disciplinas criadas foram Corografia e Direito e Instrução Cívica e a cadeira de História Universal e do Brasil foi dividida em duas disciplinas, História Universal e História Pátria.

²⁴⁴Fundação Biblioteca Nacional - Periódico O Combate, 1928.

Abaixo apresentamos a distribuição das disciplinas nos 3 anos do Curso Normal, em 1916²⁴⁵.

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	Português
Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
Francês	Metodologia	Historia Natural
Geografia	Corografia	Física e Química
Matemática	Historia Universal	Historia Pátria
Ginástica	Geometria	Direito e Instrução Cívica
Desenho	Desenho	Economia Doméstica
Prendas	Prendas	Prendas
	Música	Música

Essa grade curricular apresenta a seguinte distribuição de carga horária das disciplinas: 35% se referem às disciplinas na área de Artes e Ginástica (Economia Doméstica, Prendas, Música, Desenho e Ginástica), 35% de Ciências (História Natural, Física e Química, Historia Pátria, Direito e instrução cívica, Corografia, Historia universal, Geometria, Geografia e Matemática), 15% de Línguas (Português e Francês) e 15% de matérias relacionadas à educação (Pedagogia e Metodologia).

Analisando essa distribuição das disciplinas percebemos a importância atribuída às cadeiras relacionadas a Artes e cuidados com o lar. No Educandário continuava a se reproduzir, através da instrução das alunas, a ênfase ao papel doméstico da mulher. Apesar da aparente roupagem cientificista, se desejava perpetuar a Rainha do lar.

As disciplinas relacionadas às Humanidades e Ciências possuíam também uma carga horária muito expressiva, o que revela um currículo enciclopédico, que proporcionava às jovens uma cultura mais geral. Entretanto, a carga horária para as disciplinas profissionalizantes era muito reduzida, ou seja, 15% para Pedagogia e Metodologia. Isso revela a continuidade de uma educação humanista, com pouca ênfase para fins práticos.

As disciplinas Religião e Moral não aparecem nessa grade curricular. Encontramos aulas dessas cadeiras nos anos de 1907 a 1909, mas não

²⁴⁵APEB. Relatório apresentado à Inspectoria Geral do Ensino, relativo ao ano de 1916.

examinamos os programas curriculares de todos os anos da instituição²⁴⁶, de modo que não temos como afirmar se esses cursos deixaram de ser ministrados. Entretanto, há indícios de que as alunas eram envolvidas constantemente em exercícios espirituais, atos litúrgicos na capela do Educandário e festas de santos, além do que algumas delas participavam da associação religiosa Pia União das Filhas de Maria. O livro de catecismo também foi adotado pelo estabelecimento²⁴⁷. Desse modo, a atmosfera de religiosidade e devoção estava incorporada à vida cotidiana das educandas.

Até o ano de 1921 o programa das disciplinas do Curso Normal teve poucas alterações. Em 1922, em virtude da Lei 1.293 de 1918, o Curso Normal foi ampliado de 3 para 4 anos, desdobraram-se algumas cadeiras e incluiu-se o ensino de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental na Cadeira de Higiene Geral e Escolar²⁴⁸.

Com a reforma de ensino de 1925, por conta da Lei nº 1846, passou-se a exigir a conclusão no Curso Fundamental antes de se iniciar o Curso Normal. O aluno deveria ter uma formação básica, com conhecimentos gerais, antes de ingressar no Curso Normal. Este continuou com a duração de 4 anos, mas os dois últimos anos seriam dedicados à formação profissional, reservando o último ano para a prática escolar e o ensino²⁴⁹.

As cadeiras do Curso Normal passaram a ser as seguintes: Português; Literatura Nacional; Francês; Matemática Elementar; História Universal e do Brasil; Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil; Pedagogia e Psicologia Infantil e Didática; Agricultura; Anatomia e Fisiologia do Homem, Biologia Vegetal e Animal; Direito Público e Constitucional, Educação Moral e Cívica; Física e Química; Desenho, Caligrafia e Datilografia; Música e Canto Coral; Prendas e Economia Doméstica; Educação Física e Trabalhos Manuais.

²⁴⁶Não foi possível pesquisar todos os programas curriculares em virtude do grande volume da documentação e da limitação do tempo para realizar a pesquisa.

²⁴⁷ ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato de 1902 a 1910.

²⁴⁸ MAGALHÃES, 1923, op. cit., p. 213.

²⁴⁹ TAVARES, op. cit., p. 61

Segundo Tavares, a intenção do legislador era a formação de profissional especializado em ensino primário. O Curso Normal, portanto, deveria ser capaz de transmitir conhecimentos a serem adotados na profissão de professor primário, mas a diferença estava na maneira como as matérias deviam ser ensinadas e não na seriação das matérias no currículo²⁵⁰.

Apesar das alterações no currículo, com a inclusão de algumas matérias mais práticas como Datilografia e Agricultura a introdução de Psicologia Infantil e Didática, não houve mudanças significativas no programa.

De acordo com Sousa, a inclusão de Datilografia no programa do Curso Normal foi o resultado de uma preocupação do Diretor Geral da Instrução, Anísio Teixeira, em ampliar as oportunidades profissionais femininas, antes restritas ao magistério. Quanto à cadeira de Agricultura, a historiadora nos informa que esta teve uma ênfase maior nas Escolas Normais do interior, e os objetivos seriam “sensibilizar os futuros educandos em relação às potencialidades locais, e tentar fixar o homem à terra”²⁵¹.

Ilustração 17 - Alunas do Educandário dos Perdões em aula prática de agricultura.



Fonte: APEB. Polyanthéa comemorativa, 1928.

²⁵⁰TAVARES, op. cit., p. 61.

²⁵¹SOUSA, 2001, op. cit., p.54 e 73.

Nas aulas de Educação Física o método empregado no Educandário foi a ginástica sueca. Segundo Aloísio Perdomo, esse método foi divulgado no Brasil por Rui Barbosa e, posteriormente, por Fernando de Azevedo. A proposta de Rui Barbosa alterava o modo como a ginástica era ensinada nas instituições de ensino, ao enfatizar um viés mais pedagógico, mas o autor ressalta o seguinte:

Entretanto, os objetivos que se buscavam com relação à constituição da sociedade continuavam os mesmos, estando eles centrados na formação moral e física do povo brasileiro, através de atividades que privilegiassem o higienismo, a disciplina e a eugeniação da raça brasileira²⁵².

Ilustração 18 - Alunas do Educandário praticando ginástica sueca.



Fonte APEB. Polyanthéa comemorativa, 1928.

²⁵²PERDOMO, Aloísio Viane Paiva. **A Ginástica no Brasil: percurso histórico no currículo escolar.** Monografia de Graduação. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

No que concerne às aulas de Música, estas tinham muita importância no Educandário dos Perdões. Os registros de despesas revelam a compra de 3 pianos e a existência de um harmônio²⁵³. Um dos seus professores foi o maestro Pedro Jatobá, considerado um dos expoentes da música erudita na Bahia. Em 1932, o Inspetor Escolar Oswaldo O'Dwyer teceu comentários sobre sua aula: “Assisti alguns numeros de canto orfeon dirigido pelo maestro Pedro Jatobá, professor de musica neste estabelecimento, que se esforça com a sua competencia para bem orientar o ensino que lhe esta entregue.”²⁵⁴.

Associado aos cursos principais, o Educandário oferecia, ainda, aulas de prendas, música, piano, bandolim, corte, costura, desenho, pintura e francês, mediante contrato²⁵⁵.

Destacamos também o importante papel desempenhado pela associação da Pia União das Filhas de Maria no processo pedagógico do Educandário do Sagrado Coração de Jesus²⁵⁶.

A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA

Essa associação religiosa católica destinada a meninas e jovens solteiras tinha por objetivo o aprimoramento moral e religioso das associadas. As Filhas de Maria usavam uma fita azul no pescoço, com uma medalha presa, contendo a

²⁵³ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato, 1902 a 1910.

²⁵⁴APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

²⁵⁵ACMS. Livro Receita e despesa do externato e do internato, 1902 a 1910; Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

²⁵⁶Sobre a associação Pia União das Filhas de Maria utilizamos os seguintes textos: ANDRADE, Maria Lucelia de. O encanto da fita azul: “memórias trajadas” das Filhas de Maria. **IV Simpósio Nacional Estado e Poder**: intelectuais. São Luiz, UEMA, 2007; MANUEL, op. Cit.; RIBAS, Ana Claudia. À sombra das virgens: os códigos de conduta da “Pia União das Filhas de Maria” na primeira metade do século XX. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. UFSC, 2010; SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio**. UNIRIO, 2010.

imagem da santa de devoção da irmandade. Essas indumentárias eram sinais de distinção bastante cobiçados pelas alunas, o que provocava a competição entre elas para ingressar na congregação.

Fazer parte da associação era privilegio de algumas jovens consideradas merecedoras. Além da conduta irrepreensível, a candidata devia ser apresentada por duas jovens que já fossem integrantes da mesma. Depois de um tempo participando das reuniões na condição de “pretendente”, a jovem passava a ser “aspirante”, recebendo a fita verde. Nesse período, seu comportamento era avaliado. Somente após esses estágios ela se tornava Filha de Maria e, numa solenidade pomposa, recebia a fita azul e o Manual que continha as regras da congregação.

A inauguração da associação no Educandário dos Perdões ocorreu em 17 de maio de 1903, com toda solenidade, a requerimento do Capelão, o Cônego Ildefonso Nunes de Oliveira. O ato foi presidido pelo arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva, que recebeu as 13 aspirantes, dando-lhes a fita verde²⁵⁷.

A Pia União das Filhas de Maria era o resultado de um projeto moralizador da Igreja interessado em disciplinar o sexo feminino. A associação era supervisionada por um clérigo, no caso do Educandário, o Cônego Ildefonso Nunes de Oliveira, que mais tarde auferiu o título de Monsenhor, e a base doutrinária era o Manual, que havia sido escrito por um padre. Segundo Ana Cláudia Ribas, “não se tratavam de simples regras de conduta católica, mas de uma construção de identidade de gênero concebida a partir de uma ótica masculina”²⁵⁸.

O modelo de inspiração das associadas era a Virgem Maria e Santa Ignez, virgem e mártir, representações incontestáveis das virtudes de pureza/castidade, obediência e caridade. Nas reuniões mensais da associação esses valores eram constantemente lembrados na preleção do diretor.

Na reunião mensal de maio de 1915, o Monsenhor Ildefonso Nunes de Oliveira destacou a importância de ler os estatutos da associação e exortou a submissão e o respeito que todas as associadas deviam ter para com os diretores e

²⁵⁷ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

²⁵⁸RIBAS, op. cit., p. 3.

para com as dignitárias, na medida do grau de autoridade de que estavam revestidas, dizendo que a obediência é essencial para a manutenção da ordem. Em seguida, apontou o mal que causavam as relações amigáveis e o amor demasiado aos enfeites. Finalizou enfatizando que as jovens consagradas à Virgem deviam tê-la como modelo²⁵⁹.

O trajar feminino e a frequência das jovens em festas e bailes eram motivos de preocupação do diretor, que repetidamente repreendia esses novos comportamentos em suas instruções nas reuniões da associação:

O Revmo. Monsenhor Ildfonso Nunes de Oliveira fez uma bella pratica, estimulando, não somente as Filhas de Maria como também a todas as pessoas que se dizem christãs, a defenderem a Religião de Nosso Senhor Jesus Cristo, ainda mesmo com sacrificio da própria vida. Referiu-se tambem aos pais de família que consentem que as suas filhas frequentem clubes carnavalescos, cinemas e finalmente certas reuniões que possam offender a moral christã, e que so servem para perdição da alma. Disse ainda que nós Filhas de Maria, devemos nos trajar decentemente, não fazendo uso de modas exageradas, a fim de que não desagrademos a Maria Santissima e tenhamos uma eternidade feliz²⁶⁰.

Críticas semelhantes surgiam em diversos segmentos da sociedade. O processo de urbanização de Salvador, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, trouxe novos hábitos aos moradores da cidade com a abertura de lojas e a inauguração de clubes sociais, confeitarias e casas de chá, além de outras opções de lazer, como casas de espetáculos, teatro e cinema. As mudanças nos hábitos da elite feminina, que passava a ocupar os espaços públicos da cidade, foram tão marcantes que causaram certo estranhamento em alguns setores da sociedade²⁶¹.

As críticas se referiam ao comportamento e às roupas usadas pelas mulheres. Segundo Marcia Leite, “o que havia era uma sistemática preocupação

²⁵⁹ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

²⁶⁰ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

²⁶¹LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA., 1997, p.140-157.

com os movimentos e as atitudes do sexo feminino no ambiente até então de domínio predominantemente masculino”²⁶².

Apesar das críticas do Monsenhor Ildefonso, o Educandário fez assinatura do jornal Rainha da Moda²⁶³, talvez com a intenção de acompanhar e analisar os assuntos que estavam sendo discutidos no periódico para contra argumentar com as alunas.

Na década de 1910, o número de associadas da Pia União das Filhas de Maria cresceu significativamente, chegando a 127 participantes. A saída da congregação ocorria quando as jovens se casavam, seguiam a vida religiosa ou concluíam o Curso Normal.

A maior parte das associadas devia fazer parte das camadas privilegiadas da sociedade, pois havia muitas solicitações de gastos com a congregação. Para exemplificar, citamos algumas deliberações das reuniões²⁶⁴: cada associada devia contribuir com uma joia nunca inferior a mil reis para o retrato de Santa Ignez; cada associada devia contribuir com uma joia para a instituição da biblioteca da Pia União; deviam ser empregados todos os esforços a fim de se obter dinheiro para o novo altar. Além disso, em quase todas as reuniões a tesoureira passava a bolsa da coleta. Apesar desses registros, encontramos Filhas de Maria que eram alunas matriculadas no Educandário por concessão do governo.

Apesar do controle da congregação sobre o comportamento das associadas, percebemos resistências e transgressões nos registros das atas de reunião. Em muitas ocasiões o diretor reclamou acerca do número reduzido de associadas que participavam das reuniões ou dos sacramentos da Igreja. Em outro registro, ele relatou o caso de uma Filha de Maria que havia aconselhado outra colega a não entrar na associação, pois não poderia mais seguir a moda e dançar. Mas a transgressão que gerou a penalidade mais severa (exclusão da associação), não foi descrita, apenas registrou-se o fato. A ousadia de discordar do modelo de mulher

²⁶²LEITE, 1997, op. cit, p.156-157.

²⁶³ACMS. Livro Receita e despeza do externato e do internato, 1902 a 1910.

²⁶⁴ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

proposto pelo catolicismo, principalmente uma Filha de Maria, que deveria ser o exemplo de pureza e recato, ameaçava o projeto da associação, por isso tal situação não deveria ser desvelada.

RESISTÊNCIAS E TRANSGRESSÕES

A rigorosa rotina de aulas, disciplina e controle nem sempre alcançou o objetivo desejado, que era estabelecer uma atmosfera de paz e harmonia na instituição a fim de formar jovens sociáveis, dóceis e obedientes. No entanto, verificamos indícios de conflitos, estratégias e resistências entre diretoria e corpo docente, diretoria e fiscais do governo, alunas e corpo docente, e diretoria e arcebispado. Alguns desses conflitos já foram descritos acima.

Quanto ao relacionamento entre os docentes e a diretoria, parece ter sido muito respeitoso. Nas atas da Congregação do Curso Normal havia constantemente trocas de elogios. Embora tenhamos encontrado um abaixo assinado do corpo docente solicitando à direção aumento do salário, os termos dessa solicitação são cortesias: “pedimos, no que esperamos ser atendidos pelos sentimentos de justiça dessa digna Directoria, o aumento dos nossos actuaes vencimentos”²⁶⁵.

Em referência à convivência entre a direção e os fiscais do governo, notamos que, na maioria das vezes, os fiscais exaltaram as qualidades da instituição, dos professores e da direção. Contudo, encontramos indicações de conflitos entre esses sujeitos. No capítulo II citamos a controvérsia entre a diretora do Educandário e o fiscal do governo sobre a matrícula de uma menor por concessão do Estado, em 1929.

Examinando a documentação, constatamos evidências de outro conflito ocorrido após setembro de 1932, quando a Madre Maria José de Senna assumiu a regência do Recolhimento e a direção do Educandário. Essa contenda resultou na

²⁶⁵ACMS. Abaixo assinado do corpo docente do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

representação contra o fiscal do governo, encaminhada pela Madre Maria José de Senna, ao Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça, Instrução e Saúde. O motivo da representação foi a realização de provas parciais de Metodologia e Didática sem a presença da professora responsável pela matéria, fora do horário da aula, e desrespeitando a diretora. Essa foi a alegação para tal atitude, mas a diretora elencou inúmeros problemas ocorridos com o mesmo fiscal. Uma das reclamações era o relacionamento inadequado do fiscal com algumas alunas, tais como, reunir alunas em salas com as portas fechadas “para entendimentos secretos contra acção da Directora do Estabelecimento” ou ingressar sem permissão em locais “onde não se estende sua acção para ter conversas com alumnas, pedir-lhes pó de arroz, pentes, agua para as mãos, sabonete etc.”²⁶⁶. No referido documento, a madre solicitou a realização de novas provas da disciplina. Acompanhando essa solicitação, as alunas fizeram um abaixo-assinado endereçado ao Dr. Secretário do Interior, Justiça, Instrução e Saúde requerendo, também, a realização de novas provas²⁶⁷.

A indignação da madre em relação ao comportamento do fiscal se refere às várias ingerências deste na esfera administrativa, organizacional e disciplinar da instituição. Esse tipo de conduta de funcionários do governo passou a ser adotada com mais frequência a partir da reforma do ensino de 1925, quando várias ações de intervenção nas instituições de ensino foram tomadas, tendo em vista práticas educacionais. A relação do fiscal com as alunas era considerada nociva, não só por ser inadequada mas por abalar a autoridade da diretora e, conseqüentemente, comprometer a ordem e a disciplina do estabelecimento.

Em relação aos conflitos entre alunas e docentes, percebemos que a desobediência às normas não era comum, mas algumas pequenas transgressões foram registradas nos livros de notas sobre as aulas, oferecendo nuances sobre o normatizado e o vivido: apesar de estarem no estabelecimento, algumas alunas não compareceram à aula de Religião; durante a aula de Prendas as alunas do 3º ano do 2º grupo estavam vadiando muito; no momento da arguição de Francês uma aluna

²⁶⁶ACMS. Carta de representação contra fiscal do governo da diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, madre Maria José de Senna, s/d.

²⁶⁷ACMS. Abaixo assinado das professorandas do Educandário.

declarou não haver estudado; outra, quando chamada, disse que estava doente dos olhos.

Além dessas situações, encontramos o registro do diretor da Seção do Ensino Normal, em 1928, que, após assistir à lição de Música feita pelo professor às alunas do 1º grupo, do 4º ano do curso do professorado, e, por ordem do Sr. Dr. Diretor Geral da Instrução, decidiu o que segue:

[...] indiquei à Diretoria deste Estabelecimento que ficassem suspensas as aulas da referida disciplina para o 2º grupo do mesmo 4º ano, até que sejam dadas naquela Diretoria as informações pedidas sobre o incidente havido entre o docente da aula e as discentes do referido grupo, da sorte que se possa resolver a situação em conhecimento perfeito de causa²⁶⁸.

Essa ocorrência revela dois aspectos: primeiro, a interferência de funcionários do governo nos procedimentos disciplinares da instituição; segundo, o fato de não ter sido uma ação isolada de aluna, mas de um grupo de alunas em contraposição ao professor da disciplina, ocasiões nas quais o poder da insubordinação aumenta e pode romper com a lógica de dominação do docente sobre as alunas, numa atitude de desafio à autoridade do educador.

A pesquisa também revelou evidências de que as alunas atuavam, em algumas circunstâncias, com autonomia para atingir os seus objetivos. Mencionamos anteriormente o caso da discente que requereu à instituição o recebimento da medalha de ouro por não se conformar com a decisão da Congregação de lhe oferecer a medalha de prata.

Em outra conjuntura, no ano de 1915, a Congregação do Curso Normal, atendendo ao previsto na reforma do ensino, resolveu que as alunas reprovadas em Matemática deveriam fazer o exame da disciplina a fim de se formarem, tendo em vista que, até o ano anterior, não se exigia a conclusão de todas as disciplinas para se formar no Curso Normal²⁶⁹. As alunas, insatisfeitas com a decisão, entraram com uma petição no Conselho Superior de Ensino solicitando dispensa do exame de Matemática, sendo o pedido deferido pelo órgão. Segundo o Sr. Alípio Correa da

²⁶⁸APEB. Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940.

²⁶⁹APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

Franca, professor e membro do Conselho, o deferimento da solicitação ocorreu em virtude das circunstâncias, mas que, a partir daquele momento, ninguém se formaria sem concluir o curso de todas as matérias.

TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS

No Educandário do Sagrado Coração de Jesus nem tudo ocorreu em perfeita harmonia. Como podemos observar, houve divergências, discordâncias e conflitos. Apesar disso, o projeto de educação feminina católica foi bem sucedido? As mulheres incorporaram o modelo ideal de mãe-esposa-dona de casa pautado nas normas elaboradas pela Igreja Católica? Para termos respostas a essas indagações, precisaríamos saber qual foi o caminho percorrido pelas discentes egressas da instituição. No entanto, fazer um levantamento dos destinos dessas alunas ultrapassou os objetivos dessa pesquisa. Ainda assim, foi possível vislumbrar vestígios de caminhos trilhados.

Rastreamos algumas trajetórias de ex-alunas do Educandário dos Perdões e os indícios apontam que algumas delas se apropriaram da moral cristã e familiar e conseguiram legitimar sua atuação nos espaços públicos das cidades da Bahia.

Edith Mendes Gama e Abreu se enquadraram nesse exemplo. Aluna do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, graduou-se em 1915, com distinção, recebendo a medalha de bronze²⁷⁰. No início de 1914, associou-se à Congregação da Pia União das Filhas de Maria como pretendente e recebeu a cobiçada fita azul

²⁷⁰Edith Mendes Gama e Abreu, uma das expressões femininas da Bahia, nasceu em 1898, na cidade de Feira de Santana, exerceu as atividades de professora, literata, diretora de instituições assistenciais e foi presidente vitalícia da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino. Em 1930 publicou sua primeira obra *Problemas do Coração* (Considerações sobre o amor e o casamento). Posteriormente tornou-se a primeira mulher a ingressar na Academia de Letras da Bahia, primeira a exercer a função de oradora oficial no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e a sair como candidata ao Legislativo Baiano. Sobre Edith Mendes Gama e Abreu ver, dentre outros, VIEIRA, Claudia Andrade. **Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu.** Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

em recepção realizada no dia 08 de setembro daquele ano²⁷¹. Essa formação conservadora católica marcou sua alma e influenciou suas atuações públicas.

Apesar dessas influências, Edith teve uma vida que não se adequou ao modelo feminino de mãe, esposa e dona de casa apregoados nos meios sociais. Ao construir uma carreira literária e política, conquistou espaços até então restritos ao sexo masculino. Segundo Claudia Andrade Vieira, ela se apropriou do discurso que confinou a mulher em casa a partir de sua função biológica, a maternidade, para persuadir a sociedade da importância das novas atribuições da mulher na esfera pública. “Fez acreditar que, enquanto mulher, seria mais eficiente no desempenho de determinadas funções sociais como a educação, a atividade de benemerência e a campanha pela paz”²⁷².

Vieira também observou que, na sua atuação como feminista, à frente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, o discurso de Edith foi permeado por concepções católicas, princípios liberais e positivistas, “Era função das feministas *moralizar a sociedade, colaborar para o engrandecimento da humanidade pela ciência, promover a evangelização da paz universal, elevação da família, pelo aperfeiçoamento do lar.*”²⁷³

A inspiração para essas ideias pode ser reconhecida confrontando o discurso de Edith com as prelações do diretor da Pia União das Filhas de Maria, Monsenhor Ildefonso Nunes de Oliveira. De acordo com Vieira, no livro “Problemas do Coração”, Edith alerta às mulheres sobre os danos que pode causar ao casamento o “culto extremado à beleza, às futilidades, o apego destemido às diversões, a preferência pelas leituras fúteis e a preguiça para os estudos superiores”, além de obstar os grandes ideais²⁷⁴. Essa narrativa está em plena sintonia com os sermões de Monsenhor Ildefonso Nunes de Oliveira, ao repreender os novos comportamentos, a vaidade e o trajar das mulheres.

²⁷¹ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

²⁷²VIEIRA, 2002, op. cit., p.75.

²⁷³Ibid., p.63, grifo da autora.

²⁷⁴Ibid., p.49.

Em texto homenageando a professora Anfrísia Santiago, Edith confirmou seus valores morais católicos e revelou seu entendimento do magistério como um sacerdócio:

Já se disse que “com as sobras do coração de mãe de Deus fez a mestra”. Verdade incontestável, se a mestra não é simples mercenária, indiferente ao grande sonho de, pela educação, melhorar o homem, simuladora de constrangimento pela impossibilidade de agir como deveria; mas cônica de que os meios educativos só não têm influência nos anormais, que o magistério é, se verdadeiro, um sacerdócio e mais: se o sacerdote tem mãos impuras ao tocar a Hóstia Sagrada, não a tola, que ela é divina, mas se o mestre, ao contacto com o educando, conserva impurezas na alma, certamente o macula, que ele é humano²⁷⁵.

Outra aluna e professora do Educandário dos Perdões foi a poetisa baiana Maria Dolores, cujo nome de nascimento é Maria de Carvalho Leite. Formada em 1916, Maria Dolores também fugiu aos padrões femininos de sua época, ao desquitar-se do seu primeiro marido e atuar em ambientes privilegiados do sexo masculino. Além de sua atividade como professora, foi escritora, jornalista, pianista e pintora. Dedicou-se à caridade e fundou com um grupo de mulheres o Grêmio Mensageiras do Bem. Tornou-se espírita, apesar de sua formação católica. A jornalista atuou intensamente no cenário literário baiano, escrevendo para o jornal O Imparcial, inicialmente na “Coluna Feminina”, na qual lançou várias escritoras e jornalistas, depois acumulou, como redatora, outras seções do jornal, como “Página de Variedades Literárias” e a “Página Literária”.²⁷⁶

Analisando suas publicações no jornal O Imparcial, Adeíto Pinho chegou à seguinte conclusão sobre seus poemas:

Quase confessionais, são versos sobre a vida feminina no casamento, no ambiente social e extrações espirituais. Todavia, essas produções ganham cada vez mais espaço no diário porque se aliam aos contornos tradicionais aceitos pelos leitores mais conservadores, de quem o jornal é representante. Mesmo assim, não

²⁷⁵ABREU, Edith Mendes da Gama e. Anfrísia Santiago. In: **Revista do Instituto Genealógico da Bahia** (20): 1975, p. 248.

²⁷⁶BRANDÃO, Izabel, e ALVES, Ivá. **Retratos à margem**: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002.

é incomum encontrar um tom cáustico e uma crítica ferina na poesia da futura redatora da 'Página Feminina'²⁷⁷.

Nos discursos e reivindicações dessas senhoras percebemos a influência dos valores cristãos que estiveram na base de suas formações. Em termos gerais, a Igreja Católica do Brasil foi a responsável por idealizar a formação feminina e promover a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres, determinando o papel social de cada gênero. Mas, conforme afirmou Chartier, há espaços para produção de sentidos e usos próprios dos modelos impostos²⁷⁸. Essas senhoras se apropriaram, nas vivências de suas práticas, do discurso hegemônico e conquistaram espaços antes reservados apenas ao sexo masculino.

Além dessas e de outras alunas, que tiveram um tipo de destaque na sociedade, existiram aquelas que são consideradas pessoas comuns, pois não tiveram a mesma notoriedade social, mas que atuaram nos espaços públicos como professoras, secretárias, e em atividades filantrópicas ou mesmo exercendo suas funções domésticas, ainda que mais ampliadas, de acordo com as novas exigências sociais. Encontramos, também, registros de alunas que seguiram a vida religiosa em conventos de Salvador²⁷⁹.

Citaremos alguns exemplos das trajetórias de alunas do Educandário encontradas na pesquisa: Julia Amelia Vianna Leitão Filha, professora de Pedagogia e Psicologia, Infantil e Didática, e Maria Consuelo Firpo lecionaram no Educandário dos Perdões²⁸⁰; Marília Carneiro de Souza e Bertulina Carneiro Silva ensinaram na Escola Normal de Feira de Santana²⁸¹; Melania Vaz Galvão foi primeiro secretária do Educandário e, posteriormente, secretária da Escola Normal de Feira de Santana²⁸², além de ter integrado a Pia União das Filhas de Maria; Beatriz Rodrigues Lima foi

²⁷⁷PINHO, Adeílato Manoel. **Uma história da literatura de jornal: O Imparcial da Bahia**. Tese de Doutorado em Letras. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

²⁷⁸CHARTIER, 1995, op. cit.

²⁷⁹ACMS. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

²⁸⁰APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936.

²⁸¹SOUSA, 2001, op. cit., p.167 e 168.

²⁸²APEB. Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936; SOUSA, 2001, op. Cit. p. 121 e 122.

professora adjunta da Escola Municipal Mista de Caetité e, também, foi Filha de Maria; Vitória Menezes Badaró ensinou numa escola da cidade de Jacobina²⁸³.

Ao se instruírem para desempenhar melhor as novas exigências domésticas, ou ingressarem no magistério, ou, ainda, atuarem em ações filantrópicas, essas mulheres progressivamente romperam com as antigas normas e fronteiras da casa e começaram a ocupar mais os espaços públicos, recriando novos limites entre a rua e o lar.

²⁸³APEB. Certidão emitida pela Secretaria de Educação e Saúde em 1945, contida no Livro Termo de exames do 3º ano normal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar brasileira esteve sobre o predomínio da Igreja Católica desde o período colonial até a década de 1930. Segundo Ivan Manuel²⁸⁴, foi a escola uma das responsáveis pela propagação do conservadorismo da sociedade brasileira. O primeiro governador geral do Brasil chegou em 1549 trazendo os primeiros jesuítas, os quais criaram escolas e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território. Em fins do século XVI, os jesuítas elaboraram e passaram a adotar como método pedagógico o *Ratio Studiorum*, conjunto de regras e programas de estudo que tinha o propósito de remodelar comportamentos e formar o caráter por meio da disciplina. Segundo Saviani, o projeto do *Ratio* era de caráter elitista na medida em que acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluiu os indígenas²⁸⁵.

Quanto à educação escolarizada feminina, esta não foi uma preocupação da sociedade brasileira até meados do século XIX. As mulheres das camadas dominantes eram educadas com o objetivo de fazer um “bom” casamento. A fim de assegurar a “honra” de suas filhas e manter a descendência de alta estirpe, seus pais procuravam casá-las cedo com homens do mesmo grupo social ou deixá-las reclusas em conventos e recolhimentos. Nessas instituições elas passaram a ser educadas de acordo com os valores morais cristãos e instruídas. O ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música e de trabalhos domésticos e artesanais, como a costura e o bordado.

Nesse contexto, fundou-se em Salvador, no ano de 1723, o Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, que passou a ter como objetivo social a “educação da mocidade feminina”, recebendo moças como recolhidas e educandas.

A religiosidade adotada no Recolhimento – e que estava impregnada no cotidiano da cidade – era marcada pela devoção. Essa postura piedosa se exprimia na oração solitária e mental e no serviço do cristão a Deus: era preciso seguir as

²⁸⁴MANUEL, op. cit., p.15.

²⁸⁵SAVIANI, op. cit., p. 56.

virtudes do mestre. A tradição devota também se manifestava no cuidado com o aspecto exterior do culto divino. No Recolhimento dos Perdões as religiosas organizavam muitas celebrações na capela, em missas cantadas e outras cerimônias.

Entretanto, durante o século XIX, em virtude das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade, o número de recolhidas nos Perdões foi sendo progressivamente reduzido. As ideias liberais inspiravam um novo ideal de civilização e propunham novos comportamentos femininos e novas formas de sociabilidade. Esse movimento impulsionou o acesso das mulheres às escolas e aos espaços públicos.

Em reação à modernidade e às novas ideias, a Igreja Católica desenvolveu uma política reacionária de combate a tais ideologias, ressaltando o poder central de Roma. Esse clero ficou conhecido como ultramontano. Novas devoções e associações religiosas foram criadas, sob o controle direto do clero, e as antigas devoções e festas religiosas foram inibidas. O projeto ultramontano estabeleceu um programa de recristianização da sociedade, o qual incluía a recuperação do sistema educacional, especialmente a educação feminina, contando, sobretudo, com a participação das mulheres nas novas associações católicas.

Na esteira desses acontecimentos, que resultaram na decadência do Recolhimento dos Perdões, fundou-se em 1903 o Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo ao Recolhimento. Nesse mesmo ano foi criada no novo Educandário a Pia União das Filhas de Maria, associação destinada a meninas e jovens solteiras e que tinha por objetivo o aprimoramento moral e religioso das associadas. Essa Congregação era o resultado de um projeto moralizador da Igreja interessado em disciplinar o sexo feminino. A associação era supervisionada pelo Cônego Ildfonso Nunes de Oliveira, capelão e professor do estabelecimento.

Em curto espaço de tempo o Educandário dos Perdões tornou-se uma instituição conceituada no meio social da cidade. Em 2 de agosto de 1909, o Governador do Estado baixou o decreto 613 equiparando o Educandário do Sagrado Coração de Jesus ao Instituto Normal do Estado.

Esse avanço do Educandário estava relacionado à escassez de instituições educacionais femininas confiáveis e à necessidade da mulher adquirir novos saberes com o objetivo de desempenhar as recentes exigências domésticas quanto à maternidade. Portanto, a elite necessitava de escolas conservadoras para educar suas filhas, e a proposta da Igreja Ultramontana atendia a esses anseios.

O discurso da Igreja argumentava que a educação católica envolvia a formação integral do homem, ou seja, além de incorporar as novidades da ciência, visava fortalecer a vontade e o caráter das alunas. As educandas deveriam buscar a constante perfeição moral, aceitar sacrifícios e prestar obediência às hierarquias estabelecidas.

Para a consecução desses objetivos, o Educandário do Sagrado Coração de Jesus adotou disciplina e vigilância severas. O rigor das normas era um mecanismo para tentar padronizar o comportamento das alunas, enfraquecendo suas individualidades e criando novos costumes. O objetivo final dessa proposta educacional era formar jovens cultas e cristãs que disseminassem o catolicismo na família e na sociedade.

O método pedagógico adotado se baseou nas ideias contidas no *Ratio Studiorum*, manual pedagógico dos jesuítas. Avaliação constante, emulação, premiação, disciplina, autoridade hierarquizada e a proposta da prática das virtudes foram procedimentos observados no Educandário dos Perdões.

Em relação ao currículo, percebemos, a partir do exame da carga horária das disciplinas, a importância atribuída às cadeiras relacionadas às artes e aos cuidados com o lar. Os currículos dos cursos de instituições educacionais femininas, associados aos processos pedagógicos desses estabelecimentos, vão se constituir num artifício eficaz para manter o quadro de desigualdade entre os gêneros.

Ainda sobre os procedimentos pedagógicos adotados pela instituição, relacionamos os exercícios espirituais, os atos litúrgicos na capela do Educandário e as festas de santos, além do fato de algumas alunas participarem da associação religiosa Pia União das Filhas de Maria. Desse modo, a atmosfera de religiosidade e devoção estava incorporada à vida cotidiana das educandas.

Entre rupturas e permanências, a educação da elite feminina foi impulsionando a mulher para o espaço público, de forma que esta passou a ocupar novos papéis sociais. Através de iniciativas próprias, essas mulheres se apropriaram nas suas vivências dos discursos moralizantes da família, da escola, da Igreja e da sociedade em geral, empregando-os da forma que consideraram mais conveniente às suas vidas, seja se instruindo ou se profissionalizando.

FONTES

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR – ACMS

Fontes Impressas

Abaixo assinado do corpo docente do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, solicitando aumento dos vencimentos, s/d.

Carta da professora Ítala Silva de Oliveira ao Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, 02 de março de 1935.

Carta do Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, à diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, madre Maria José de Senna, 11 de março de 1935.

Carta do Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, à diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, madre Maria José de Senna, 15 de março de 1935.

“O Caso dos Perdões”. S/d. 11p.

Regimento Interno do Educandário do Sagrado Coração de Jesus - Anexo ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, aprovado em 24 de fevereiro de 1934.

Revista Ecclesiastica. Anno III, março e abril de 1911.

Fontes Manuscritas

Abaixo assinado das professorandas do Educandário, enviado ao Secretario do Interior e Instrução Pública, solicitando submeterem-se a uma segunda prova de Methodologia e Didactica, 1934.

Carta à regente sobre autorização de licenças, 1841.

Carta à regente sobre licenças para participação em funeral, 1841.

Carta à regente sobre o recolhimento da órfã Josefina, 1848.

Carta da diretoria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus ao fiscal do governo responsável pelo estabelecimento, 1929.

Carta da madre Maria José de Senna, diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, ao Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, 06 de abril de 1935.

Carta da madre Maria José de Senna, diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, ao Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, 14 de março de 1935.

Carta da madre regente do Recolhimento dos Perdões e diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, Emilia Moreira de Magalhães, a D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia, 10 de agosto de 1916.

Carta da regente solicitando registrar a Portaria de 21 de Janeiro de 1825 em livro competente, 1826.

Carta de D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia, à madre diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 03 de abril de 1911.

Carta de D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia, à madre regente do Recolhimento dos Perdões e diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, Emilia Moreira de Magalhães, 1º de março de 1916.

Carta de representação contra fiscal do governo da diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, madre Maria José de Senna, s/d.

Carta do arcebispo D. Romualdo à regente, sobre visita de religiosa, 1845.

Carta do arcebispo D. Romualdo à regente, sobre visita, 1848.

Carta do arcebispo D. Frei José, sobre visitas, 1809.

Carta enviada pela comunidade das recolhidas dos Perdões para D. Jerônimo Thomé da Silva em 1910.

Carta informando entrada da menor órfã Virginia no Recolhimento a pedido do juiz, 1888.

Carta informando saída da menor Virginia do Recolhimento a pedido da avó, 1890.

Carta participando a resolução da Portaria de 21 de Janeiro de 1825 ao Imperador, 1825.

Carta solicitando a entrada da “pretinha” Anna de Souza Paraizo acompanhada de sua escrava, 1792.

Carta solicitando a entrada da recolhida Virgilia 31 anos acompanhada de 1 serva, 1889.

Carta solicitando a entrada de duas moças Jacinta e Maria Julia e duas escravas, 1852.

Carta solicitando a entrada de Guilhermina como recolhida numerária acompanhada de escrava, 1830.

Carta solicitando a entrada de recolhida extra numerária em virtude da idade de 13 anos acompanhada de escrava, 1864.

Carta solicitando a entrada de recolhida numerária acompanhada de duas servas, 1861.

Carta solicitando recolher duas filhas de oficial em guerra, 1865.

Carta solicitando recolher filha de capitão, 1865.

Carta solicitando recolher três filhas de tenente, 1865.

Cartão da madre Maria José de Senna, diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, ao Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, 1º de abril de 1933.

Cartas e atestados solicitando licença para sair do Recolhimento, para tratar de moléstia, 1880 – 1933.

Cartas solicitando sepultamento na Igreja dos Perdões, 1839, 1848, 1849, 1854, 1855.

Livro Caixa do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1916 a 1931.

Livro de receitas e despesas do Recolhimento dos Perdões, 1854 a 1895.

Livro do Terceiro Anno, 1922 a 1925.

Livro Notas das Aulas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, Bahia, 1907.

Livro Receita e despeza do externato, 1902 a 1909. Receita e despeza do internato de 1903 a Janeiro de 1910.

Livro Registro das Atas do Sagrado Coração de Jesus, 1903 a 1924. Registro das Actas do Conselho e das Reuniões Mensaes da Pia - União das Filhas de Maria do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Bahia.

Livro Registro de visitas, 1928 e 1929.

Ofícios de professoras de escolas municipais à diretora do Educandário do Sagrado Coração de Jesus sobre o exercício das aulas práticas das alunas do Educandário, 1926.

Portaria do Governo ordenando a saída D. Clara, 1811.

Recibo de pagamento parcial de alforria, 1864.

Testamento concedendo liberdade à crioulinha, condicionada a servir no recolhimento, 1866.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB

Fontes Impressas

Estatutos do Recolhimento dos Perdões da Cidade da Bahia, 1845. “Dossiês sobre irmandades, conventos, igrejas e pessoal eclesiástico: Estatuto do Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões da Cidade da Bahia, 1844”. Maço 5277.

Histórico Colégio N. Sra. Auxiliadora, s/d. Caixa e Maço 3950/53.

Polyanthéa comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, 1928. Caixa e Maço 3983/119

Fontes Manuscritas

Livro Registro das Atas da Congregação do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. 1907 a 1936. Caixa e Maço 3983/120.

Livro Registro de Matrículas do 1º ano Normal, 1907-1920. Caixa e Maço 3985/125.

Livro Registro de Matrículas do 2º ano Normal, 1908-1922. Caixa e Maço 3985/126.

Livro Registro de Matrículas do 3º ano Normal, 1909-1923. Caixa e Maço 3985/127.

Livro Registro de Visitas dos Fiscais do Governo, 1922-1940. Caixa e Maço 3985/122.

Livro Termo de exames do 1º ano normal, 1907-1914. Caixa e Maço 3985/122.

Livro Termo de exames do 2º ano normal 1908-1916. Caixa e Maço 3983/120.

Livro Termo de exames do 3º ano normal, 1909-1916. Caixa e Maço 3985/122.

Relatório apresentado à Inspectoria Geral do Ensino deste Estado, pelo Fiscal de Governo junto ao Educandário do Sagrado Coração de Jesus, relativo ao ano de 1916. Caixa e Maço 3985/123.

Relatórios demonstrativos das despesas e receitas anuais do Recolhimento dos Perdões - 1847, 1854, 1868, 1869, 1872, 1873, 1874, 1879, 1880, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887 e 1888. Correspondência. Maço 5277.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

BRASIL: disponível em memoria.bn.br

Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – BA, 1907, 1921, 1922, 1923, 1925, 1927 e 1929.

Periódicos: A Notícia, 1914 e 1915.
O Combate, 1928.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Livro Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, Bahia. Cap. 158-
Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões (Capela da Piedade).

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB

MAGALHÃES, Alfredo Ferreira. Escola Normal. Diário Oficial do Estado da Bahia.
Edição Comemorativa da Independência da Bahia, 1923.

Lei nº 673, de 14 de agosto de 1906. Equipara o Educandário do Sagrado Coração
de Jesus, ao Instituto Normal do Estado.

Jornal A Tarde, 6 de fevereiro de 1918.

Revista A Luva, ano VI – 1930 (nºs 108 a 118).

Revista Bahia Ilustrada, Bahia, vol. 2 nº 8, julho de 1918.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Edith Mendes da Gama e. Anfrísia Santiago. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia** (20): 1975, p. 247-250.

ANDRADE, Maria José de Souza. "Recolhimentos femininos na Bahia". **Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - SBPH**, Curitiba: SBPH, 1995, p. 117-121.

ANDRADE, Maria Lucelia de. O encanto da fita azul: "memórias trajadas" das Filhas de Maria. **IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais**. São Luiz, UEMA, 2007.

AZZI, Riolando e REZENDE, Maria Valéria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. Enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 24-59.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

_____. História dos religiosos no Brasil. Considerações preliminares em torno do projeto CEHILA. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. Enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 9-23.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil, 1870-1930. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. Enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 85-129.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. **Revista história hoje**, São Paulo, n. 2, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 73-111.

BRANDÃO, Izabel, e ALVES, Ivia. **Retratos à margem**: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Aparentamentos sobre a Educação no Brasil Colonial. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3**: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.113-161.

_____. Comunidades de leitores. In: _____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 11-31.

_____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995, p. 179-192.

_____. Introdução: por uma sociologia das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988, p. 13-28.

COSTA, Emília Viotti da. Patriarcalismo e patronagem: mitos sobre a mulher no século XIX. In: _____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2007. p. 493-523.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas, Feminismos. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n.12, set.\dez, 2004.

DAVIS, Natalie Zemon. “O povo e a palavra impressa” e “A sabedoria proverbial e erros populares”. In: **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. Série História em movimento. São Paulo: Ática, 1997.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

FRANCO Júnior, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” e “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.3-21 e 185-212.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HSIA, Ronald Po-Chia. Disciplina social y catolicismo em la Europa de los siglos XVI y XVII. **Manuscritos** 25, 2007, p. 29-43.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE**. São Paulo: janeiro/junho, 1º número, 2001.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado UFBA. Salvador: 1997.

_____. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

LIMA, Débora Kelman de. Educação Pública e Secundarista em Salvador: o Ginásio da Bahia, 1895-1942. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denise Barbara (et al.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora. 1997. p. 75-84.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

MANUEL Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859 – 1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890**. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002, p. 15-36.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Educação na Bahia durante a Primeira República. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 96, 2001, p.219-252.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Terezinha. **Considerações acerca do estudo da escolástica**. Congresso Brasileiro de História da Educação, I, 2000, Rio de Janeiro.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 43-59.

PASSOS, Elizete Silva. **A Educação das Virgens** – um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PASSOS, Elizete. **Amélia Rodrigues (1891-1926)**. Salvador: EDUFBA/FACED, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense da História**. Santa Catarina, Terceiro Milênio, n. 2, p. 35-44, 1994.

PERDOMO, Aloísio Viane Paiva. **A Ginástica no Brasil**: percurso histórico no currículo escolar. Monografia, Universidade Estadual de Londrina, 2011.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**: fazendo história das mulheres. Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, vol.15, nº 29, São Paulo: ANPUH. Contexto, 1995, p.9-27.

PESSANHA, Eurize Caldas, DANIEL, Maria Emília Borges e MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. In: **Revista Brasileira de Educação**, dez 2004, nº 27, p.57-69.

PINHO, Adeíto Manoel. **Uma história da literatura de jornal**: O Imparcial da Bahia. Tese de Doutorado em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

REIS, João. **A Morte é Uma Festa**: Ritos fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RIBAS, Ana Claudia. À sombra das virgens: os códigos de conduta da “Pia União das Filhas de Maria” na primeira metade do século XX. **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC, 2010.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Fernanda. O Colégio da Bahia e o projecto educativo da Companhia de Jesus no Brasil Colonial. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan/2011.

SAVIANI, Demerval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **“Projeto 20 anos do Histedbr”**, Campinas, 25 de agosto de 2005.

____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História**, vol.19, n.37, São Paulo, setembro de 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, 1995.

____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. Dissertação de Mestrado UFBA. Salvador: 2005.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe**. O clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Volume V. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1837.

SILVA, Ivaneide Almeida da. **História e educação religiosa em Ilhéus, 1916-1930**. Dissertação de Mestrado UFBA. Salvador: 2004.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia**. Edição 17, 1996, p. 57-71.

SOIHET, Raquel, e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, nº 54, p.281-300, 2007.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Educar para a regeneração - A Escola Elementar da Casa de Prisão da Bahia-1871 a 1890. **Sociedade Brasileira de História da Educação** - V Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju, 2008.

____. **Garotas Tricolores, Deusas Fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC, 2001.

____. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia oitocentista. In: LUZ, José Augusto da, e SILVA, José Carlos (org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia, Vitória da Conquista: UESB, 2001**.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio**. UNIRIO, 2010.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 14 (1), janeiro-abril/2006.

_____. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 101-119, junho de 1991.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Duas Reformas na Bahia**. 1895 – 1925. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, MEC/INEP, 1968.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3), 1994, 29-62.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 117-151.

VANIN, Iole Macedo. **Educando “machos”, formando “homens”**: O Ginásio/Seminário São Bernardo. Dissertação de Mestrado UFBA. Salvador: 2002.

VAUCHEZ, André. “Gênese da Espiritualidade Medieval – (séc.VIII - início séc. X)”. In: **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental** – (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Claudia Andrade. **Mulheres de elite em movimento por direitos políticos**: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

_____. Os femininos e seus múltiplos significados: entre discursos e práticas de mulheres em Salvador. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos**. UFSC, 2006.

VILLELA, Heloisa de O. S.. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 95-134.

APÊNDICE

APÊNDICE – Lista de professores do Curso Normal do Educandário do Sagrado Coração de Jesus que atuaram entre 1907 e 1935²⁸⁶.

Alípio Correa da Franca
 Altiva Americana
 Amanda Costa Pinto
 Amélia Costa Lima
 Amenaide Andrade
 Aminda Gabrielli
 Antonietta Hasselmann
 Antônio Bussone
 Augusta Ondalia Vieira
 Cassiano da França Gomes
 Cônego Anibal Mattos
 Desembargador Filinto Justiniano Ferreira Bastos
 Dr. Alberto de Assis
 Dr. Alberto Silva
 Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães
 Dr. Arthur Hermenegildo da Silva
 Dr. Belarmino Passos da Costa
 Dr. Bernardino José de Souza
 Dr. Edgar Pitangueiras
 Dr. Eduardo Dotto
 Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro Filho
 Dr. Hermelino Valeriano Ferreira
 Dr. João Luiz Pimenta
 Dr. José Martins Rosa
 Dr. Julio Soares de Pinho
 Dr. Juvenal Almeida Silva
 Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito
 Dr. Vivaldo Palma Lima
 Dra. Ítala Silva
 Emanuel Chagas
 Esbela Sousa
 Esther Pinho
 Irmã Maria Thereza Cavalcante
 Irmã Thereza Valle
 José Gonçalves da Cruz
 Julia Amelia Vianna Leitão Filha
 Julieta Carvalho
 Justina de Campos Villanueva

²⁸⁶Essa lista consta apenas os professores que participavam das reuniões da Congregação do Curso Normal.

Maria Adelaide Sobral da Motta e Silva
Maria Antonietta Magalhães de Jesus
Maria Consuelo Firpo
Maria de Lourdes Almeida
Maria de Lourdes Meireles
Maria Elvira Celestim
Maria Flora Feitosa
Maria Flordenice Dantas Nogueira
Maria José Veloso Pinto
Maria Julia Feitosa
Maria Luiza de Souza Alves
Maria Motta e Silva
Mary Fanny Girdwood
Monsenhor Elpídio Ferreira Tapiranga
Monsenhor Ildefonso Oliveira
Monsenhor Philomeno Monte Coelho
Oseas Alves dos Santos
Pedro Achilles Giuntini
Pedro Irineu Jatobá
Raymundo Firpo
Regina Braga Bacellar
Rosita dos Santos
Severo Americo Pessoa da Silva
Stella Alves da Silva
Stella da Silva Ferreira